



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISA EM SAÚDE MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE FAMÍLIA E ABRIGO: UM ESTUDO COM
CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

TÁTIA MIRELLIS DE OLIVEIRA ALEXANDRE

João Pessoa - PB
Março 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISA EM SAÚDE MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE FAMÍLIA E ABRIGO: UM ESTUDO COM
CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

TÁTIA MIRELLIS DE OLIVEIRA ALEXANDRE

Mestranda

Profa. Dra. SILVANA CARNEIRO MACIEL

Orientadora

João Pessoa - PB

Março 2017

TÁTIA MIRELLIS DE OLIVEIRA ALEXANDRE

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE FAMÍLIA E ABRIGO: UM ESTUDO COM
CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba por Tátia Mirellis de Oliveira Alexandre, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel

**João Pessoa – PB
Março 2017**

A382r Alexandre, Tátia Mirellis de Oliveira.
Representações sociais sobre família e abrigo: um estudo
com crianças em situação de acolhimento institucional / Tátia
Mirellis de Oliveira Alexandre. - João Pessoa, 2017.
153 f.: il. -

Orientadora: Silvana Carneiro Maciel.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHLA

1. Psicologia Social. 2. Criança – acolhimento institucional.
3. Representação social. 4. Família. 5. Abrigo. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 316.6(043)

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
Mestrado
Núcleo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química

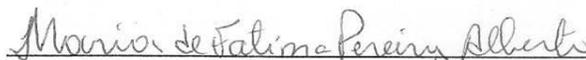
**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE FAMÍLIA E ABRIGO: UM ESTUDO COM
CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Autora: Tátia Mirellis de Oliveira Alexandre

Banca Avaliadora



Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel
(Universidade Federal da Paraíba - Orientadora e Presidente da Banca)



Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto
(Universidade Federal da Paraíba - Membro Interno)



Profa. Dra. Maria Lígia de Aquino Gouveia
(Universidade Estadual da Paraíba - Membro Externo)

João Pessoa - PB
Março 2017

*Dedico este trabalho a Deus e a todas as
crianças em situação de acolhimento,
que tanto anseiam por serem escutadas.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

A **Deus**, pelo amor incondicional e força concedida durante todos os momentos de minha vida.

Aos meus pais, **Cícero e Lúcia**, por todos os cuidados dedicados e pela oportunidade de poder vivenciar os sentimentos mais nobres que alguém possa experimentar.

Aos meus irmãos, **Alessandro e Tatyana**, pela garantia de que podemos sempre contar um com o outro.

A toda minha família, especialmente, ao meu tio **Antônio Marcos** por ter investido na minha formação.

Ao meu namorado, **Pedro Émile**, pelo cuidado, companheirismo e por sua capacidade imensa de ser paciente comigo.

A todos os meus amigos, especialmente, a **Renata Oliveira, Cássio Lemos, Ana Paula, Herlan Lacerda e Rafaela Gomes**, por terem acompanhado de perto essa caminhada.

Às minhas amigas e companheiras do mestrado, **Camila Alencar e Camila Dias**, pela amizade e por todos os momentos que vivenciamos durante essa etapa das nossas vidas.

À aluna de iniciação científica, **Rayanni Carlos**, pela importante contribuição dada para realização do trabalho junto às crianças.

Ao meu **Grupo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química (GPSMDQ)**, por todas as contribuições acadêmicas e pessoais que pude receber durante o processo de construção desse

trabalho. Especialmente às amigas **Patrícia Sousa** e **Katruccy Tenório**, como também, à professora **Tatiana Torres**, pela solidariedade e ideias compartilhadas.

À **Pós-Graduação em Psicologia Social e todos os professores** pelas contribuições dadas ao meu crescimento profissional.

À **CAPES**, pelo incentivo financeiro oferecido.

Às **instituições de acolhimento**, pelo apoio oferecido durante o momento de execução deste trabalho.

Às **crianças** que participaram desta pesquisa, por toda disponibilidade em compartilhar suas histórias, principalmente pela forma generosa como dividiram suas experiências e emoções.

À minha orientadora, **Silvana Maciel**, por ter me recebido no grupo de forma tão acolhedora, por toda confiança depositada e enorme contribuição dada para efetuação deste estudo. Um exemplo de fé e coragem!

A todos (as) que porventura deixei de citar, mas que direta ou indiretamente também fizeram parte dessa conquista...

Obrigada!

- “*Quer que eu conte minha história ?*” (Participante)

- “*Sim, conte!*” (Pesquisadora).

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE FAMÍLIA E ABRIGO: UM ESTUDO COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

RESUMO: A família se apresenta enquanto instituição sócio-histórica, sendo considerada o principal grupo social responsável pelo desenvolvimento do indivíduo. Porém, mediante situações de risco e vulnerabilidade social, crianças e adolescentes são temporariamente afastados do convívio familiar e encaminhados aos serviços de acolhimento institucional. Diante disso, este trabalho objetivou conhecer e analisar as representações sociais de crianças em situação de acolhimento institucional acerca da família e do abrigo. Utilizou-se como suporte teórico a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1978), a qual permite que o indivíduo construa uma referência sobre determinado significante que faz parte da realidade cotidiana, interferindo nas suas condutas. Participaram da pesquisa 13 crianças acolhidas institucionalmente, com idade entre 07 e 12 anos. Na coleta utilizaram-se os seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico, entrevista semiestruturada e a Técnica Desenho-Estória. Os dados sociodemográficos foram analisados através de estatística descritiva, a entrevista semiestruturada e o Desenho-Estória através da análise de conteúdo de Bardin (1977). Os resultados indicaram que as crianças representaram a família como um grupo de pessoas ligadas afetivamente, convivendo no mesmo espaço e com condições para garantir os cuidados básicos de seus membros; já o abrigo foi representado majoritariamente enquanto local que garante os cuidados materiais e de lazer das crianças. Percebeu-se, ainda, que os participantes ancoraram a representação do abrigo em um ambiente com laços afetivos próximos aos familiares, destacando a presença da cuidadora e das outras crianças acolhidas como elementos que remetem o abrigo à imagem da família, embora se possa verificar que a instituição não preenche totalmente a ideia de família, o que gera sentimentos ambivalentes e afetos negativos em relação ao abrigo. Observou-se, também, que os participantes percebem o preconceito da sociedade, sendo frequentemente representados através de termos pejorativos, fato que interfere negativamente na construção da autoimagem e na identidade social dessas crianças. Acredita-se, portanto, que os resultados encontrados sirvam tanto para novas reflexões como para realização de intervenções práticas frente à população de crianças em situação de acolhimento.

Palavras-chave: Criança em Situação de Acolhimento; Representação Social; Família; Abrigo.

SOCIAL REPRESENTATION ABOUT FAMILY AND SHELTER: A STUDY WITH IN INSTITUTIONALIZED CHILDREN

ABSTRACT: The family is shown as a socio-historical institution, and it is considered the main social group responsible by the individual's development. However, when there are situations of risk and social vulnerability, children and adolescents are temporarily removed from their families and transferred to institutional care centers. In this scenario, this work aimed to know and analyze the social representation of family and shelter to institutionalized children. The Social Representation Theory (Moscovici, 1978) was used as theoretical support and this theory allows the individual to build a referential on a significant one that is on his everyday reality, interfering on his behavior. Thirteen institutionalized children aged between seven to twelve years old participated in the study. The following instruments were used: sociodemographic questionnaire, semi-structured interview, and Drawing-Story Technique. The sociodemographic data were analyzed through descriptive statistics, and the semi-structured interview and the drawing-story went through content analysis of the Bardin, 1977. The results shows that family is perceived as a group of people affectively linked, and living in the same place, and have conditions to guarantee its members basics need; The shelter was represented mostly as a place that guarantees children's basics need and leisure actives. In addition, the participants linked the shelter as an environment with attachments similar to a family environment, highlighting the presence of the foster care and other children as elements that brings to the shelter the image of family. The institution does not fully fill the idea of family, which generates ambivalent feelings and negative affections towards the shelter. It was also observed that the participants perceive the prejudice of society and are often represented by pejorative terms that interfere negatively in the construction of the children's self-image and social identity. As a conclusion, the results may bases new reflections to performing of practical interventions in institutionalized children.

Keywords: Institutionalized Children; Social Representation; Family; Shelter.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Frequência dos dados sociodemográficos dos participantes.....	78
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Análise gráfica dos Desenhos-Estórias por tema Família.....	89
Figura 02: Análise gráfica dos Desenhos-Estórias por tema Abrigo.....	97
Figura 03: Distribuição das subcategorias/Representação da família.....	102
Figura 04: Distribuição das subcategorias/Representação do abrigo.....	108
Figura 05: Distribuição das subcategorias/Representações em relação à atitude da sociedade frente ao abrigo.....	115

LISTA DE ABREVIACÕES

CEP- Comitê de Ética em Pesquisa

CCS/UFPB- Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNCA- Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNMP- Conselho Nacional do Ministério Público

CNS- Conselho Nacional de Saúde

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

D-E- Desenho-Estória

ECA- Estatuto da Criança de Adolescente

FUNABEM- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

PNBEM- Política Nacional de Bem-Estar do Menor

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MS - Ministério da Saúde

ONG- Organização não governamental

RS- Representação Social

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRS- Teoria das Representação Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 Contextualizando Família e Acolhimento Institucional.....	18
1.1 Contextualizando Família: Um percurso histórico	19
1.2 Institucionalização infantil no Brasil: Contextualização histórica	27
1.2.1 Criança em situação de acolhimento: fatores de risco e de vulnerabilidade social.....	40
CAPÍTULO 2 As Representações Sociais como referencial teórico de análise.....	45
2.1 Teoria das Representações Sociais.....	46
2.2 A família e o abrigo como objeto de representação social	53
CAPÍTULO 3 Método.....	62
3.1 Tipo de estudo	63
3.2 Participantes	64
3.3 Local.....	65
3.4 Instrumentos e técnicas de análise de dados	67
3. 4. 1 Questionário sociodemográfico/ Estatística descritiva.....	67
3. 4. 2 Entrevista semiestruturada/Análise de conteúdo	68
3. 4. 3 Técnica do Desenho-Estória com tema/ Análise de conteúdo.....	69
3. 5 Considerações éticas e procedimento de coleta de dados.....	71
CAPÍTULO 4 Resultados e discussões.....	76
4.1 Análise dos dados sociodemográficos	77
4.2 Desenho-Estória com tema: Análise gráfica e semântica.....	84
4.2.1 Desenho-Estória com tema Família: Análise gráfica e semântica	85
4.2.2 Desenho-Estória com tema Abrigo: Análise gráfica e semântica.....	93
4.3 Entrevista semiestruturada- análise de conteúdo categorial temática	101

4.3.1 Categoria: Representação da Família.....	101
4.3.2 Categoria: Representação do Abrigo.....	107
4.3.3 Categoria: Representações em relação à atitude da sociedade frente ao abrigo	114
4.4 Consolidando os resultados	119
CAPÍTULO 5 Considerações finais.....	124
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS.....	143
ANEXO I- Certificado do Comitê Ética.....	144
APÊNDICE.....	145
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	146
APÊNDICE B - Termo de assentimento informado livre e esclarecido.....	148
APÊNDICE C- Questionário Sociodemográfico.....	150
APÊNDICE D- Entrevista Semiestruturada.....	151

INTRODUÇÃO

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2017), o número de crianças e adolescentes em situação de acolhimento registrado pelo Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) corresponde a 46.815 acolhidos no país. Em 2012, esse número era de 37.240 crianças e adolescentes, dados que indicam um aumento considerável dessa população nos últimos anos, mesmo o acolhimento institucional sendo considerado uma medida tomada em última instância, quando esgotadas todas as possibilidades para manter a criança ou adolescente com a família.

O acolhimento institucional infantil ocorre como uma forma de proteção à integridade física e/ou psíquica de crianças e de adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, sendo estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como uma medida excepcional e temporária, haja vista considerar o afastamento prolongado do ambiente familiar prejudicial para o desenvolvimento no período da infância e da adolescência, principalmente se a instituição de acolhimento não oferece condições adequadas para o bom funcionamento físico e emocional dos acolhidos (Zappe, Yunes, & Dell' Aglio, 2016).

Estudos evidenciaram que os principais fatores negativos ocasionados pela institucionalização infantil estão ligados às possíveis dificuldades de formação e manutenção de vínculos sociais apresentadas pelas crianças e adolescentes devido à separação do contexto familiar, além da fragilidade gerada nas bases de apoio ao desenvolvimento psicossocial (Zappe, Yunes, & Dell' Aglio, 2016). Entretanto, Siqueira e Dell' Aglio (2006) ressaltam que apesar de algumas pesquisas apontarem consequências negativas decorrentes do acolhimento institucional,

outros estudos assinalam que o acolhimento pode ser visto como uma alternativa positiva diante de casos em que o contexto familiar apresenta condições caóticas e totalmente desfavoráveis para manutenção de seus integrantes.

Historicamente construiu-se no imaginário social a ideia de família vinculada à afetividade, sendo socialmente reconhecida como principal instituição responsável pela proteção e cuidado de seus membros, principalmente daqueles que se encontram em fase de desenvolvimento, como é o caso das crianças (Ariès, 1986). Nos últimos anos, percebem-se alterações tanto nas leis como nas práticas sobre o que seja família, assim, compartilhamos um momento de profundas alterações de opiniões e valores sobre esse fenômeno, que mesmo depois de tanto tempo, ainda continua a suscitar o debate, devido ao seu caráter polêmico e atual (Vasconcellos, 2013).

Embora o conceito de família tenha se modificado ao longo do tempo, e de forma intensa nos dias atuais, observa-se que as representações sociais sobre a família giram em torno de um modelo idealizado, sendo reconhecida enquanto fonte de amor e cuidado, representação presente na sociedade desde o início da Idade Moderna até os dias atuais. Porém, por diversos fatores, esse ideal de família não faz parte da realidade de muitas crianças e adolescentes em nosso país, como apontam os dados do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNJ, 2017). Assim sendo, pode-se perguntar como crianças em situação de acolhimento institucional elaboram a representação social da família a partir da ruptura com os laços familiares, bem como, quais significados essas crianças atribuem ao abrigo diante da experiência atual de acolhimento.

Em função disso, o presente estudo teve como participantes crianças acolhidas em instituições de acolhimento, localizadas na cidade de João Pessoa - PB, com idades entre sete e doze anos, de ambos os sexos. O principal objetivo da pesquisa foi conhecer e analisar as

representações sociais de crianças em situação de acolhimento institucional acerca da família e do abrigo, a fim de compreender como elas ancoram e objetivam esses fenômenos a partir das experiências vividas. Para coleta dos dados, fez-se uso do método qualitativo, considerando o fato de esse tipo de abordagem facilitar o processo comunicativo do participante, pois permitiu que as crianças ficassem mais livres para expressarem o que pensavam a respeito dos objetos sociais estudados.

Na intenção de alcançar o objetivo proposto, entendeu-se como favorável a utilização do suporte teórico da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1978), a qual permite que o indivíduo a partir das experiências individuais e sociais construa uma referência sobre determinado significante que faz parte da realidade cotidiana, buscando tornar familiar o mundo ao seu redor e, conseqüentemente, servindo como guia para suas condutas e práticas. Belfort, Barros, Gouveia e Santos (2015) assinalam que o uso desse arcabouço teórico no estudo da representação da família propõe a adoção de uma perspectiva sócio-histórica que considera as mudanças e as permanências ao longo dos tempos conforme cada contexto, possibilitando um olhar sobre como são produzidas e quais as conseqüências dessas representações na vida individual e coletiva.

Souza (2015) ressalta a importância da análise das representações sociais construídas em relação às instituições totais, ou seja, aquelas de caráter fechado, como os presídios, os manicômios, os antigos “orfanatos” (**hoje denominados abrigos ou instituição de acolhimento**) e algumas instituições religiosas, permitindo repensar como foram se constituindo no decorrer dos tempos, seus formatos e finalidades, e quais influências para os modelos atuais (Goffman, 1961, grifo nosso). Nesse sentido, conhecer as representações sociais compartilhadas pelas crianças acolhidas em relação às instituições de acolhimento possibilita entender como os

aspectos sócio-históricos influenciam na representação que elas apresentam sobre a instituição de acolhimento e como reconhecem sua condição atual.

Diante do exposto, a realização desta pesquisa se justifica pela possibilidade de compreensão sobre como crianças em situação de acolhimento representam famílias e abrigos a partir das suas vivências, além de permitir que tenham suas falas valorizadas e participem diretamente das decisões tomadas frente às questões nesses contextos, utilizando os resultados encontrados e suas contribuições para o desenvolvimento científico sobre a problemática e a reflexão sobre as políticas públicas voltadas tanto para melhoria no atendimento das crianças em situação de acolhimento como nas condições de suas famílias.

O trabalho está dividido em cinco capítulos, formulados a fim de cumprir os objetivos propostos. O capítulo 1 - **Contextualizando Família e Acolhimento Institucional Infantil** - abordou a construção histórica do conceito de família na sociedade, bem como a contextualização histórica do acolhimento institucional de crianças no Brasil, da era colonial aos dias atuais.

O capítulo 2 - **As Representações Sociais como referencial teórico de análise** - teve por finalidade a apresentação da teoria utilizada como base para o entendimento dos objetos estudados na presente pesquisa.

Subsequentemente, o capítulo 3 - **Método** - descreve a trajetória metodológica para elaboração e execução do presente estudo. O capítulo 4 - **Resultados e discussões** - apresenta a análise e discussão dos dados coletados. Em seguida, o capítulo 5 - **Considerações finais** - apresenta reflexões em relação à problemática estudada. E, por fim, são apresentadas as **Referências** utilizadas, os **Apêndices** e **Anexos**.

CAPÍTULO 1

Contextualizando Família e Acolhimento Institucional Infantil

1.1 Contextualizando Família: Um percurso histórico

Compreender o conceito de família pode não ser uma tarefa tão simples, já que a família se apresenta como uma instituição em constante transformação, conforme influência de fatores temporais, culturais e valorativos de determinada sociedade, sendo assim considerada uma construção sócio-histórica (Ariès, 1986; Silva, 2012). Em função disto, o presente capítulo propõe discutir a construção do conceito de família ao longo da história, ressaltando como as mudanças ocorridas na sociedade interferem na representação desse constructo.

De acordo com Engelman (2015), a família pode ser definida “como uma construção social que é produzida em diferentes culturas e que se tornou historicamente importante, não sendo natural nem incontestável” (p. 39). Trata-se, portanto, de um objeto social criado e transformado a partir das mudanças sociais, estando sujeito às influências socioculturais de um povo em dado período histórico, como atesta o francês Philippe Ariès (1981/1986) em obra intitulada *História social da criança e da família*, na qual descreve como os conceitos de criança e de família sofreram alterações no decorrer dos tempos, e como ambos estão implicados. O autor faz um levantamento cultural e histórico sobre esses dois constructos, desde a Idade Média até a Idade Moderna; contudo, no momento, será abordada apenas a concepção socialmente construída acerca da família.

Na Idade Média ao invés da instituição família conhecida na contemporaneidade, falava-se em *linhagem*, condição que agrupava não somente familiares de sangue, mas também pessoas de uma aldeia ou comunidade, através do sentimento de proteção e de preocupação com o patrimônio pertencente ao grupo. Pode-se dizer que a família medieval da classe alta habitava grandes casas devido ao número elevado de integrantes, sendo essa geralmente formada por um

grupo de indivíduos que incluía além de pais e filhos biológicos, criados, aprendizes-crianças oriundas de outras famílias em busca de aprender atividades domésticas- empregados e etc. Observava-se que o grande número de pessoas dividindo o mesmo espaço dificultava a constituição de um núcleo familiar, não que a família não fizesse parte da realidade vivida pelos indivíduos desse tempo, “mas ela não existia como sentimento ou valor” (Ariès, 1986, p. 273). Tratava-se, portanto, de uma família mais coletiva e menos individualizada.

No período medieval, as crianças eram frequentemente enviadas para casas de estranhos, a fim de que aprendessem tarefas relacionadas à sua sobrevivência e/ou do seu grupo familiar; geralmente aprendiam atividades domésticas e ofícios da vida adulta. Em vista disso, a afetividade da criança não era devotada apenas aos pais, mas a outros atores sociais tão importantes quanto as figuras parentais, alargando assim o sentido de família (Ribeiro & Cruz, 2013). Ariès (1986) assinala que algumas condições prejudicavam a criação de vínculos mais íntimos tanto entre pais e filhos, como entre irmãos, necessários ao sentimento de unidade familiar, tais como o fato de as crianças serem instruídas por outras pessoas, bem como o grande número de mortalidade infantil da época. Ressalta-se, ainda, que as crianças eram tratadas como adultos em miniatura; portanto, não existia o sentimento de infância que atualmente é partilhado na sociedade.

O sistema socioeconômico da época conhecido como feudalismo se caracterizava pela grande produção agrícola, com concentração de poder nas mãos dos senhores feudais, principais detentores das grandes propriedades de terras, geralmente cedidas a camponeses que trabalhavam para os proprietários dos feudos em troca de renda que garantisse sua subsistência (Rodrigues & Abeche, 2010). Reis (1985) destaca nesse período a presença das famílias aristocráticas e

camponesas, que embora apresentassem diferenças em relação à organização do núcleo familiar, a primeira geralmente era formada por um número maior de indivíduos se comparada aos da segunda, ambas eram dotadas de características semelhantes em relação ao papel da família na vida comunitária e de seus membros. De modo geral, tanto a família aristocrata como a camponesa não valorizava a privacidade, a domesticidade, os cuidados maternos ou as relações íntimas entre pais e filhos. Havia um elevado índice de natalidade e pouca preocupação com hábitos higiênicos, o que justifica em parte o alto nível de mortalidade infantil. A aprendizagem das crianças girava em torno da obediência à hierarquia social, sendo o castigo físico o principal instrumento utilizado para internalização das normas externas.

Do século XII ao XIV, emerge na Europa uma nova classe social denominada burguesia, responsável por inúmeras transformações no sistema socioeconômico vigente, tais como a mediação nas relações de troca de equivalentes, através da extração de lucro dos produtos, dando início à vida comercial e urbana, momento em que a população passa gradualmente a dominar as atividades comerciais, artesanais e bancárias, ou seja, provoca uma transferência das atividades agrárias (rurais) para atividades comerciais (urbanas), bases para constituição da Modernidade (Rodrigues & Abeche, 2010). Essas mudanças alteram o modelo de família medieval, com implicações diretas nas relações conjugais e, conseqüentemente, nos papéis estabelecidos para homens e mulheres (Silva, 2006).

O novo modelo de família burguesa caracterizava-se pela privacidade e domesticidade, com o isolamento das redes comunitárias e de parentesco; constata-se uma maior dependência das crianças à figura materna, tanto de cuidados materiais como afetivos, algo até então tido como responsabilidade do coletivo, bem como os filhos aparecem submissos à autoridade dos pais e as mulheres aos maridos, ou seja, a família se organiza no formato patriarcal. Observam-se,

ainda, diferenças em relação aos padrões morais estabelecidos para condutas sexuais de homens e mulheres, em que a sexualidade masculina é estimulada, diferentemente das mulheres, que tinham os corpos e a sexualidade regulados e controlados, sendo privadas do prazer, destinadas apenas à procriação (Narvaz & Koller, 2006).

Nesse sentido, reflete-se que gradativamente as pessoas se desvincularam das responsabilidades estabelecidas para manutenção da comunidade e se voltaram para acumulação do capital individual ou da família nuclear, definida como unidade conjugal marcada pela presença de poucos filhos. Esse isolamento em núcleo fechado permitiu a valorização dos vínculos familiares como algo essencial na família burguesa, diferindo do modelo medieval, que até então possuía como principal função a proteção dos bens comuns ao grupo (Rodrigues & Abeche, 2010; Silva, 2006).

Verifica-se no decorrer dos séculos XVI e XVII o surgimento do “sentimento” de família, junto ao interesse por infância, representado na iconografia da época por meio de frequentes pinturas de cenas cotidianas e familiares, algo até então desconhecido na arte medieval. O foco passa então a ser a unidade familiar formada pelos pais e seus filhos, sendo raro encontrar imagens contendo mais de uma geração ou que remetesse ao antigo modelo de *linhagem*. Constata-se que inicialmente essa nova configuração familiar partiu das camadas mais abastadas, ou seja, da alta burguesia, classe então detentora de boa parte das riquezas e dos meios de produção após o fim do sistema feudal, porém, aos poucos atingiu toda a população (Ariès, 1986).

No século XVIII, com a consolidação da Revolução Industrial, principal responsável pela substituição do modo de produção manufatureiro pelas máquinas a vapor, presencia-se o

surgimento do capitalismo, sistema econômico baseado na propriedade privada dos bens de produção e no trabalho assalariado, implicando em transformações de ordem política, econômica e ideológica na estrutura social. Essas mudanças atingiriam diretamente a família, definida agora como unidade conjugal reduzida a poucos filhos, pautada na acumulação de capital e na valorização da escolha individual, assim como no amor romântico (Rodrigues & Abeche, 2010).

A industrialização gerou nos indivíduos a necessidade de um emprego, pois garantia sua estabilidade financeira, embora negasse sua estabilidade emocional, ficando a cargo da família proporcionar a afetividade necessária, o que contribuiu fortemente para formação da família por amor. O homem e a mulher passam a ocupar uma nova posição, em que os dois trabalham e se ajudam mutuamente, assim como os pais passam a investir mais na educação dos filhos e, conseqüentemente, alarga-se o tempo de dependências destes em relação às figuras parentais. Nesse cenário, novas atribuições e papéis são estabelecidos gradativamente dentro da família, principalmente em relação à figura feminina, cuja oferta de espaço salarial oferecido à mulher profissionalizada permitiu que esta não se limitasse apenas à vida doméstica, e ocupasse, portanto, outro tipo de lugar nas relações sociais e familiares (Henriques, 2009).

O século XX segue com mudanças notórias em relação ao âmbito familiar, decorrentes de vários acontecimentos sociais importantes, dentre eles, citam-se as duas grandes guerras mundiais, principais responsáveis pela desestabilização econômica e participação ativa da figura feminina em atividades tradicionalmente denominadas como masculinas. Além disso, os avanços científicos ocorridos no período pós-guerra permitiram à mulher usufruir de sua sexualidade sem necessariamente associar à maternidade ou, ainda, a uma gravidez indesejada, já que agora passa a contar com ajuda dos métodos contraceptivos (Silva, 2006); assim, a forte entrada das mulheres

no mercado de trabalho e o uso de anticoncepcionais acabam influenciando na queda do número de filhos por família.

Conforme sublinha Vasconcellos (2013), o entendimento de família é atingido diretamente pelas mudanças sociais ocorridas em determinada sociedade, tornando-se um ambiente de socialização bastante dinâmico, através de um processo contínuo de reorganização. Nesse sentido, ao refletir sobre a construção sócio-histórica do conceito de família na sociedade europeia e, conseqüentemente, em outras sociedades colonizadas pelos europeus, Ariès (1986) julga que a família deve ser pensada de modo contextual e não naturalístico.

Constatam-se nos últimos anos modificações na esfera familiar através do surgimento de variados tipos de configurações familiares, diferindo do tipo tradicional modelo nuclear, pai, mãe e filhos (Engelman, 2015). Essas novas configurações são percebidas como consequência de uma maior variabilidade de relações coexistentes na sociedade, devido ao elevado número de pessoas que vivem sozinhas, assim como casais que vivem juntos sem serem oficialmente casados, ou ainda, casais homoafetivos, famílias monoparentais e famílias formadas a partir de recasamento (Lauz & Borges, 2013). Tais mudanças decorrem, conseqüentemente, do acelerado processo de globalização, principal responsável pela quebra de paradigmas e de fronteiras culturais.

Entretanto, o modelo de família nuclear ainda predomina na sociedade ocidental, sendo reconhecido como uma unidade formada basicamente por um pai e uma mãe, e seus filhos, sejam eles biológicos ou adotivos (Papalia & Feldman, 2013). Destaca-se que no contexto brasileiro a família nuclear também aparece como configuração preponderante, embora dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010) chamem atenção para algumas modificações ocorridas nessa estrutura nos últimos dez anos. Entre as principais mudanças, pode-se verificar o

aumento do número de casais sem filhos e o forte crescimento de famílias chefiadas por mulheres, provavelmente decorrentes de alguns fatores de ordem social, tais como baixas taxas de fecundidade, acelerado envelhecimento populacional e maior inserção feminina na vida profissional.

Com base na Constituição Federal de 1988 e no Código Civil de 2002, a definição de família foi se tornando diferente com o decorrer dos tempos, especificamente, a partir dos novos papéis atribuídos aos seus membros, cujas mulheres conquistam direitos iguais aos dos homens, tal como, pelo fato dos casos de união estável e de monoparentalidade passarem a ser reconhecidos enquanto instituição familiar e não apenas as famílias constituídas por meio do matrimônio (Barreto & Rabelo, 2015). Assim, de acordo com a Constituição, Art. 226, parágrafo 4, “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”.

Silva (2012) sublinha que as alterações propostas pelas normativas legais em relação à concepção de família ultrapassam os laços consanguíneos, incluindo aspectos de afinidade e reciprocidade, além de responsabilidade pela manutenção de seus componentes. Com isso, observa-se que a legislação brasileira abre espaço para as novas entidades familiares e relega o modelo clássico formado por casal heterossexual e seus filhos, a fim de garantir direitos e deveres iguais a todos os cidadãos, na diversidade e na afetividade, como atesta Ramos (2014). A literatura mostra que na realidade já não podemos falar de família como sinônimo de algo fechado e estático, mas de famílias, no intuito de considerar as mais distintas formas e composições vigentes (Cavini, 2012; Diniz, Santos, & Lopes, 2007; Vinuto, 2013).

No entanto, apesar da variabilidade encontrada na definição de família, pode-se perceber que as exigências com relação às suas funções de cuidado e proteção continuam as mesmas

(Cavini, 2012; Diniz, Santos, & Lopes, 2007; Vinuto, 2013), principalmente no que se refere ao cuidado de seus integrantes em fase de desenvolvimento, como é caso de crianças e adolescentes. Acredita-se que a família contribui diretamente para participação e permanência do indivíduo em sociedade, tendo como principal função social a proteção de seus componentes, oferecendo afeto e segurança e, ainda, favorecendo o desenvolvimento da subjetividade, de acordo com o período sócio-histórico vivenciado. Desse modo, a família apresenta como função básica, educar, socializar e satisfazer as necessidades de seus membros, proporcionando uma estrutura familiar de qualidade, que envolva o equilíbrio de afetos e responsabilidades (Barreto & Rabelo, 2015).

Convém destacar que mesmo diante de todas as transformações ocorridas na estrutura familiar, e de todas as críticas que tenha recebido ou possa receber, a família ainda continua sendo necessária e desejada por grande parte das pessoas, o que provavelmente explica o fato de ela ainda se manter (Rodrigues & Abeche, 2010). Ribeiro e Cruz (2013) acrescentam que a família possui certo nível de intimidade compartilhada entre seus membros, capaz de fornecer subsídios necessários à construção da identidade do sujeito em formação, tendo em vista que é seu primeiro grupo de identificação e de inscrição social.

Por outro lado, apesar de a família ser considerada como principal fonte de cuidado e de proteção às crianças, alguns fatores negativos podem interferir na dinâmica familiar, gerando dificuldades no cumprimento dessas funções. Entre os principais fatores de risco e vulnerabilidade presentes no ambiente familiar, destacam-se: negligência nos cuidados, abandono, violência doméstica (física, psicológica ou sexual), além de pais ou responsáveis dependentes químicos (Ferreira, 2014; Furlan & Souza, 2013). Esses fatores são frequentemente apontados como responsáveis por colocar em risco a integridade física e psicológica de crianças e

de adolescentes, ocasionando o afastamento temporário da criança ou do adolescente do âmbito familiar, por meio de medida de acolhimento institucional, até que seja possível seu retorno à família de origem ou substituta. Entretanto, faz-se necessário frisar que frequentemente as situações de risco presente na vida dessas famílias são decorrentes em grande parte da falta de investimento por parte dos órgãos públicos “para que essas possam superar suas vulnerabilidades e exercer suas funções de cuidado, proteção e socialização de seus filhos” (Furlan & Souza, 2013, p. 43).

Diante do exposto, percebe-se que embora definir família não seja algo fácil, principalmente na contemporaneidade, esta ainda se apresenta como fundamental na formação social e emocional de crianças e de adolescentes. No entanto, caso ela falhe ou apresente dificuldade para cumprir suas funções, a medida de acolhimento institucional se mostra como uma das alternativas, conforme as leis brasileiras direcionadas à proteção infantojuvenil. Nesse sentido, faz-se relevante descrever como o processo de institucionalização infantil ocorreu no contexto brasileiro, dos tempos coloniais aos dias atuais.

1.2 Institucionalização infantil no Brasil: Contextualização histórica

No Brasil, os primeiros registros de acolhimento institucional infantil ocorreram em meados do século XVIII, sendo realizados por meio da Igreja Católica, especificamente, pela Santa Casa da Misericórdia. Destaque-se, então, que a institucionalização apresentava caráter caritativo, e as crianças eram acolhidas através do modelo que ficou conhecido como Roda dos Expostos, implantado durante a Idade Média em Portugal (Furlan & Souza, 2013; Pereira, 2006). Recebeu essa denominação “roda dos expostos” por apresentar uma estrutura cilíndrica e

giratória que permitia ao adulto colocar a criança na parte externa da instituição, girá-la até a parte interna, garantindo o sigilo da identidade (Guedes, 2013). Salienta-se que essa também ficou conhecida como “roda dos excluídos”, pois era o local aonde eram colocadas as crianças excluídas da família e conseqüentemente da sociedade.

Nessa época, a institucionalização infantil era basicamente motivada pela falta de recursos financeiros da família para manter seus filhos, além de alguns casos específicos, como os de mães solteiras que mesmo possuindo condições suficientes para criá-los, entregavam seus bebês a fim de esconder algo tido como desonra: a gestação de um filho ilegítimo. Assim, a criação da roda dos expostos foi de grande valia à sociedade da época, pois impediu que as crianças fossem abandonadas nas ruas, evitando que viessem a óbito (Mendes, 2015). Contudo, apesar dessa utilidade protetiva, esse sistema se mostrava incapaz de atender às necessidades das crianças, tanto pelo seu caráter assistencialista quanto pelas práticas inadequadas apresentadas.

O Estado se mostrava ausente em relação aos direitos na infância, olhando as instituições de abrigo como mero local de alojamento das crianças. Não era fornecido um cuidado que considerasse as questões peculiares dos acolhidos, pois a maioria das instituições se encontrava em condições precárias, tanto no nível de cuidados materiais quanto no nível dos cuidados afetivos (Santos, 2011). Ressalta-se que mesmo se apresentando de forma ineficiente e prejudicial no cuidado das crianças, ainda assim esse dispositivo se manteve ativo por mais de dois séculos, a fim de cumprir vários papéis sociais, tais como: reprimir o grande número de infanticídios; possibilitar aos cristãos praticarem a caridade ao próximo, já que a Igreja era tida como principal responsável pelos cuidados dos mais necessitados; como também, proporcionar à sociedade um local para esconder os filhos nascidos fora do casamento (Pereira, 2006).

No início do século XX, os serviços de assistência à infância, até então praticamente comandados pela Igreja, começaram aos poucos a sofrer intervenções por parte do Estado através da criação de políticas voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, especificamente, para população carente, pautadas no seguinte dualismo sobre a infância: a rica e a pobre; a criança e o “menor”. Destaca-se que a expressão “menor” era carregada de estereótipos negativos, associados à delinquência e vulnerabilidade; assim sendo, as crianças e adolescentes em situação de risco deviam ser afastados do convívio social para serem disciplinados em instituições como os “reformatórios” ou “Institutos Correcionais”, onde a filosofia de atendimento valorizava métodos de disciplina e repressão. As intervenções frente a esse público são fruto de algumas exigências da época, entre elas se constata uma maior preocupação populacional em relação aos riscos que o “menor” abandonado pudesse trazer à sociedade (Pereira, 2006). Observa-se, portanto, que o Estado não estava preocupado em garantir os direitos infantojuvenis, tendo em vista que crianças e adolescentes eram constantemente afastadas da família e enviadas a instituições devido à falta de recursos financeiros de seus pais, assim, optava-se pela internação institucional dessas crianças e adolescentes ao invés de gerar condições para mantê-los com suas famílias.

A história da política social de atenção às crianças e aos adolescentes das classes populares no Brasil, a partir do século XX, voltou-se muito mais para uma história de negação de direitos do que para uma história de inclusão, de direitos assegurados, de luta pela promoção da cidadania. O tratamento dispensado à infância e adolescência pobre, utilizando-se das mais variadas nomenclaturas discriminatórias como moleques, pivetes, trombadinhas, meninos e meninas de rua, delinquentes juvenis, deflagra a forma cruel como foram tratados tanto pelo Estado como pela sociedade brasileira, ágeis em culpabilizá-los pela violência e insegurança nacional e vagarosos em reconhecê-los como pessoas, como sujeitos (Pereira, 2006, p. 61).

Em 1927, mediante necessidade de leis que regulamentassem as medidas tomadas frente à população infantojuvenil, surge o primeiro Código de Menores (Decreto nº 17.943/27),

desenvolvido no sentido de fornecer assistência e proteção a crianças e adolescentes; no entanto, este se efetiva muito mais como uma medida punitiva do que protetiva, haja vista que a nova legislação não estava preocupada com o atendimento à família, fundamentada basicamente na ideia de que a solução para os “menores” seria o internamento institucional. Nesse contexto, crianças e adolescentes em condições de abandono ou delinquência passam a ser responsabilidade legal do Estado, ocorrendo uma associação entre proteção e controle penal (Silva, 2012; Siqueira, 2012; Luvizaro & Galheigo, 2011); isto é, as crianças eram abrigadas no mesmo local e de forma indiscriminada, sem separar aquelas que transgrediam as leis daquelas que se encontravam em situação de negligência e/ou violência.

Norteadas pela lógica coercitiva, as instituições de acolhimento apresentavam rotinas inflexíveis, com horários estabelecidos para todas as atividades básicas diárias, tais como horário para acordar, comer, brincar, estudar e dormir. As crianças e adolescentes praticamente não tinham privacidade, tendo que dividir até suas roupas e objetos pessoais com os outros acolhidos. Tinham limitações ainda com relação à liberdade, de tal forma que não podiam sair da instituição, mesmo quando precisavam de algum tipo de atendimento médico, odontológico ou psicológico, sendo até o acesso à escola restrito às paredes institucionais (Siqueira, 2012).

Os aspectos desse modelo de atendimento podem ser comparados aos das instituições totais descritas por Goffman (1961), onde vários indivíduos que se encontrem em situação semelhante são temporariamente afastados da sociedade e enclausurados em instituições com regras rigorosas, baseadas nos objetivos institucionais, como nos casos das prisões e dos hospitais psiquiátricos. O autor frisa que em nossa sociedade essas instituições podem ser consideradas “estufas para mudar pessoas” (p. 22), assim como era esperado dos antigos reformatórios destinados às crianças e adolescentes em situação de risco.

Nos anos seguintes à elaboração do Código, temos em 1941 a implantação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), instituição subordinada ao Ministério da Justiça, destinada à assistência e proteção aos “menores”, tendo como prioridade a criação de escolas de reeducação dentro dos estados. Entretanto, esse serviço não trouxe inovações para o atendimento das crianças e suas famílias, pois continuou com estratégias de criminalização e psiquiatrização da pobreza (Silva & Silva, 2011; Silva, 2012). Rizzini e Rizzini (2004) frisam que os “menores” eram considerados os principais responsáveis pelas dificuldades na viabilização das propostas educacionais, sendo reconhecidos como incapazes e agressivos.

No imaginário popular, o SAM acaba por se transformar em uma instituição para prisão de *menores transviados* e em uma *escola do crime*. A passagem pelo SAM tornava o rapaz temido e indelevelmente marcado. A imprensa teve papel relevante na construção desta imagem, pois ao mesmo tempo em que denunciava os abusos contra os internados, ressaltava o grau de periculosidade dos “bandidos” que passaram por suas instituições de reforma. Sob o regime democrático, o órgão federal frequentou as páginas de jornais e revistas anunciando os escândalos que ocorriam por detrás dos muros de seus internatos (Rizzini & Rizzini, 2004, p. 34).

O grande número de denúncias e a insatisfação por parte das autoridades públicas e políticas em relação à eficácia do SAM abriu espaço para a fase do Estado do Bem-Estar do Menor, apresentando como principal marco em 1964 a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), comandada pelos militares. A proposta inicial da Fundação era modificar as formas de atendimento à infância e juventude no país, instaurando um órgão nacional com autonomia financeira e administrativa, assim como acabar com os antigos internatos para “menores”, destinados a crianças e adolescentes das camadas populares (Rizzini & Rizzini, 2004; Silva, 2012).

A nova Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) apresentava no discurso a valorização da vida familiar e a reinserção do “menor” à comunidade, recorrendo ao

“internamento”, em última instância. Contudo, apesar de melhorias nas condições de vida dos meninos e meninas internos, os planos dessa nova política ainda apresentavam sérias dificuldades na efetivação dos seus direitos, pois diferentemente do esperado em relação à redução do número de institucionalizações, houve uma grande difusão de “internatos para menores”, além de intensificação da antiga prática de recolher crianças nas ruas, a maioria residentes em favelas, que geralmente pediam esmolas, roubavam ou vendiam objetos para sobreviver (Rizzini & Rizzini, 2004). Observa-se, portanto, que as iniciativas tomadas frente à defesa dos direitos de crianças e adolescentes não obtiveram êxito, gerando uma necessidade de reavaliação do então Código de Menores.

No ano de 1979 o Código de Menores é revisado (Lei nº 6.697/79), porém permanece a mesma lógica de atendimento às crianças em situação de risco, com práticas voltadas para normatização de condutas, atendimento coletivizado em grandes instituições e falta de ações voltadas para reinserção familiar (Siqueira, 2012). A nova legislação cria a categoria denominada “menor em situação irregular”, composta por crianças e adolescentes que não tinham suas condições básicas de subsistência atendidas, expondo as famílias pobres à intervenção do Estado através dos amplos poderes delegados aos magistrados, embora esses venham a ser questionados e combatidos pelos movimentos sociais e pela transição para o regime democrático ocorrido no final da década de 80 (Ayres, Santos, Braga, & Ferreira, 2014; Rizzini & Rizzini, 2004).

No final dos anos 70 e início da década de 80, as medidas de internação institucional de crianças e adolescentes no país passaram a receber inúmeras críticas. Ocorreu, assim, a realização de vários seminários, publicações e discussões em relação a novas alternativas para as políticas de atendimento a infância, especificamente, no que se refere ao antigo modelo de internação institucional de crianças e adolescentes. Foi um período de intensos debates e várias mudanças no

país, cujos resultados foram materializados em importantes avanços, com destaque para a inclusão do artigo 227 na Constituinte, que trata especialmente dos direitos da criança. Contudo o maior destaque dessa época foi a discussão e redação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), em substituição do antigo Código de Menores (1927,1979) (Rizzini & Rizzini, 2004). Dessa forma, pode-se dizer que o Estatuto resultou de alguns movimentos da sociedade civil organizada, através de participação ativa nas discussões decorrentes da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e da Convenção sobre Direitos da Criança em 1989 (Siqueira, 2012), como também, mediante promulgação da nova Constituição Federal em 1988, que estabelece o seguinte no Art. 277:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, pp. 128-129).

Percebe-se, portanto, que houve uma mudança de paradigma na assistência à infância em nosso país, através da transição do modelo de proteção irregular para o modelo de proteção integral, dado que as novas leis tratam como prioridade a garantia e a efetivação igualitária dos direitos de todas as crianças e adolescentes. Diferindo das políticas anteriormente aplicadas, crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos como sujeitos em fase do desenvolvimento, portanto, que merecem uma atenção especial.

O novo modelo de proteção à infância apresenta como marca principal a responsabilização da família, do Estado e da sociedade pela promoção e manutenção do bem-estar de crianças e de adolescentes. Desse modo, o artigo 98 do ECA aponta que medidas de proteção serão aplicadas sempre que crianças e adolescentes tiverem seus direitos ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade, do Estado e da família, ou até mesmo devido a

sua própria conduta (Brasil, 2015). Para tanto, caso a criança ou adolescente se encontre em situação de risco ou vulnerabilidade social, a rede de proteção deve ser ativada a fim de que tenham seus direitos garantidos, tendo como principais medidas previstas no Art. 101:

I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII – acolhimento institucional; VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar; IX – colocação em família substituta (Brasil, 2015, p. 28).

Constata-se, portanto, que o Estatuto dispõe de uma série de ações envolvendo a família, a comunidade e o Estado em favor da garantia e da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, apresentando o acolhimento institucional como sétima alternativa (Siqueira, Massignan, & Dell’ Aglio, 2011). Contudo, salienta-se que esta é tida como uma medida de caráter excepcional e provisória, não implicando em privação de liberdade, utilizada como meio de transição para reinserção familiar ou, caso isso não seja possível, encaminha-se a criança ou adolescente para família substituta (Brasil, 2015), tendo em vista o reconhecimento da convivência familiar e comunitária como necessária para o desenvolvimento saudável do indivíduo.

Entre as principais políticas que buscam alterações nesse cenário, sobressaem-se no contexto brasileiro o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006) e a Lei da Adoção (Brasil, 2009). O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária apresenta como principal objetivo a efetivação do paradigma da proteção integral e a preservação dos vínculos familiares e comunitários prescritos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Essa política se mostra como fundamental para o rompimento com a cultura da

institucionalização infantil no país, visto que introduz um novo modelo de proteção, sugerindo, entre outras intervenções, o acolhimento das crianças e dos adolescentes em casas residenciais ao invés das grandes instituições de abrigos, permitindo um cuidado mais individualizado e, portanto, com maior facilidade na criação de vínculos (Zappe, Yunes, & Dell' Aglio, 2016).

Em relação à Lei da Adoção aprovada em 2009 (nº 12.010/2009), responsável por fazer alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), propõe diretrizes voltadas exclusivamente à permanência da criança e do adolescente nas instituições de acolhimento, além de aperfeiçoar o sistema de garantia do direito à convivência familiar. Entre algumas alterações, destaca-se: tratar como prioridade a resolução da problemática familiar diante dos casos de violação dos direitos da criança, recorrendo à medida de acolhimento em última instância; a família extensa ganha espaço e responsabilidade frente ao cuidado das crianças; indica-se a colocação da criança ou adolescente sob adoção, tutela ou guarda para os casos em que não seja possível a permanência na família natural; além de estabelecer que sua permanência em serviços de acolhimento institucional não deverá ultrapassar a marca de dois anos, exceto em casos específicos e com aprovação do judiciário (Siqueira, 2012).

Oliveira e Pereira (2011) sublinham que apesar de as alterações trazidas pela nova lei serem um grande avanço na luta pelos direitos infantojuvenis, algumas de suas exigências são quase impossíveis de serem atendidas, especificamente, em relação ao tempo de permanência no abrigo, ao considerar o fato de que muitas crianças e adolescentes encaminhados para adoção, não atendem aos perfis desejados pelos adotantes. Isso porque, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2010), existe uma maior preferência por crianças brancas e com idade de aproximadamente três anos, porém, apenas 12% das crianças em situação de acolhimento correspondem ao perfil desejado. Diante disso, percebe-se que há em nossa sociedade alguns

fatores valorativos éticos, culturais e políticos implicados no processo de adoção, agindo de forma impeditiva na efetivação dessas novas diretrizes (Queiroz & Brito, 2013).

Outra medida que merece destaque em relação à busca por melhorias na política de acolhimento institucional infantil em nosso país, trata-se da criação do conjunto de Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento institucional, elaboradas em 2009 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), juntamente com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Essas orientações possuem como principal objetivo regulamentar os serviços de acolhimento institucional em todo o território nacional, sejam eles de natureza pública ou privada, fundamentando-se, dentre outras instâncias, nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2009).

De acordo com o conjunto de Orientações Técnicas (Brasil, 2009), os serviços de acolhimento institucional podem ser oferecidos nas modalidades: abrigos institucionais (serviço de acolhimento em unidades institucionais com características semelhantes às de uma residência); casas lares (formadas por unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador responsável pelo cuidado de um grupo de crianças ou adolescentes); famílias acolhedoras (o acolhimento da criança e/ou do adolescente ocorre em residências de famílias acolhedoras cadastradas); e repúblicas (serviço de apoio e moradia aos jovens em processo de desligamento das instituições de acolhimento e sem perspectiva de reinserção familiar).

Os diferentes tipos de serviços de acolhimento institucional possuem por finalidade atender de forma mais adequada às necessidades da população infantojuvenil, apresentando como principal função o atendimento de crianças, adolescentes ou jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, temporariamente afastados do contexto familiar (Brasil, 2009). Ressalta-se, porém, neste momento, a modalidade “abrigo institucional” e “casas lares”, tendo em vista que esses foram os dois tipos de instituições estudadas na presente pesquisa.

O modelo abrigo institucional se define como um serviço de acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do contexto familiar, seja por abandono ou quando os pais ou responsáveis se encontram impossibilitados de cumprir seu papel de cuidado e proteção. Esse deve ter aspecto semelhante ao das casas convencionais, o de atender um número máximo de vinte crianças e adolescentes e estar inserido na comunidade. Ademais, indica-se que educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos, no intuito de garantir tanto a previsibilidade da organização da rotina diária como a vinculação com a criança ou adolescente (Brasil, 2009).

O modelo de atendimento “casa lar” diferencia-se por apresentar aspecto mais próximo ao familiar, haja vista que nessa modalidade indica-se que seja realizado o atendimento de um número mais reduzido de crianças/adolescentes, no máximo dez por residência, além do educador/cuidador (pessoa ou casal) morar na “casa lar” juntamente com as crianças e/ou adolescentes acolhidos, sendo este o principal responsável pelos cuidados e pela organização da rotina da casa. Esse equipamento se apresenta como mais adequado ao atendimento a grupos de irmãos e a crianças e adolescentes com perspectiva de acolhimento de média ou longa duração (Brasil, 2009).

Destaca-se que as unidades de acolhimento podem ser de caráter governamental e não governamental, desde que sigam o conjunto de orientações estabelecidas pela legislação. De

acordo com Art. 92 do ECA, as entidades de acolhimento familiar ou institucional deverão seguir esses princípios:

I – preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; III – atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; V – não desmembramento de grupos de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida da comunidade local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo (Brasil, 2015, p. 25).

Esses princípios são formulados em contraposição às antigas práticas de acolhimento que distanciavam a criança de sua família e davam pouca ou nenhuma importância à manutenção dos vínculos afetivos (Furlan & Souza, 2013). Entre algumas recomendações a serem adotadas pelos serviços de acolhimento, verifica-se: (a) o número de crianças e adolescentes por abrigos não deve ultrapassar de vinte; (b) a instituição deverá ser localizada nas proximidades de onde a criança vivia anteriormente; (c) e manter aspecto semelhante ao de uma residência local, ou seja, seguindo o padrão das demais casas da comunidade na qual estiver inserida (Brasil, 2009).

A proximidade com o contexto de origem tem também como objetivo preservar os vínculos comunitários já existentes e evitar que, além do afastamento da família, o acolhimento implique no afastamento da criança dos seus colegas, vizinhos, escola e atividades realizadas na comunidade. Essas são algumas medidas que devem ser seriamente levadas em consideração, pois tanto a Lei como diversas teorias apontam para a importância da convivência da criança em um ambiente tido como familiar (Brasil, 2009).

Nesse sentido, o caráter excepcional e provisório da medida de acolhimento institucional busca garantir o direito à convivência familiar, previsto no artigo 19 do ECA (1990): “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e,

excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”. Dessa forma, a reinserção familiar, seja na família de origem ou substituta, apresenta-se como um direito que deve ser garantido conjuntamente entre a Rede de Proteção à Infância e as instituições de acolhimento (Soraes, Souza, & Cardoso, 2015).

No entanto, convém destacar que embora se estabeleçam os princípios de excepcionalidade e temporariedade para medida de acolhimento institucional, problemas de ordem estrutural presentes na realidade brasileira ainda justificam o afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar. Dentre esses problemas, ressalta-se a falta de condições sociais e econômicas, a baixa renda de grande parcela da população, além de condições precárias de trabalho presentes no país. Tal constatação indica que a institucionalização infantil no Brasil ocorre frequentemente em virtude de fatores socioeconômicos, de forma que a pobreza se apresenta como principal fator que contribui para execução dessa medida (Zappe, Yunes, & Dell’Aglio, 2016), mesmo o ECA estabelecendo que isso não constitui justificativa para aplicação da medida de acolhimento institucional, o que mostra o descompasso entre o estabelecido na lei e sua aplicação na prática. Evidencia-se, assim, que muitos casos de institucionalização poderiam ser evitados caso o Estado comprimissem com o papel de assistir as famílias que fazem uso dos serviços de acolhimento.

Em virtude disso, faz-se necessário pontuar sobre quais os principais fatores de risco e de vulnerabilidade social presentes na vida de crianças e de adolescentes brasileiros, principalmente, aos encaminhados aos serviços de acolhimento institucional, e, como esses fatores são identificados ou definidos tanto pela literatura como pelos atores da rede de proteção, pois

conforme estudo (Pasian, Faleiros, Bazon, Pasian, & Lacharité, 2013) essas definições ainda são imprecisas entre parcela significativa desses agentes. O esclarecimento sobre essas questões possibilita verificar a efetivação da política de acolhimento enquanto medida que de fato assegure os direitos de crianças e de adolescentes, como previsto nas leis.

1.2.1 Criança em situação de acolhimento: fatores de risco e de vulnerabilidade social

De acordo com Janczura (2012) existem várias formas para definir os conceitos de risco e de vulnerabilidade, em razão das diversas áreas do conhecimento que fazem uso desses termos. A autora esclarece, ainda, que esses são termos distintos, porém inter-relacionados, ao definir que risco estaria associado às condições fragilizadas da sociedade contemporânea e vulnerabilidade social à condição dos indivíduos nessa sociedade, o que talvez explique em parte a dificuldade que muitos apresentam para distingui-los.

No que se refere à aplicação dos conceitos de risco e de vulnerabilidade social nas questões da infância, observa-se que suas definições estariam relacionadas às condições próprias dessa fase do desenvolvimento, ou seja, as crianças se apresentam mais dependentes da relação com os adultos para crescer, o que as torna mais vulneráveis. Nessa perspectiva, o conceito de vulnerabilidade remete à ideia de fragilidade e de dependência, que se liga à situação de crianças e de adolescentes, principalmente aos de baixo nível socioeconômico. Porém, os fatores de risco que afetam a vida deles não se resumem apenas aos problemas de exclusão social, mas abrangem também aspectos de relacionamento entre crianças e adultos. Dessa forma, a garantia dos direitos na infância depende, substancialmente, dos deveres dos adultos, no caso, da família, da sociedade e do Estado (Sierra & Mesquita, 2006), conforme estabelece o ECA.

Faz-se necessário frisar que a tríade Família-Sociedade-Estado deve atuar de modo conjunto e complementar na promoção e garantia dos direitos infantojuvenis, haja vista que essas instâncias possuem a responsabilidade de fiscalização, além de atuarem diretamente no controle civil e estatal, através da criação de políticas de atendimento para essa população (Farinelli & Pierini, 2016), especialmente, para os casos de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. Farinelli e Pierini (2016), destacam que a questão da vulnerabilidade social na infância está diretamente “ligada às práticas sociais, presentes na atuação da família, das instituições e da sociedade como um todo” (p. 73).

No contexto brasileiro, os principais fatores de vulnerabilidade das crianças e adolescentes estão ligados aos seguintes riscos: a) riscos relacionados à dinâmica familiar (uso abusivo de álcool, conflitos entre os pais e toda forma de violência doméstica); b) os riscos associados ao lugar de moradia (deficiência nos serviços públicos, problemas com a vizinhança e áreas próximas aos pontos controlados pelo tráfico de drogas); c) riscos relacionados à violência urbana; d) os riscos associados às instituições responsáveis pelo atendimento dessa população, como ações abusivas praticadas por profissionais, que são acobertados por uma estratégia de funcionamento que impede a participação social); e) os riscos à saúde (ausência em políticas de prevenção e promoção de saúde); f) os riscos do trabalho infantil; g) e os riscos em relação à exploração sexual de crianças e de adolescentes (Sierra & Mesquita, 2006). Esses são fatores que em geral atingem a população infantojuvenil, porém, no caso específico de crianças e de adolescentes em situação de acolhimento institucional, alguns desses aspectos se tornam mais preponderantes, como pode ser verificado nos levantamentos realizados a nível nacional.

Conforme pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público a respeito das condições dos serviços de acolhimento institucional e familiar no Brasil (CNMP, 2013),

constatou-se que as principais causas do encaminhamento de crianças ou de adolescentes às instituições de acolhimento ou casa lar consistiam em: negligência dos pais e/ou responsável (acima de 80%); dependência química/alcoolismo dos pais e/ou responsável (acima de 80%); abandono dos pais e/ou responsável (77%); violência doméstica (em torno de 60%), e abuso sexual praticado pelos pais e/ou responsável (em volta de 45%). Destaca-se que ocorria ser citado mais de um motivo para o acolhimento, o que justifica os valores do somatório dos índices serem maiores que 100% (Soares, Souza, & Cardoso, 2015).

Com base nos dados, pode-se perceber que são múltiplas as causas para o acolhimento institucional de crianças e de adolescentes, porém, apresentam maior frequência os casos de negligência intrafamiliar e uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas por parte dos pais ou responsáveis. Esses fatores provavelmente podem estar relacionados entre si, pois acredita-se que adultos dependentes químicos são mais propensos a serem negligentes tanto nos seus próprios cuidados como nos cuidados para com aqueles que estão sob sua responsabilidade.

Em relação à negligência como um dos principais motivos pelo acolhimento institucional de crianças e de adolescentes, algo também presente em outros estudos (Cavalcante, Magalhães, & Reis, 2014; Ferreira, 2014), Nascimento (2012) assinala que frequentemente ocorre uma associação entre “família pobre” igual a “família negligente”, pois essa seria uma forma da institucionalização não ser incoerente com o estabelecido pelas leis, já que o artigo 23 do ECA estabelece o seguinte: “A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar” (Brasil, 2015, p. 13); Desse modo, ao colocar a culpa na família, retira-se do Estado a responsabilidade pela falta de recursos para manutenção da família e de seus membros. Com isso, constata-se que apesar de a nova legislação reconhecer os direitos das crianças e dos adolescentes à cidadania, independente de sua classe social, ainda

existe certa disparidade em relação às leis vigentes e à aplicabilidade das políticas públicas voltadas ao acolhimento institucional infantil (Cavalcante, Magalhães, & Reis, 2014; Guedes & Scarcelli, 2014).

Conforme acrescentam Pasian et al. (2013), faz-se necessário diferenciar pobreza de negligência, pois diante da forte desigualdade social presente no contexto brasileiro, responsável pelo grande número de famílias vivendo em condições socioeconômicas precárias, essas duas situações distintas podem ser confundidas. Ressalta-se, portanto, que apesar de a falta de recursos materiais poder abrir espaço para situações de negligência no contexto familiar, isso não é motivo suficiente para uma criança ser “negligenciada”, já que muitas crianças oriundas de lares com condições socioeconômicas suficientes para atender suas necessidades também são atingidas por esse problema (Ferreira, 2014).

Nesse sentido, verifica-se que embora a negligência seja um dos motivos mais notificados como responsável pela violação dos direitos de crianças e de adolescentes, ainda existe certa dificuldade dos profissionais para conceituá-la (Pasian et al., 2013). De acordo com Azevedo e Guerra (1998), a negligência familiar pode ser definida como a omissão por parte dos pais ou responsáveis em prover condições necessárias para satisfação das necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente, por exemplo, quando os pais falham no atendimento adequado de alguns cuidados básicos, como alimentar e/ou vestir seus filhos, desde que tal falha não seja resultado de fatores que fogem ao seu controle.

É importante ressaltar que em algumas situações a pobreza pode se apresentar como fator de risco para o desenvolvimento humano, uma vez que impossibilita os pais ou responsáveis de dedicarem mais tempo aos filhos, gerando obstáculos para o desempenho de suas atividades parentais. Entretanto, mesmo diante de tais circunstâncias, deve-se pensar em alternativas que

evitem o acolhimento institucional, tais como o encaminhamento das famílias para programas de apoio e orientação parental, ou, ainda, para programas de transferência e geração de renda familiar (Zappe, Yunes, & Dell' Aglio, 2016), haja vista a importância do convívio em família.

Outra questão que merece destaque ao tratar das dificuldades enfrentadas para garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, trata-se das representações negativas construídas ao longo dos tempos em relação a essa população. Em estudo realizado com 202 leigos e profissionais, no Rio Grande do Sul, identificou-se que imagens sociais negativas são geralmente associadas às famílias com crianças e adolescentes institucionalizados e às famílias com baixo nível socioeconômico. Com base nisso, inferiu-se que a cultura da institucionalização, que frequentemente promove o afastamento de crianças e adolescentes da família devido a fatores socioeconômicos, ainda é uma realidade impregnada no imaginário social, de modo que a ideia que vincula pobreza à incapacidade de cuidado e de proteção prevalece no pensamento social (Zappe, Yunes, & Dell' Aglio, 2016).

Verifica-se que apesar de todos os avanços ocorridos nas leis em busca de garantir os direitos na infância e juventude, efetivá-los continua sendo um desafio, tanto pela falta de compromisso do Estado como devido às concepções negativas que circulam no imaginário coletivo em relação às famílias e crianças consideradas em situação de risco e vulnerabilidade social. Dessa forma, a discussão aponta para a necessidade de conhecer, através de uma perspectiva psicossocial, como são elaboradas as representações sociais sobre a família e a medida de acolhimento institucional, sendo, portanto, favorável o uso da Teoria das Representações Sociais, apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

As Representações Sociais como referencial

teórico de análise

2.1 Teoria das Representações Sociais

Na década de 50 houve na França uma grande disseminação das teorias psicanalíticas através dos meios de comunicação, permitindo que a população tivesse acesso a uma nova forma de conhecimento sobre o funcionamento psicológico humano. Em 1961, Serge Moscovici observando como as pessoas haviam percebido aquelas novas informações, lança sua obra *Psicanálise, sua imagem e seu público*, tendo como principal objetivo demonstrar como os indivíduos transformam um conhecimento científico em conhecimento do senso comum (Rocha, 2014; Silva, Camargo, & Padilha, 2011).

O trabalho de Moscovici serviu como base para o desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais, o que também veio a contribuir para o crescimento da Psicologia Social, haja vista essa nova teoria articular o social e o psicológico de forma dinâmica, possibilitando entender a formação do pensamento social e prever as condutas humanas. Um dos objetivos era superar a dicotomia indivíduo/sociedade, dando ênfase à dialética existente entre os aspectos individuais e sociais, ao julgar que a realidade social é internalizada e transformada pelo homem a partir do seu mundo interno (Alexandre, 2004; Rocha, 2014).

Em sua elaboração teórica, Moscovici recebe influência das ideias do sociólogo Émile Durkheim e do antropólogo Lévy-Bruhl, o que permitiu uma ruptura com a perspectiva individualista que se encontrava presente na Psicologia Social tradicional (Rocha, 2014). É interessante notar como o conceito de representação coletiva apresentado por Durkheim fundamentou a construção do conceito de representação social, embora se observem diferenças existentes entre ambos.

Pode-se dizer que as representações coletivas faziam referência a um amplo conjunto de fenômenos psíquicos e sociais, tais como a ciência, os mitos e as ideologias (Alves-Mazzotti, 2008). Jovchelovitch (2008) as define como “enquadres para o pensamento e a ação compartilhados de forma homogênea por uma comunidade. Elas compreendem as ideias, as emoções, os rituais e os costumes que os indivíduos carregam e desempenham, mas sobre os quais eles têm pouco controle” (p. 159). Durkheim considera as representações coletivas fatos sociais que possuem força coercitiva sobre os indivíduos, nos quais estão tão arraigadas no pensamento e nos rituais institucionais que se tornam resistentes às mudanças sociais.

Dessa forma, o conceito de representação coletiva era considerado estático, tornando-se inadequado para compreensão das sociedades contemporâneas, que possuem como marca a multiplicidade de sistemas políticos, religiosos e filosóficos. Com isso, Moscovici propõe uma teoria com visão psicossocial dos fenômenos sociais, construindo uma ponte entre indivíduo e sociedade, o que difere da “visão sociologizante de Durkheim e da perspectiva psicologizante da Psicologia Social da época” (Alves-Mazzotti, 2008, p. 22).

Surge, então, o estudo das representações sociais na busca de compreender ao mesmo tempo questões da cognição e dos grupos, concentrando-se, pois, no conhecimento da relação entre pensamento e comunicação, na difusão dos saberes e na gênese do senso comum (Moscovici, 2001). As representações sociais partem da premissa de que os universos internos e externos do sujeito não devem ser pensados isoladamente, pois quando o indivíduo representa algo, ele não o reproduz de forma passiva, mas o reconstitui, de modo a se constituir enquanto sujeito psicossocial (Alves-Mazzotti, 2008).

Observa-se que a pluralidade é algo presente na temática das representações sociais, fator que provavelmente traz dificuldade para sua definição. O próprio Moscovici (1978) sempre foi

resistente a essa ideia, pois temia limitar o alcance conceitual da mesma, embora ele tenha sugerido que as representações podem ser entendidas como: “Entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos e consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnadas” (p. 41).

Para Jodelet (2001), a representação social pode ser caracterizada como: “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 22). Mostra-se, portanto, como objeto de investigação científica, mesmo possuindo em sua essência a característica do saber ingênuo ou do senso comum.

Rocha (2014) sublinha que falar de representação social significa compreender a construção da realidade como produto da interação entre indivíduos e grupos sociais; portanto, seu conceito deve ser entendido como algo que engloba aspectos psicológicos e sociais, condição que gera forte interesse nas ciências humanas, tais como Sociologia, História e Antropologia. A multiplicidade de relações com disciplinas próximas confere ao tratamento psicossociológico da representação um *status* de transversalidade que aproxima vários campos de pesquisa, exigindo não uma justaposição às diferentes formas de saber, mas uma coordenação entre diferentes pontos de vista. Isto se apresenta como algo promissor da TRS, e ao mesmo tempo traz certa complexidade em seu tratamento e definição (Jodelet, 2001).

Moscovici (1978) afirma que a não precisão em relação ao conceito de representação social situa-se, entre outras razões, pelo fato da sua posição “mista” que engloba em sua formação uma “série de conceitos sociológicos e uma série de conceitos psicológicos” (p. 41). No tocante à formação das representações sociais, o autor frisa que são elaboradas a partir de dois

processos: objetivação e ancoragem. Estes são considerados processos sociocognitivos pelo fato de serem estados cognitivos socialmente regulados e interligados (Vala, 2013).

Na objetivação, algo abstrato é transformado em concreto, ou seja, visível, materializado, natural à realidade do indivíduo. Nesse sentido, objetivar significa transformar ideias, conceitos e imagens em algo material (Rocha, 2014). Moscovici (1978) assinala que através do processo de objetivação as ideias são transplantadas do plano intelectual para o plano real, havendo uma substituição do percebido pelo conhecido. Trata-se, portanto, de colocar para o nível observacional aquilo que antes era inferência ou símbolo.

Pode-se afirmar que o processo de objetivação passa por três momentos: *construção seletiva*, *esquematização* e *naturalização*. Na *construção seletiva*, o objeto de representação sofre um tipo de seleção, ou seja, o sujeito seleciona aquilo que atende ao seu mundo familiar e de valores. Aqui uma informação pode perder em conteúdo, mas ganhar em compreensão. Esses mecanismos são acionados pela necessidade de tornar acessível e útil o conhecimento. Na *Esquematização*, o indivíduo pega a informação e a incorpora em um esquema figurativo e simbólico que confere naturalização ao representante, a fim de organizar as novas informações com base naquilo que é conhecido. E na fase de naturalização, os conceitos que estavam no plano figurativo passam para a materialidade, tornando o abstrato em concreto, como também a percepção em realidade (Vala, 2013).

No que se refere ao processo de ancoragem, pode-se dizer que sua principal função é transformar algo não familiar em familiar, ao denominar e classificar os objetos sociais conforme as teorias que o sujeito possui sobre a sociedade e o ser humano. Sabe-se que quando uma informação nova nos chega, nossa mente já possui referências que irão interferir no processo de construção daquela nova realidade, ou seja, ocorre uma assimilação de novos objetos através de

conteúdos preexistentes que exercem o papel de âncoras na construção e entendimento de algo que até então era desconhecido; nesse caso entende-se que a ancoragem precedeu a objetivação, porém, frisa-se que essa pode se situar na sequência da objetivação (Vala, 2013). Nesse sentido, Jodelet (2001) formula que se por um lado a ancoragem instala a representação e seu objeto representacional em uma rede de significações que torna possível localizá-los através dos valores sociais e conferir-lhes coerência, por outro lado, serve como forma de operacionalizar o saber, dando-lhe um valor funcional para interpretar e agir sobre o ambiente, ou seja, ela segue a objetivação na medida em que guia comportamentos futuros.

O processo de ancoragem faz com que o novo se estabeleça a partir das formas antigas do pensar, ou seja, tome como base as memórias e os posicionamentos predominantes do indivíduo, responsáveis por acionarem mecanismo como classificação, categorização, denominação e procedimentos explicativos que seguem uma determinada lógica. Compreender algo novo só será possível quando o sujeito for capaz de explicá-lo, portanto, o sistema representacional fornece condições nas quais a ancoragem classifica no familiar e explica de forma familiar (Sêga, 2000). Dessa forma, entende-se as representações sociais enquanto sistemas de interpretação que orientam nossas relações com o mundo e com os outros (Jodelet, 2001).

Sobre as funções das representações sociais, Abric (1994) coloca que essas possuem quatro funções básicas: de *conhecimento*, *identitária*, de *orientação* e *justificadora*. A função de *conhecimento* se relaciona com o fato de os indivíduos serem capazes de entender determinado objeto a partir da construção representativa dos mesmos. A função *identitária* serve para diferenciar um grupo do outro a partir das representações sociais apresentadas pelos seus integrantes; assim, acredita-se que os indivíduos se identificam com aquele grupo que

compartilha ideias semelhantes às suas. Já a função de *orientação* aponta a forma socialmente aceita de como os indivíduos devem se comportar, ou seja, guiam as ações do sujeito. E, por fim, a função *justificadora* ocorre devido à necessidade de justificarmos comportamentos e tomadas de decisões.

Jovchelovitch (2008) sublinha que o principal papel das representações sociais seria lidar com o desconhecido e torná-lo familiar; assim, constroem pontes que ligam os atores sociais e os objetos no mundo. Apresentam-se, ainda, como instrumentos de conhecimento e comunicação, ao oferecer condições necessárias para o reconhecimento do mundo social e o desenvolvimento da identidade pessoal. Além disso, devido ao seu caráter de conhecimento socialmente compartilhado, “(...) as representações oferecem padrões de conhecimento e reconhecimento, disposições, orientações e conduta, que transformam ambientes sociais em lares para atores individuais e lhes permite entender as regras do jogo” (p. 191).

É importante frisar que a Teoria das Representações Sociais pode ser estruturada em torno de três abordagens teóricas: a abordagem processual, liderada por Denise Jodelet; a abordagem estrutural, liderada por Jean-Claude Abric, também conhecida como Escola do Midi, e a abordagem societal, liderada por Willem Doise, identificada como Escola de Genebra (Torres & Neiva, 2011). Embora as três abordagens tenham como foco o estudo da representação social, possuem formas distintas de abordar um determinado fenômeno social. Nesse sentido, torna-se relevante informar que o presente estudo utilizou como base a abordagem processual, em razão de apresentar condições adequadas para apreensão dos objetos investigados, pois valoriza o aspecto subjetivo da representação e, portanto, concebe o indivíduo como produto e produtor da realidade social.

Jodelet (2009) propõe em sua abordagem situar o estudo das representações sociais no jogo da subjetividade, delimitando três esferas de pertença das representações: a da *subjetividade*, a da *intersubjetividade* e a da *transsubjetividade*. A noção de subjetividade abarca os processos que essencialmente constituem o sujeito; portanto, mesmo que uma pesquisa busque os elementos representacionais partilhados pelo social deve considerar as condições individuais que geraram aquele tipo de representação. Na esfera da *intersubjetividade* destaca-se a elaboração das representações a partir da interação entre os indivíduos, fato que possibilita a criação de significações ou de ressignificações consensuais. Por fim, a esfera da *transsubjetividade* engloba elementos que permeiam tanto o campo subjetivo como o intersubjetivo, ou seja, inclui os aspectos individuais e grupais, os contextos de interação e os discursos produzidos pelo social.

De acordo com Jodelet (2001), "as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas intervêm" (p. 26). Isso implica dizer que o campo das representações sociais apresenta uma visão integradora a respeito da construção do conhecimento social, pois considera tanto os fatores de ordem histórica como as forças criativas da subjetividade. Assim, coloca em discussão as questões de ordem afetiva, em que as representações não são apenas expressões cognitivas, mas também atravessadas pelo afeto (Spink, 1993).

Spink (1993) enfatiza que as representações sociais, ao serem definidas como formas de conhecimento prático, colocam-se especificamente como corrente que busca apreender o saber do senso comum, rompendo com vertentes clássicas que tendem a valorizar apenas o conhecimento formal ou científico. Dessa forma, observa-se que as pesquisas realizadas no campo das RS

concentram-se em fatores como: a maneira utilizada pelos indivíduos de um grupo para especificarem um determinado objeto representacional; o entendimento dos temas presentes do discurso das pessoas, ou seja, como estas constroem ideias com base naquilo que é desejável para si e para o social; além de obter explicações com base no contexto sociocultural, de modo a esclarecer a formação, manutenção e possível alteração das representações sociais (Iorio & Seidmann, 2013). Pode-se observar a seguir como os objetos representacionais família e abrigo são representados em diferentes contextos sociais.

2.2 A Família e o abrigo como objeto de representação social

Sabe-se que a família pode ser conceituada enquanto uma construção sócio-histórica, ou seja, trata-se de uma instituição não naturalística e em constante transformação, definida conforme os costumes de cada cultura e em dado período do tempo (Ariès, 1986; Silva, 2012; Engelman, 2015). Configura-se como principal grupo social presente na sociedade desde os tempos mais primitivos até o momento atual, o que a torna objeto de inúmeros debates e estudos.

No que se refere à família enquanto objeto de representações sociais, tanto no senso comum como na ciência, percebem-se diferentes formas de pensar a família e as mudanças sociais em torno dela, assim como compreender o *status* atual dessa instituição (Vasconcellos, 2013). Dessa forma, é possível refletir que embora a representação social sobre a família seja algo socialmente compartilhado, entende-se que as diferenças encontradas nos grupos sociais interferem na formação dessa representação, mesmo que de forma sutil. Surge, portanto, a necessidade da realização de estudos no campo das representações sociais que considerem as particularidades presentes em cada contexto social.

Vasconcellos (2013) afirma que o acelerado processo de mudanças sociais trouxe grandes repercussões ao conceito de família, que no momento passa por constante ressignificação. Por essa razão, há uma propagação de diferentes discursos científicos - médicos, psicológicos, antropológicos, legais - que se empenham em descrever essas alterações e normatizar as famílias contemporâneas. Já o meio midiático procura vulgarizar esses discursos, tornando-os mais acessíveis para o entendimento do senso comum, por meio de programas televisivos, novelas, revistas, propagandas, entre outros. Surgem, também, os vários tipos de religião que de maneiras distintas elaboram definições sobre a família e os fenômenos que a rodeiam. Percebe-se que cada discurso busca defender os interesses dos grupos nos quais são produzidos, o que gera falta de consenso entre eles. Diante disso, encontra-se o indivíduo que precisa compreender e tomar posição frente à definição do que seja família.

No que se refere as representações atribuídas a instituição família, pode-se observar que existem diferenças na construção do seu conceito de acordo com o grupo de pertença de cada indivíduo, mesmo que essas diferenças sejam sutis, como foi verificado na pesquisa elaborada por Araújo (2003), em Maceió-AL, sobre a representação social da família construída a partir de diferentes classes sociais. Participaram do estudo 15 famílias no total, sendo duas da classe A (alta), seis da classe B (média) e sete da classe C (baixa). Para leitura dos dados, utilizou-se o suporte teórico da TRS, sendo esses coletados através de questionário e entrevistas. De modo geral, pode-se verificar que a família de classe A (alta) possui a representação de família conforme o modelo nuclear burguês e direcionada para os aspectos afetivos dos seus integrantes. A família de classe média se apresentou como mais aberta às novas configurações familiares e favorável aos novos papéis sociais atribuídos às mulheres, além de se mostrar preocupada com a realização de práticas religiosas e valores morais, que sustentam um modelo de família

idealizado. Já a família de classe baixa (“pobre”) associa a imagem da família basicamente à figura dos filhos. Observa-se, portanto, que mesmo se tratando do mesmo objeto representacional, este sofre mudanças conforme se altere o grupo de pertença no qual o indivíduo esteja inserido.

Sobre essa questão, entende-se que apesar de as representações serem consideradas um dado preexistente à comunicação, com suas determinações históricas e ideológicas, verificam-se fenômenos de aderência às formas de pensamento da classe, do contexto ou grupo de pertença. Isso ocorre devido à solidariedade e sentimento de filiação social, pois partilhar uma ideia é também admitir um vínculo social e uma identidade. Essa partilha funciona como meio de afirmação simbólica de uma unidade grupal, que através de uma adesão coletiva contribui para o fortalecimento do vínculo social (Jodelet, 2001).

Em pesquisa realizada acerca das representações sociais da família para crianças da cidade de Recife-PE, matriculadas em escolas pública e privada, podem-se constatar semelhanças e diferenças nas formas como ambos os grupos compartilham o conceito de família. Verificou-se que tanto as crianças da escola pública como as da escola privada apresentaram o núcleo central das representações sociais de família ancorada em sentimentos positivos próximos ao modelo nuclear. Porém, a análise dos elementos representacionais periféricos mostrou que as crianças de escola pública apresentaram a imagem da família objetivada no afeto e nas figuras de parentesco, ao passo que as crianças da rede privada trouxeram um modelo idealizado de família em harmonia e paz, além de terem ampliado os vínculos afetivos ao incluírem na definição de família amigos e animais de estimação enquanto componentes familiares (Ribeiro & Cruz, 2013). Esses

resultados indicam a universalidade e ao mesmo tempo a particularidade presente nas representações sociais.

Estudos realizados com crianças em situação de acolhimento a respeito da ideia que elas apresentam sobre a família e/ou abrigo também podem ser citados (Almeida & Barreto, 2014; Firmino, 2015; Lauz & Borges, 2013; Pereira, 2006; Pereira, 2013), embora se saliente que esses não trabalharam diretamente com a TRS, mesmo alguns citando o termo representação social ao abordarem os objetos família e acolhimento institucional. Verifica-se, portanto, certa carência na realização de estudos com crianças em situação de acolhimento e o campo teórico das RS. Entretanto, os resultados encontrados nas pesquisas citadas podem servir como base para compreensão da forma como crianças e adolescentes atendidos institucionalmente significam família e instituição de acolhimento.

Em estudo qualitativo elaborado por Lauz e Borges (2013), as autoras buscaram conhecer as concepções de família compartilhadas por crianças institucionalizadas e profissionais de uma mesma instituição. A pesquisa contou com um número total de seis participantes, sendo três meninas com idades entre nove e dez anos, e três profissionais (uma assistente social, uma monitora e a diretora). Para coleta de dados, realizou-se com as crianças um grupo focal (GF), além da aplicação do desenho da família e entrevista semiestruturada; e com os profissionais, utilizou-se entrevista semiestruturada. Na análise dos resultados, pode-se constatar que as crianças trazem concepções de família ligada à família de origem, aos modelos nuclear e monoparental (com ênfase na figura feminina), além de terem representado momentos de afetividade na família. Já os profissionais apresentaram representações positivas em relação à sua

família de origem e negativas no que se refere às famílias das crianças atendidas na instituição, dando ênfase nos fatores de risco que os pais dessas crianças representavam para elas.

Outro estudo realizado com onze adolescentes, entre 13 e 15 anos de idade, acolhidos em uma instituição no modelo “casa lar”, utilizando como método de pesquisa o suporte teórico clínico piagetiano idealizado por Deval, que tinha como objetivo investigar as tendências do pensamento dos adolescentes (como agem e percebem o que se passa à sua volta), verificou que estes representam o ambiente institucional como um lugar de proteção e moradia provisória, diante da impossibilidade no momento de viver como seus familiares. Os resultados indicaram também que os aspectos de lazer foram enfatizados pelos adolescentes, reconhecendo a instituição como um espaço de diversão. Observou-se ainda que apesar de os participantes perceberem o cuidador/residente como alguém que provê os cuidados, nutrem fortes desejos de retorno à família de origem ou de viverem em uma família substituta (Firmino, 2015).

Na pesquisa realizada por Pereira (2006), a autora estudou as representações sociais de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sobre a família e o abrigo na cidade de Ribeirão Preto-SP. Para tanto, fez-se uso de uma abordagem qualitativa, cujo os dados foram coletados através de entrevista semiestruturada e desenhos produzidos pelos participantes. Os resultados encontrados indicaram que devido ao rompimento com os laços familiares, os entrevistados tendem a definir família como uma união de pessoas, seja por meio de laços consanguíneos ou não, com prevalência dos laços afetivos. Verificou-se, ainda, que outras figuras assumem os papéis familiares, muitas vezes cumulativos, em decorrência da ausência dos membros familiares socialmente eleitos como mãe, pai e irmãos. Surge também o conceito de família tendo como referência o espaço físico de um lar, ou seja, de moradia, expresso como necessário à convivência familiar.

Quanto à representação do abrigo, demonstrou-se que as crianças e adolescentes tendem a perceber o local como bom devido ao fato de atender às suas necessidades básicas, além da ideia de espaço destinado ao acolhimento de crianças e adolescentes considerados “abandonados”, o que indica que a representação da instituição de acolhimento foi ancorada na ideia de um local que garante proteção. Isso mostra que as representações apresentadas pelas crianças e adolescentes estão impregnadas pela imagem socialmente construída no Brasil em relação à instituição de acolhimento, ou seja, à concepção da medida de acolhimento enquanto dispositivo protetivo diante de situações de abandono vividas pelas crianças por parte de seus familiares (Pereira, 2006). Essa associação da imagem das instituições de acolhimento a um local que recebe ou acolhe crianças abandonadas se encontra impregnada no imaginário social desde os primeiros registros de acolhimento institucional infantil; e permanece viva até os dias de hoje.

No trabalho elaborado por Almeida e Barreto (2014), em Viçosa-MG, tendo como objetivo investigar as representações que crianças e adolescentes institucionalizados têm sobre a convivência familiar e comunitária, participaram treze crianças/adolescentes institucionalizados, com idades entre 7 e 17 anos. Tratou-se de um estudo de cunho qualitativo, sendo os dados coletados e analisados através do método clínico Piagetiano. Os resultados analisados foram agrupados nas seguintes subcategorias: Aspectos físicos, Aspectos humanos, Sentimentos, Atividades desenvolvidas, Regras e obrigações, Atitudes e comportamentos, Finalidade, Desejos e necessidades e Conflitos/problemas na família. De modo geral, observou-se que frequentemente os participantes conceituam o abrigo como um lugar, mesmo que temporário, onde possam vivenciar sua infância quando não têm onde ficar ou quando os pais estão incapacitados de cuidar. Constatou-se, ainda, a imagem da instituição de acolhimento vinculada aos

conflitos/problemas na família, ou seja, as crianças e os adolescentes trazem em suas falas os motivos do acolhimento como elemento representacional do abrigo.

Pereira (2013) a fim de conhecer o significado da família, do acolhimento e da reinserção familiar para crianças e adolescentes em situação de acolhimento, realizou na cidade de João Pessoa-PB um estudo com cinco crianças/adolescentes, entre nove e dezesseis anos de idade. Utilizou-se para apreensão e leitura dos dados uma abordagem do tipo qualitativa, tendo como método de coleta a pesquisa documental, as técnicas de desenho e entrevista semiestruturada. Os resultados obtidos mostraram que os acolhidos entendem família como um grupo de pessoas dividindo o mesmo espaço de moradia, ligados através de laços biológicos e afetivos. Contatou-se, ainda, a família representada através de novas configurações, bem como uma adaptação do seu conceito à situação de acolhimento, ao incluírem os educadores, professores e amigos como pessoas da família. O acolhimento surge ora como um local punitivo, destinado aos que apresentam comportamentos inadequados, ora como espaço protetivo, por impedir que crianças e adolescentes se tornem criminosos ou fiquem na rua. O significado atribuído pelos participantes ao processo de reinserção familiar aparece como saída da instituição de acolhimento e retorno à família de origem, entendido como fim da punição (o acolhimento) e prêmio por bom comportamento.

Em pesquisa realizada na Argentina com crianças em situação de acolhimento a respeito das representações sociais que apresentavam sobre a instituição de acolhimento (Iorio & Seidmann, 2013), frisa-se que as autoras fizeram uso da TRS na leitura dos resultados e puderam observar três significados atribuídos à instituição: a) o abrigo enquanto um *espaço físico* que atende às necessidades básicas como comer, dormir, brincar e estudar, assim, esse local preenche

algumas necessidades que não são satisfeitas em suas famílias de origem; b) Como um *espaço social* responsável por desempenhar as funções de alojar e cuidar, como também, a representação de local privado e isolado. Destaca-se o fato de as crianças reconhecerem a instituição como espaço que desempenha o cuidado que seus pais não conseguiram, mas, ao mesmo tempo, aparece como um local que as priva da vida familiar e as obriga a se comportarem de determinadas maneiras; c) e o abrigo como um *espaço subjetivo* no qual a instituição foi representada como um local fechado, ou seja, onde as crianças não possuem liberdade para sair e são frequentemente vigiadas.

As autoras da referida pesquisa destacam que a situação de confinamento e separação da família expressa nas experiências compartilhadas pelas crianças, apresenta-se como elementos que as unem como indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social, porém separado dos demais, indicando que nas representações relativas à institucionalização, as crianças institucionalizadas apresentam a dicotomia “nós” (crianças acolhidas) e os “outros” (crianças com a família). Depreende-se, portanto, que as RS estão diretamente ligadas à formação e manutenção da identidade social dessas crianças; além disso, ambas são mantidas e modificadas no decurso da interação social. “Os indivíduos, como tal, são construídos na vida social; eles não nascem, mas *tornam-se* tais como são através de jogos sociais” (p. 72). As instituições de acolhimento são incorporadas através do cotidiano e das experiências dos acolhidos, resultando em uma ordem que legitima interpretações comuns entre eles que, então, passam a circular como representações estereotipadas (Iorio & Seidmann, 2013).

De acordo com Jodelet (2001), a representação social possui com seu objeto uma relação simbólica e interpretativa, ou seja, ele toma seu lugar e lhe confere significação. O processo de

ressignificação do objeto faz com que a representação seja considerada uma “construção” e uma “expressão” do indivíduo, o que pode remeter aos processos cognitivos e psicológicos do sujeito. Porém, ressalta-se que a particularidade do estudo das representações sociais situa-se justamente no fato de integrar na análise desses processos fatores de ordem social e cultural presentes na vida do sujeito.

Dessa forma, este trabalho busca escutar crianças em situação de acolhimento institucional da cidade de João Pessoa-PB, a fim de compreender quais construções simbólicas e condições ideológicas permeiam suas representações sociais sobre a família e o abrigo. Acredita-se que as experiências sociais e particulares das crianças interferem na forma como estas significam esses dois constructos, o que torna relevante conhecer as representações sociais apresentadas por esse grupo social, haja vista que possuem a função de orientar condutas e comportamentos. Para tanto, o presente estudo apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

- Conhecer e analisar as representações sociais acerca da família e do abrigo por parte de crianças em situação de acolhimento institucional.

Objetivos específicos:

- Identificar o perfil sociodemográfico dos participantes.
- Descrever os processos sociocognitivos das representações sociais (objetivação e ancoragem) sobre família e abrigo para as crianças em situação de acolhimento institucional.

No capítulo seguinte, encontra-se o método adotado para realização da presente pesquisa.

CAPÍTULO 3

Método

MÉTODO

3.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e de caráter exploratório. A escolha por esse tipo de investigação decorre dos objetivos almejados, pois essa abordagem facilita a compreensão do universo subjetivo do indivíduo, haja vista que “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (Minayo, 2008, p. 57).

A pesquisa qualitativa busca descrever o comportamento humano através da análise de aspectos mais profundos, ou seja, fornece uma compreensão mais detalhada sobre investigações, atitudes, hábitos e tendências comportamentais. Os dados geralmente são analisados em seus aspectos psicossociais e coletados através de instrumentos pouco estruturados (Marconi & Lakatos, 2011). Dentre várias modalidades apresentadas no método qualitativo, salienta-se aqui a pesquisa descritiva e exploratória.

Marconi e Lakatos (2011) sublinham que investigações de tipo descritivas possuem como principal finalidade o delineamento ou análise das características de determinado fenômeno, e que pesquisas exploratórias consistem na formulação de questões com fins de elaborar hipóteses, familiarizar o pesquisador com o objeto investigado ou alterar e esclarecer conceitos.

3.2 Participantes

Participaram desta pesquisa 13 crianças em situação de acolhimento institucional, de ambos os sexos, com idade entre 07 e 12 anos. Os participantes foram selecionados através de indicação da diretoria e da equipe multidisciplinar das instituições pesquisadas, portanto, trata-se de coleta realizada de modo não probabilístico (intencional).

O número de participantes foi definido de acordo com o critério de saturação, ou seja, cessou a coleta quando os conteúdos trazidos pelas crianças começaram a se repetir, de modo que já não acrescentavam algo novo. Em pesquisas qualitativas raramente o número de indivíduos participantes é estabelecido *a priori*; para defini-lo, utiliza-se frequentemente o critério de *saturação da informação*. “Por saturação da informação, entende-se o fenômeno que ocorre quando, após certo número de entrevistas, o entrevistador começa a ouvir de *novos* entrevistados relatos muito semelhantes àqueles que já ouviu, havendo uma rarefação de informações novas” (Nicolaci-Da-Costa, 2007, p. 68).

Os critérios de inclusão estabelecidos para participação da pesquisa foram os seguintes: Crianças com idade entre 07 e 12 anos; acolhidas há mais de seis meses; e em condições de participar da pesquisa, ou seja, que não apresentavam nenhum impedimento físico e/ou psicológico conforme indicações da equipe técnica da instituição. Foram excluídas da coleta as crianças que não correspondiam aos critérios citados.

O critério estabelecido para idade dos participantes, crianças com idade entre 7 e 12 anos, decorre do fato de se encontrarem na terceira infância ou terceiro estágio do desenvolvimento cognitivo piagetiano, período responsável pelo desenvolvimento do pensamento lógico; ademais, por volta dos sete anos as crianças já são capazes de formar sistemas representativos acerca do

autoconceito (Papalia & Feldman, 2013). O tempo de acolhimento institucional também foi levado em consideração como critério de inclusão, ou seja, optou-se por participantes com tempo de acolhimento superior a seis (6) meses, tendo como pressuposto a ideia de que crianças com tempo inferior ainda se encontravam em processo de adaptação às características do ambiente institucional, fato que poderia enviesar as respostas em relação à representação do abrigo.

3.3 Local

O presente estudo foi realizado em quatro instituições de acolhimento infantil, duas governamentais e duas não governamentais (ONG), ambas localizadas na cidade de João Pessoa-PB. Essas instituições são responsáveis pelo atendimento de crianças e de adolescentes em situação de risco, afastados temporariamente do contexto familiar devido a algum tipo de violência e/ou negligência sofrida. Notifica-se que as duas instituições públicas eram geridas pelo município, como prevê o ECA sobre a municipalização da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. As outras duas instituições não governamentais funcionavam através de doações, sendo uma delas de caráter religioso.

É oportuno fazer uma breve caracterização das instituições pesquisadas, a fim de esclarecer informações sobre o financiamento institucional, modalidade de atendimento, quadro de funcionários e quantidade de crianças e/ou adolescentes acolhidos. Como forma de organização, as instituições foram diferenciadas através de letras alfabéticas, como pode ser observado a seguir:

Instituição (A) – instituição pública no modelo “abrigo institucional”, atendia um número de 14 acolhidos no total, abarcando crianças e adolescentes. Quanto ao quadro de funcionários,

pode-se observar que apresentava na época uma coordenadora, duas psicólogas, uma assistente social e vinte educadores. Frisa-se que os educadores davam plantões com duração de 24 horas e tinham folga de 48 horas.

Instituição (B) – instituição pública no modelo “abrigo institucional”, contava com um número de 11 acolhidos no total, englobando crianças e adolescentes. Sobre o quadro de funcionários, informou-se que contava com a presença de uma coordenadora, uma psicóloga, uma assistente social, oito educadores, duas cozinheiras, dois motoristas e uma auxiliar de limpeza. Destaca-se que os educadores davam plantões com duração de 12 horas e tinham folga de 36 horas.

Instituição (C) – ONG no modelo “abrigo institucional”, atendia na época um número de 12 acolhidos no total, abarcando crianças e adolescentes. Em relação ao quadro de funcionários, verificou-se que possuía no momento um coordenador, uma psicóloga, uma assistente social, uma pedagoga, cinco educadores, uma cozinheira e um motorista. Ressalta-se que os educadores davam plantões diários com duração de 12 horas e tinham folga de 24 horas.

Instituição (D) – ONG no modelo “casa lar”, atendia um número de 14 acolhidos no total, incluindo crianças e adolescentes, sendo divididos entre três casas lares. No que se refere ao quadro de funcionários, foi informado que possuía um coordenador, um assistente administrativo, um assistente social, uma psicóloga, um assistente de desenvolvimento familiar (responsável pela formação das cuidadoras), três cuidadoras residentes e duas cuidadoras residentes substitutas. Nesta modalidade as cuidadoras/educadoras ficavam nas residências durante a semana e nos finais de semana tinham folga, sendo substituídos pelas cuidadoras específicas para os dias de folga.

Pode-se verificar que todas as instituições contavam com o quadro mínimo de funcionários estabelecido, sendo: coordenador, psicólogo, assistente social e cuidador (a). Ressalta-se, ainda, que todas possuíam estrutura semelhante ao modelo de casa existente na comunidade, boa infraestrutura e adequado número de acolhidos por residência, como previsto pelo conjunto de orientações técnicas para os serviços de acolhimento institucional (Brasil, 2009).

3.4 Instrumentos e técnicas de análise de dados

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: (1) questionário sociodemográfico (Apêndice C); (2) entrevista semiestruturada (Apêndice D); e a Técnica Desenho-Estória(D-E) com tema. Faz-se necessário destacar que a escolha dos referidos instrumentos se decorreu da necessidade de atender aos objetivos da presente pesquisa, haja vista a mesma possuir uma abordagem qualitativa e o uso desses instrumentos atuarem de forma complementar na obtenção de informações sobre os objetos estudados, como também, em decorrência das características dos participantes, pois como se tratavam de crianças, optou-se por técnicas que facilitassem a expressão livre dos participantes, além de proporcionar um momento lúdico, como é o caso da técnica D-E. Detalhes sobre os instrumentos e formas de análise dos dados serão descritos a seguir.

3.4. 1 Questionário sociodemográfico/ Estatística descritiva

Fez-se uso do questionário sociodemográfico a fim de caracterizar o grupo de pertença dos participantes, obtendo informações sobre sexo, idade, tempo e motivo do acolhimento, como também a presença de irmãos biológicos na instituição. Esses dados foram obtidos através da

equipe técnica de cada instituição e analisados por meio de frequências e porcentagens simples (estatística descritiva).

3. 4. 2 Entrevista semiestruturada/ Análise de conteúdo

Para conhecer as representações sociais que as crianças acolhidas apresentavam em relação à família e ao abrigo, fez-se uso de entrevista semiestruturada, com questões que versavam sobre esses dois constructos sociais. As perguntas do roteiro de entrevista foram elaboradas pela própria pesquisadora e são apresentadas nos apêndices (Apêndice D).

De acordo com Minayo (2008), a técnica de entrevista pode ser considerada uma conversa com finalidade, ou seja, destinada a construir informações acerca do objeto de pesquisa, podendo ser classificada em várias modalidades, como por exemplo, a entrevista semiestruturada. Nesse caso, observa-se o uso de perguntas fechadas e abertas, que possibilitem ao entrevistado falar livremente sobre o tema sem limitar-se à pergunta formulada.

Conforme Maciel (2007), esse tipo de entrevista serve como guia para alcançar os objetivos da pesquisa, porém, não se faz necessário seguir à risca a ordem das perguntas, respeitando-se, assim, a liberdade e espontaneidade da fala dos participantes. Desse modo, prioriza-se não apenas as respostas às indagações, mas também o aprofundamento da temática abordada, através de novas questões complementares, ou no caso contrário, a supressão de perguntas cujo conteúdo já tenha anteriormente emergido na fala do participante. Trata-se, portanto, de uma técnica adequada aos objetivos da presente pesquisa, especialmente, pelas características do grupo estudado, haja vista que o manejo com crianças requer maior flexibilidade dos instrumentos utilizados.

3. 4. 3 Técnica do Desenho-Estória com tema/Análise de conteúdo

A técnica Desenho-Estória foi utilizada como forma de complementar as informações a respeito da representação social da família e do abrigo por parte das crianças pesquisadas, destacando-se, portanto, o uso dos estímulos “*família*” e “*abrigo*” no momento da aplicação. A escolha por esse tipo de instrumento deu-se pelo fato de seu caráter lúdico, capaz de facilitar o estabelecimento do *rapport* com a criança.

O material utilizado para aplicação da técnica D-E foi uma folha de papel ofício A4 na cor branca, lápis monográfico nº 2 na cor grafite, uma caixa de lápis contendo 12 lápis coloridos e borracha. O momento da aplicação consiste em pedir ao indivíduo que faça um desenho sobre um tema previamente eleito (Ex.: desenhe uma família), em seguida solicita-se que o mesmo conte uma estória sobre a produção gráfica e posteriormente a intitule. Para finalizar, realiza-se um inquérito a respeito do que foi produzido, a fim de obter mais informações e esclarecer questões que não ficaram claras.

Essa técnica foi idealizada por Valter Trinca em 1972, inicialmente com propósitos clínicos, buscava-se compreender aspectos da personalidade e da vida emocional do indivíduo; contudo, após mais de 40 anos de existência, deixa sua exclusividade clínica e se torna aplicável a situações variadas, com destaque para área de pesquisas qualitativas (Trinca, 2013).

No presente estudo não faremos uma análise clínica dos desenhos e das estórias contadas pelos participantes, tendo em vista nossos objetivos estarem centrados em uma análise psicossocial. Desse modo, tanto os desenhos como as estórias foram analisadas de acordo com a

análise de conteúdo de Bardin (1977), técnica de análise bastante utilizada para tratamento dos dados em pesquisa qualitativa (Minayo, 2008). Bardin (1977) a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 42).

De acordo com Minayo (2008), existem diversas formas de análise de conteúdo, dentre elas a temática, a qual foi empregada neste estudo. A autora explica que nesse tipo de análise agrupa vários conteúdos, com relação entre si, classificados com apenas uma palavra ou frase. Consiste, portanto, em encontrar os *núcleos de sentido* contidos na comunicação, de maneira que a presença ou frequência sinalizam algo a respeito do objeto investigado.

Bardin (1977) salienta que, no processo de análise de conteúdo, deve-se atentar para três momentos/ ou fases primordiais: a) a *pré-análise*; b) a *exploração do material*; c) o *tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação*. Desse modo, na análise dos dados do presente estudo, seguiram-se os seguintes passos: *leitura flutuante* de todo o material e a *formulação de hipóteses e objetivos* a partir do que foi visto; em seguida a *exploração do material*, momento da busca pelo núcleo de compreensão do texto, ou seja, a busca por categorias (palavras ou frases) capazes de sintetizar os conteúdos expressos pelos participantes; e, por fim, o *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*, etapa responsável pela operacionalização de estatísticas simples, através da contagem de frequência das evocações dos participantes, permitindo a realização de interpretações e inferências acerca dos resultados obtidos (Minayo, 2008). Ressalta-se que as interpretações dos resultados foram realizadas à luz da teoria das representações sociais, abordagem teórica proposta no presente estudo.

3.5 Considerações éticas e procedimento de coleta de dados

A pesquisa foi realizada com base nos princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (MS 1996), sendo iniciada a coleta de dados mediante a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/ CCS-UEPB), sob o protocolo de nº 0554/15 (Anexo A). Todos os cuidados éticos foram tomados a fim de garantir o bem-estar, o anonimato e a participação voluntária dos participantes.

Após aprovação do Comitê de Ética, entramos em contato com os responsáveis pela administração das instituições de acolhimento a fim de explicar os objetivos e processos da pesquisa. Conforme orientações éticas, foi esclarecido e solicitado aos mesmos a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), documento que autoriza a participação da criança na pesquisa e a contribuição da equipe multidisciplinar em responder um questionário contendo algumas perguntas sobre a situação sociodemográfica da criança (Apêndice C). Nessa ocasião, foram agendados os dias e horários para realização da pesquisa.

Na aplicação dos instrumentos, Desenho-Estória com tema e entrevista semiestruturada, a criança foi convidada individualmente até uma sala arejada, silenciosa e sem distrações que viessem a invalidar o processo. O ambiente escolhido foi na própria instituição, garantindo assim maior comodidade aos participantes.

A coleta foi realizada de forma interventiva, assemelhando-se ao modelo de atendimento psicoterápico, a fim de garantir um maior amparo psicológico aos participantes, tendo em vista a idade dos mesmos, a situação de acolhimento e a temática do estudo. Realizaram-se quatro visitas semanais, por criança, com duração em média de 50 minutos por encontro. Convém destacar que

o estabelecimento do número de encontros por criança não era fixo, pois, por se tratar de uma pesquisa de intervenção, caso surgisse a necessidade de mais encontros com a criança, esses eram realizados. No momento da coleta, apenas uma criança pediu para ter mais um encontro, pois teve muita dificuldade para efetivação da coleta referente ao tema família, o que foi prontamente atendido.

O primeiro encontro foi realizado como forma de estabelecer o *rapport* com a criança, realizaram-se atividades lúdicas envolvendo jogos, fantoches e leitura de estórias infantis, estratégias utilizadas no intuito de facilitar a formação do vínculo entre a pesquisadora e o participante, além de tornar a coleta um processo fluido e lúdico para a criança. Nesse momento o participante era informado dos objetivos da pesquisa, procedimentos a serem realizados e duração, ou seja, horários e dias dos encontros. Salienta-se que após as informações sobre os procedimentos a serem realizados, as crianças eram consultadas quanto ao desejo de participar ou não da pesquisa, assinando um termo de assentimento, caso fossem favoráveis ao estudo.

No segundo encontro, aplicou-se a técnica Desenho Estória com o tema “*abrigo*” e entrevista semiestruturada com perguntas referentes à temática abrigo (Apêndice D). Na aplicação da técnica, a pesquisadora entregou à criança uma folha de papel ofício A4 na cor branca, lápis monográfico nº 2 na cor grafite, uma caixa de lápis contendo 12 lápis coloridos e borracha, em seguida falou: “*Por favor, desenhe um abrigo*”. Após a conclusão do desenho, a pesquisadora pediu que a criança contasse uma estória e em seguida solicitou que intitulasse a produção. Posteriormente, foi realizado um inquérito a respeito do grafismo e da estória, e, por fim, a entrevista semiestruturada.

Faz-se necessário um esclarecimento em relação à utilização no presente estudo do termo “abrigo” enquanto denominação das instituições de acolhimento, pois conforme alterações

realizadas pela nova Lei da Adoção (nº 12.010/2009), as instituições de acolhimento passam de “abrigo em entidade” para “acolhimento institucional”, a fim de alterar concepções antigas frente aos serviços de acolhimento (Machado, 2011; Siqueira, 2012). Porém, optamos pelo uso do termo “abrigo” ao invés de “acolhimento institucional”, em decorrência de este último ser considerado recente, o que poderia dificultar no momento da coleta o entendimento das crianças a respeito do constructo estudado, principalmente no caso das mais novas.

No terceiro momento, aplicou-se novamente a técnica Desenho-Estória, porém com o tema “*família*” e entrevista semiestruturada com pergunta sobre família (Apêndice D). O procedimento para operacionalização da técnica Desenho-Estória foi semelhante ao descrito anteriormente, diferindo apenas no comando verbal: “*Por favor, desenhe uma família*”. Após a estória e o título, realizou-se um inquérito acerca do grafismo e da estória, e, por fim, a entrevista semiestruturada.

O quarto encontro foi realizado pela necessidade de fazer um fechamento com a criança em relação aos conteúdos trabalhados, intervindo para que fosse reparado algum tipo de desconforto ou angústia gerado a partir da coleta; assim, realizaram-se escuta e brincadeiras livres. Notifica-se que as estórias contadas pelas crianças e as entrevistas foram gravadas através de um gravador de áudio, no intuito de garantir a fidelidade das falas dos participantes e facilitar a transcrição dos conteúdos, tendo sido previamente informado à criança e à instituição sobre o uso do gravador, como também as crianças foram asseguradas do sigilo das informações e da destruição posterior do conteúdo gravado, atendendo aos princípios éticos estabelecidos para pesquisa com seres humanos (Resolução nº 466/12). Destaca-se, ainda, que todo o material de coleta será arquivado durante cinco (5) anos contados a partir do término da coleta e em seguida serão destruídas, conforme indicação da Resolução nº 466/12 (Brasil, 2012).

Faz-se necessário informar que algumas crianças tiveram dificuldades em relação ao uso do gravador, porém outras aceitaram bem o fato de ser gravada a entrevista e até brincaram escutando suas vozes gravadas. Para as que apresentaram dificuldade, reforçou-se a questão do sigilo, colocando que ninguém mais teria acesso àquelas informações e que seriam posteriormente apagadas, prosseguindo com a gravação apenas quando as crianças consentiam que fosse realizada. Destaca-se o caso de um menino que relutou a presença do gravador na coleta, mesmo a pesquisadora reforçando que ninguém teria acesso àquele conteúdo. Nessa situação, a pesquisadora disse que não iria gravar, assim como era o desejo da criança. Em seguida, ele verbalizou que poderia gravar, desde que fosse desligado ao término das respostas dadas em relação a perguntas da entrevista, o que foi prontamente atendido.

Ressalta-se, ainda, a resistência apresentada por algumas crianças na realização da etapa referente ao tema família, destacando o caso de um menino que não conseguiu completar a coleta; nesse caso, a pesquisadora esclareceu que não havia problema se ele não estivesse conseguindo, eles poderiam brincar durante o tempo restante, e caso ele desejasse, ela poderia marcar outro encontro para realização da tarefa, ou, caso contrário, ela encerraria a coleta sobre o tema família. A criança falou que faria a atividade em outro momento, pois naquele dia não estava conseguindo, então, combinaram juntos qual dia e horário a pesquisadora poderia retornar à instituição para realização da atividade. Pode-se inferir que o fenômeno apresentado seja resultante do fato de o assunto “família” mobilizar conteúdos emocionais, muitas vezes difíceis de serem elaborados pelos acolhidos, principalmente, porque mesmo afastadas de suas famílias, as falas das crianças denunciam o quanto elas ainda se encontram afetivamente ligadas à família de origem, acompanhado do forte desejo de voltar a viver com ela ou em família substituta.

Torna-se oportuno frisar que em vários momentos da coleta surgiram conteúdos difíceis de serem verbalizados pelas crianças, devido a carga de sofrimento que eles provocavam ao serem lembrados; nesses casos, a pesquisadora sempre sugeria atividades lúdicas (como brincadeiras livres, desenhos, jogos, contação de histórias e etc.) que tranquilizavam as crianças e permitiam que no momento da brincadeira o conteúdo viesse de forma menos dolorosa e mais reparadora. Essa experiência demonstra a importância da realização de pesquisas interventivas que busquem amparar as crianças na elaboração das questões apresentadas, a fim de evitar a produção de possível angústia nos participantes, bem como proporcionar certo nível de amparo psicológico e emocional.

CAPÍTULO 4

Resultados e discussões

Resultados e discussões dos dados

Neste capítulo são apresentados os resultados e discussões referentes às representações sociais da família e do abrigo elaboradas por crianças em situação de acolhimento institucional, assim como o perfil sociodemográfico dos participantes. Inicialmente, serão apresentados os resultados dos dados sociodemográficos, a fim de identificar o grupo de pertença dos participantes, dados utilizados na contextualização dos objetivos investigados; em seguida, serão apresentados os resultados da análise de conteúdo realizada a partir da entrevista semiestruturada; e, por fim, são apresentados os resultados iniciais da análise gráfica e verbal obtida a partir da aplicação da técnica Desenho-Estória com tema. As discussões apresentadas sobre os fenômenos estudados utilizaram como base teórica de análise a Teoria das Representações Sociais. Ressalta-se que os nomes das crianças e todos os demais nomes referidos neste trabalho são fictícios, com o intuito de preservar a identidade das crianças, dos funcionários e das instituições pesquisadas.

4.1 Análise dos dados sociodemográficos

Com aplicação do questionário sociodemográfico foram coletados os dados responsáveis pela caracterização dos participantes. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, podendo ser visualizados na Tabela 1.

Tabela 1

Frequência dos dados sociodemográficos dos participantes. P¹=13

Características dos Participantes		P
Sexo	Masculino	7
	Feminino	6
Idade	7 a 8 anos	4
	9 a 10 anos	2
	11 a 12 anos	7
Naturalidade	João Pessoa-PB	11
	Santa Rita-PB	2
Escolaridade	1 ^a a 2 ^a série	4
	3 ^a a 4 ^a série	5
	5 ^a a 6 ^a série	4
Tempo de acolhimento	6 meses a 2 anos	8
	Acima de 2 anos	5
Número de acolhimentos	1 ^o acolhimento	11
	2 ^o acolhimento	2
Irmãos biológicos no abrigo	Nenhum	3
	Possui irmãos na instituição	10
Motivo do acolhimento	Negligência e vulnerabilidade social	9
	Negligência e violência intrafamiliar	4
Abriço	Governamental	7
	Não Governamental	6

¹ Total de Participantes.

Os resultados mostram um número equiparado de meninos (N=7) e meninas (N=6), lembrando que esse não foi um critério estabelecido para o total de participantes da pesquisa. Verifica-se que a maioria das crianças (N=7) tinha entre 11 e 12 anos de idade e que todas estavam matriculadas na escola, cursando entre a 1ª e a 6ª série do ensino fundamental.

No que se refere à naturalidade das crianças, observou-se que a maioria (N=11) nasceu na cidade de João Pessoa-PB, local das instituições pesquisadas. Esse fato pode ser percebido como indicador positivo para preservação dos vínculos familiares e comunitários, pois de acordo com o conjunto de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento Institucional (Brasil, 2009), aconselha-se que as casas de acolhimento sejam localizadas o mais próximo possível do local inicial de convívio familiar da criança e/ou adolescente, a fim de que esses vínculos sejam preservados.

Em relação ao tempo de acolhimento, constatou-se que oito (N=08) crianças estão acolhidas entre seis meses e dois anos; e cinco (N=05) dos participantes estão a mais de dois anos, chegando até nove anos de acolhimento, fato que chama atenção, pois extrapola o tempo previsto pela nova lei da adoção (nº 12.010/2009). De acordo com a nova legislação o tempo de acolhimento institucional de uma criança ou de um adolescente não deve ultrapassar os dois anos, sendo necessária a mobilização de medidas que evitem o prolongamento da permanência na instituição.

Conforme a literatura, a institucionalização precoce e prolongada influencia diretamente no desenvolvimento saudável do indivíduo, de modo que os efeitos causados pela fragilidade ou

inexistência dos laços familiares podem ser agravados (Cavalcante, Magalhães, & Reis, 2014; Oliveira & Pereira, 2011). Dessa forma, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas voltadas para esse público, assim como a realização de medidas que garantam agilidade nos processos jurídicos, haja vista que a morosidade presente no judiciário em relação a essas questões tem contribuído para permanência das crianças no abrigo.

No que diz respeito ao número de acolhimentos, pode-se observar que a maioria das crianças (N=11) se encontra no primeiro acolhimento, porém dois dos participantes (N=2) estão no segundo acolhimento, fator considerado negativo para o desenvolvimento psicossocial da criança ou do adolescente, especificamente, para formação de vínculos duradouros. Tinoco e Franco (2011) ressaltam que a vida de crianças institucionalizadas é marcada por vários rompimentos afetivos e, conseqüentemente, elaboração de lutos. Logo, eventos de “abrigamentos” e “desabrigamentos” sucessivos são considerados os principais fatores de risco encontrados para o bom funcionamento psicológico delas.

Cabe frisar que muitos dos casos malsucedidos de reinserção familiar são decorrentes da falta de apoio adequado às famílias dos acolhidos, gerando casos múltiplos de institucionalização. Observa-se que muitas vezes o retorno à família de origem pode ocorrer de forma precipitada, motivado pelo intuito de cumprir a lei no que se refere ao prazo máximo de dois anos de acolhimento; assim, pode ocorrer de essas famílias não receberem os cuidados necessários para manter seus filhos, fazendo com que o problema da institucionalização não seja resolvido e ainda contribuindo para novas rupturas na vida desses indivíduos (Iannelli, Assis, & Pinto, 2015). Isso indica a necessidade de uma reflexão em torno da eficácia das medidas utilizadas no processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Verificou-se, ainda, que dos treze participantes da pesquisa, dez (N=10) possuíam irmãos acolhidos na instituição de pertença, e três não tinham irmãos acolhidos. O fato de os irmãos estarem acolhidos na mesma instituição cumpre com Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento Institucional, podendo ser avaliado como fator de proteção afetivo para os acolhidos, tendo em vista que a preservação do vínculo fraterno contribui de forma favorável para formação de suas identidades, além de preservar a história de vida e referência familiar (Brasil, 2009).

Em pesquisa realizada sobre a relação afetiva entre irmãos em situação de acolhimento institucional (Roque, 2014), pode-se constatar a presença marcante de vínculos afetivos entre os irmãos acolhidos, com permanência após a institucionalização, além de dificuldades enfrentadas por aqueles que tiveram o grupo de irmãos separados através da medida de acolhimento. A autora frisa que embora o ECA oriente a não separação do grupo de irmãos nos casos de acolhimento, os resultados de sua pesquisa apontaram a vulnerabilidade do sistema na garantia desse direito.

A respeito das causas que motivaram o ingresso dos participantes do presente estudo nos serviços de acolhimento, pode-se dizer que são múltiplas, às vezes, sendo possível observar mais de um motivo responsável pelo acolhimento institucional. Conforme relato dos técnicos da equipe multidisciplinar das instituições pesquisadas, o fator negligência surge como principal causa do acolhimento, frequentemente associada a outro tipo de condição violadora de direitos. Assim, julgou-se necessário a denominação de duas categorias: 1) *Negligência e vulnerabilidade social* (N=09) - nesta categoria estão incluídos quatro casos diagnosticados como negligência e vulnerabilidade social não especificada, dois casos decorrentes de os pais serem usuários de drogas e três acolhimentos pelo fato de a mãe ser deficiente mental; e 2) *Negligência e violência intrafamiliar* (N=4) - nesta categoria estão agrupados dois casos de acolhimento motivados por

negligência e violência intrafamiliar não especificada, acrescido de dois acolhimentos devido a situações de maus-tratos e abuso sexual.

Esses resultados são semelhantes aos encontrados em outros estudos (Cavalcante, Magalhães, & Reis, 2014; CNMP, 2013), nos quais também pode-se observar que a negligência aparece como motivo mais frequente para o acolhimento institucional infantil no país. Entretanto, faz-se relevante chamar atenção para o fato de comumente os agentes da rede de proteção nomearem a falta de recursos econômicos das famílias como sendo uma condição de “família negligente”. Acredita-se que essa seja a forma por eles encontrada para que o diagnóstico referente a causa do acolhimento esteja em acordo com o que institui o ECA, haja vista a lei estabelecer que a falta de condições financeiras não deve ser motivo suficiente para o afastamento familiar da criança ou adolescente (Nascimento, 2012).

De acordo com o relatório diagnóstico lançado pela Casa Pequeno Davi em 2016 sobre as ações de enfrentamento às violações contra crianças e adolescentes a partir dos conselhos tutelares da cidade de João Pessoa-PB, pode-se identificar que durante os últimos três anos (2012-2015), as principais causas de violência contra crianças e adolescentes estavam entre: negligência (36,6%); violência física (23,7 %); violência sexual (18,9%); não oferta de serviços (14,6%); violência psicológica (13,6%); alienação parental (9,8%); ameaça de morte (3,8%); situação de rua (2,3%); além de outras situações colocadas em menor proporção. Percebe-se, portanto, que os casos de negligência são citados pelos conselheiros como principal causa da violação dos direitos de crianças e adolescentes. Porém, após a realização de análise estatística comparando as notificações recebidas em cada conselho tutelar, constatou-se que os conselheiros apresentavam dificuldades para diferenciar a negligência enquanto violência envolvendo a criança ou adolescente e seus responsáveis da falta de condições ofertadas pelos serviços da rede

de proteção, fato que pode gerar entraves na efetuação dos direitos infantojuvenis (Monteiro & Alberto, 2016).

Entende-se, portanto, que essa falta de clareza apresentada pelos atores da rede socioassistencial em relação à definição de negligência acaba contribuindo para ineficácia das políticas de proteção à infância, tendo em vista que ao classificarem uma família enquanto “negligente” sem considerar as reais causas que levam a tal diagnóstico, frequentemente se ignora o fato que por trás dessa família pode existir um Estado que não cumpre com seu papel de prover condições básicas como moradia, saúde e educação para que tenham condições de se desenvolver.

A respeito do perfil das entidades de acolhimento pesquisadas, verificou-se a presença de duas instituições governamentais e duas não governamentais, sendo esses os dois tipos de instituições predominantes no Brasil. Destaca-se que segundo levantamento realizado em 2010 pelo MDS e CLAVES/FIOCRUZ, o número de instituições não governamentais que ofertam serviços de acolhimento institucional presentes nas regiões brasileiras é superior aos de instituições públicas, exceto na região Norte, com 57,7% de instituições governamentais. Enfatizou-se, ainda, que a região Nordeste possuía a maior quantidade de entidades não governamentais, com 84,8% do total, enquanto as instituições públicas correspondiam apenas a 15,2% (CNMP, 2013). Esses resultados indicam que apesar de as novas leis considerarem o Estado como principal responsável pelo atendimento dos serviços de acolhimento à infância e juventude, nota-se, porém, como essa responsabilidade continua delegada às instituições filantrópicas, algo que necessita ser seriamente revisto.

De modo geral, a análise dos dados sociodemográficos referentes aos participantes do presente estudo mostrou perfil semelhante ao encontrado em outras pesquisas direcionadas ao público de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Ficou evidente a falta de participação efetiva dos órgãos públicos na garantia de direitos na infância, pois mesmo com a criação de políticas públicas como o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006) e a Lei da Adoção (Brasil, 2009), estas se mostram insuficientes para garantir o previsto no Estatuto da Criança e do adolescente (ECA, 1990). A seguir, serão apresentados os resultados e discussões das análises de conteúdo realizadas a partir da aplicação da técnica Desenho-Estória como tema.

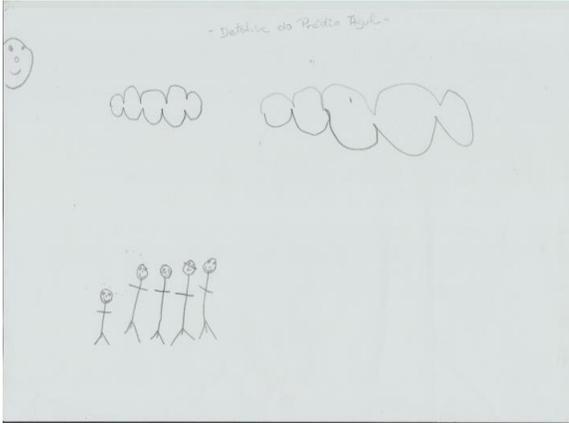
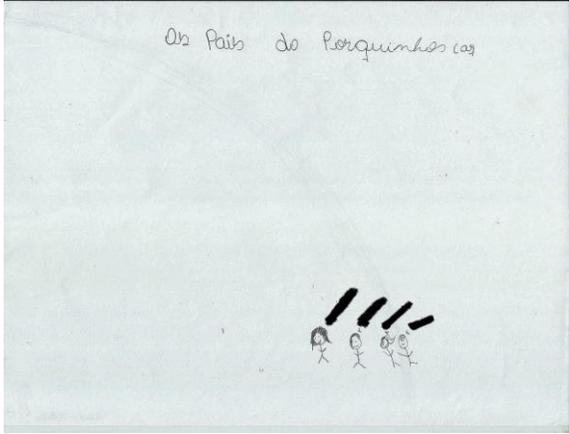
4.2 Desenho-Estória como tema: Análise gráfica e semântica

Realizou-se uma análise essencialmente qualitativa dos conteúdos gráficos e semânticos produzidos pelas crianças, sem considerar aspectos numéricos (contagem de frequência), em razão da dificuldade encontrada para categorização dos conteúdos elaborados pelas crianças na aplicação da técnica Desenho-Estória. Desse modo, entendeu-se como favorável a realização de uma análise qualitativa de forma geral, então, nos desenhos-estórias por tema “*Família*”, elaborou-se uma única categoria temática denominada *Representação da Família*, e na análise dos desenhos-estórias por tema “Abrigo”, elaborou-se a categoria temática denominada *Representação do Abrigo*.

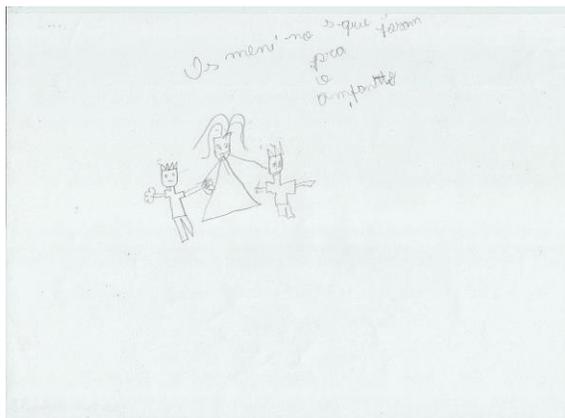
Ressalta-se que alguns desenhos apresentam rasuras pretas, feitas propositalmente pela pesquisadora, sobre nomes escritos pelas crianças que poderiam revelar a identidade dos participantes e/ou da instituição de acolhimento. Destaca-se, ainda, que todos os nomes presentes são fictícios, a fim de garantir o sigilo e anonimato dos participantes.

4.2.1 Desenho-Estória com tema Família: Análise gráfica e semântica

Os desenhos da família com as respectivas estórias, distribuídos na categoria *Representação da Família*, podem ser visualizados na Figura 01. Posteriormente, encontram-se os resultados obtidos e as discussões realizadas a partir da análise qualitativa das produções feitas pelas crianças sobre a temática “família”.

Categoria: Representação da Família	
<p>Desenho Família- 01</p> 	<p>ESTÓRIA 01- (Carlos, 10 anos) Título: “Detetive do prédio azul” <i>“Eu sou saymon, né? Que usa camisa azul e Levi é Alvin, que usa camisa vermelha, e Hugo é Teodor, que usa camisa verde. Ai é: Alvin e os esquilos!”</i></p> <p>Inquérito Posterior: Carlos falou que fez um desenho dele mesmo com as outras <i>crianças acolhidas</i> e a <i>cuidadora</i> da instituição, frisando que se tratava de uma <i>família</i>, pois moravam todos juntos. Comentou que a <i>cuidadora</i> era <i>carinhosa</i>, mas coloca de <i>castigo</i> quando as crianças estão brigando. Comparou a <i>cuidadora à figura da mãe e as crianças acolhidas à dos irmãos</i>. Falou ainda do <i>desejo de ter uma casa e de retornar à família de origem</i>.</p>
<p>Desenho Família- 02</p> 	<p>ESTÓRIA 02- (Levi, 11 anos) Título: “Os pais dos porquinhos (as). A família e os 2 filhos” <i>“[...] Ela é boa e eu tava indo pra bica. Ai a gente viu os animais e viu... se encontrou com Anne minha irmã. Ai a gente ficou feliz e voltou para casa. Ela tava lá! Ai a gente voltou pra casa e foi assistir o jogo.”</i></p> <p>Inquérito Posterior: Levi falou que desenhou um <i>pai</i>, uma <i>mãe</i>, um <i>filho</i> e uma <i>filha</i>, os quais foram denominados como sendo um desenho dele com sua futura família (criança estava em processo de adoção).</p>

Desenho Família- 03



ESTÓRIA 03- (Ciro, 12 anos)

Título: “Os meninos que foram pra o orfanato”

“[...] *Que ela bateu no menino e não vivia bem, aí um dia o menino denunciou ela e foi presa.... a mãe do menino. Porque bateu no menino. Aí eles foram para o abrigo, somente... Eu e meu irmão.*”

Inquérito Posterior: *Ciro disse que os personagens desenhados seriam a irmã com os dois irmãos e acrescenta que as crianças desenhadas são órfãs, pois moram no orfanato. Coloca que a irmã costumava bater nos irmãos e que o irmão mais novo era feliz porque brincava bastante.*

Desenho Família- 04



ESTÓRIA 04- (Rita, 12 anos)

Título: “A menina do cabelão”

“*Vou contar uma história de terror... Era uma vez uma tão feliz que morava numa casa e tinha três filhos, aí a outra não sabia que tinha espírito mau nela [...] Ela é do mau, ela não sabia que tinha espírito mau no corpo dela, a outra era normal [...] No outro dia matou o pai, ela não gostava do pai e só ficaram eles três, que sobreviveu. Aí até o pai matou ela, ele matou ela sufocada.*”

Inquérito Posterior: *Rita disse que desenhou um pai, uma mãe, duas filhas e um bebê. Coloca que estava feliz com o desenho, pois a mãe não morreu.*

Desenho Família- 05



ESTÓRIA 05 - (Cora, 8 anos)

Título: (Sem título)

“*Esse é o lobo mau e aqui as famílias... Papai ajuda mamãe e mamãe ajuda papai. Eu ajudo também, a lavar a louça... (onde fica o lugar?) Na igreja... O que aconteceu? Foi um homem, um ladrão... esqueci. Terminou a história. Queria matar elas.*”

Inquérito Posterior: *Cora apresenta muita dificuldade para fazer e falar sobre o desenho da família. Coloca que as personagens desenhadas seriam ela, a mãe e o pai, porém não especifica quem seria a quarta pessoa. Acrescenta que gosta dos pais porque eles compram coisas para ela.*

Desenho Família- 06



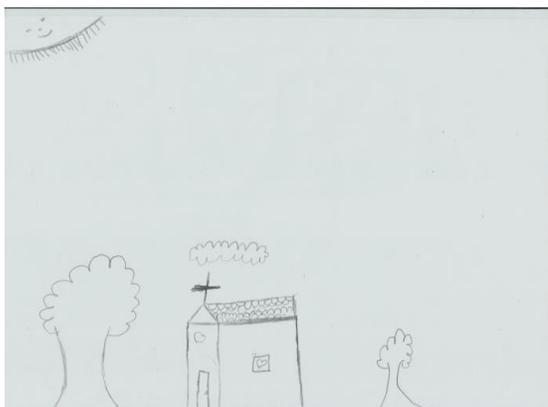
ESTÓRIA 06 - (Lara, 8 anos)

Título: "Pato"

"Era uma vez Mariazinha gostava de brincar com eu, ela disse assim Mariazinha: 'Lara bora comer ovo da páscoa' 'Bora!' aí teve um bichinho o nome dela era Lara e Mariazinha. "Vocês querem comer ovo da páscoa? Pois pegue o prato". "Agora pega a colher" come. Eu e você e Mariazinha, foi brincar, amigo..."Mariazinha, o lobo mau dentro do barco... Pega Mariazinha, corta o pescoço... Pega a arma e atira em Mariazinha.

Inquérito Posterior: Lara apresenta bastante dificuldade para falar sobre o desenho, porém disse que fez o desenho de uma boneca e de um lobo mau. Em seguida, conta uma estória com cenas de **violência**, onde o lobo matava a boneca.

Desenho Família- 07



ESTÓRIA 07- (Rui, 7 anos)

Título: (Sem título)

Criança não contou estória.

Inquérito Posterior: Rui apresentou bastante resistência para falar sobre o desenho da família, porém, diz que desenhou a casa da **família de origem**, e que mora nela com mais oito **irmãs**. Acrescenta que é uma criança **feliz**, pois **é carinhoso e brinca**. Comenta ainda que de todos os membros da família **preferem a mãe**.

Desenho Família- 08



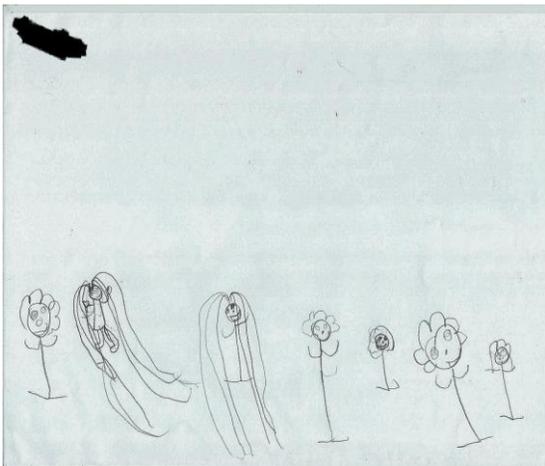
ESTÓRIA 08- (Raul, 7 anos)

Título: "São Paulo"

"Era uma vez uma casa que tinha um mói de bicho, ele tinha uma mulher dentro dessa casa, aí uma bruxa disse que eu morar na casa dela, aí, ia matar o homem de neve, o homem de gelo. Mandou o caçador cortar o coração do homem. E aí a bruxa que ia fazer um... pra ela ser uma velhinha, aí ela pegou uma maçã, cortou e colocou o veneno e deu a mulher de neve, aí ela desmaiou, chegou um príncipe beijou ela, e viveu feliz pra sempre."

Inquérito Posterior: Raul diz que colocou o título da estória "São Paulo" por ser o nome da cidade aonde sua **mãe** mora. Falou que mora nessa casa com o **irmão, mãe, pai, irmã e primo**. Fala da **saudade que sente da mãe**, relatando que a mesma compra tudo, menos **brinquedo e lanche**. Em seguida **fala como veio para o abrigo**, quando conta que a mãe não tinha tempo para cuidar dele e um homem o trouxe para a instituição.

Desenho Família- 09



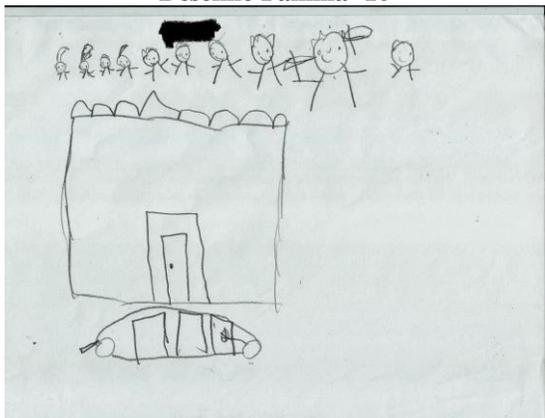
ESTÓRIA 09- (Luma, 12 anos)

Título: “Angico, crianças e felizes”

“Era uma vez um bocado de crianças que brincavam no meio da rua, que gostava de bagunçar no colégio e era bagunceiro em casa e a mãe deles falava: “Vão pra escola, vamos se arrumar, vamos sair” [...] São irmãos, todos... Eles gostam de ajudar muito em casa.”

Inquérito Posterior: Luma fala que desenhou cinco irmãos, duas meninas e cinco meninos. Comenta que eles gostam de ajudar nas tarefas de casa, **brincar** e **assistir televisão**. É importante informar que o título “Angico” (nome fictício) se refere ao nome do bairro onde a família de origem reside.

Desenho Família- 10



ESTÓRIA 10- (Max, 11 anos)

Título: “História do comando”

“Um menino que tinha muito dinheiro, ele comprou um carro. O carro se chama Fiat, e só! Encerra.”

Inquérito Posterior: Max relata que esse é o desenho de sua família, dizendo que desenhou o **pai**, a **mãe** e os **irmãos**. Falou que abaixo se encontra o desenho da **casa** e em seguida o **carro** do pai. Disse também que era bom estar com a família, pois podia sair para a praia todos os dias. Ressalta a figura da **mãe** como sendo a pessoa da família de quem mais gosta, pois o ajudava a fazer as tarefas escolares.

Desenho Família- 11



ESTÓRIA 11- (Júlia, 9 anos)

Título: Passeio na floresta

“A gente tá cantando e passeando na floresta... Eu, minha, meu irmão e minha vó. Felizes... A gente tava passeando... Correu, pulou corda.”

Inquérito Posterior: Júlia apresentou dificuldade para contar a estória. Falou que no desenho estava sua **mãe**, ela, seu **irmão** e sua **avó**. Relata que sua avó faleceu e sua mãe mora em uma casa igual à do abrigo (mãe faz tratamento em clínica psiquiátrica). Acrescenta que **gosta muito da mãe**, mas **não gosta do pai**, por isso não o desenhou.

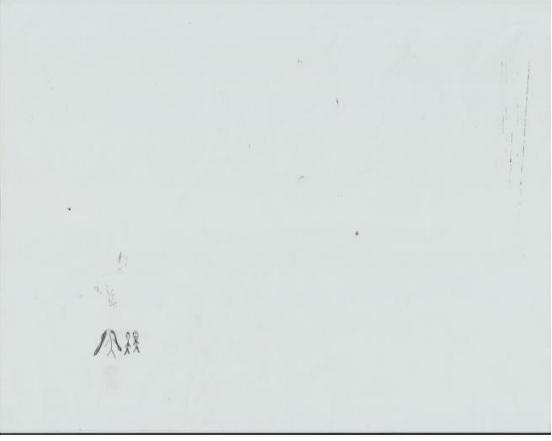
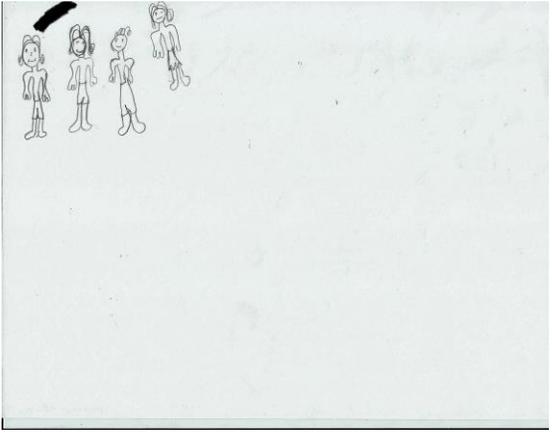
<p style="text-align: center;">Desenho Família- 12</p> 	<p>ESTÓRIA 12- (André, 12 anos) Título: (Sem título) Criança não contou estória. Inquérito Posterior: André apresentou muita resistência para fazer desenho da família, não conseguiu no encontro estipulado para essa atividade, e pediu que a pesquisadora fizesse a atividade em outro encontro. O pedido foi prontamente atendido, então André teve cinco encontros com a pesquisadora ao invés de quatro. No encontro seguinte, André conseguiu falar sobre o desenho, dizendo que havia desenhado a <i>mãe</i> e as duas <i>irmãs</i>. Enfatiza a <i>figura materna</i> ao dizer que gosta dela, pois esta dá carinho. Reconhece que teve dificuldade para fazer o desenho da família.</p>
<p style="text-align: center;">Desenho Família- 13</p> 	<p>ESTÓRIA 13- (Sara, 12 anos) Título: (Sem título) <i>“Eu, Magali, Cascão e Mônica... A gente é irmão de sangue, tudo irmão de sangue... gostam de comer pizza... Eles ficam em casa, brincando, comendo lanches, de noite, de manhã... Cascão gosta de ler, eu gosto de jogar no tablet, Magali gosta de jogar no celular e Mônica gosta de trabalhar.”</i> Inquérito Posterior: Sara relata que no desenho estava ela, seu <i>irmão</i> e suas duas <i>irmãs</i>. Destaca que todos moram no abrigo e conta que na instituição eles <i>brincam</i> e <i>dormem</i>. Acrescenta que gostou do desenho, pois é sua família. Falou ainda que <i>gosta da mãe</i>, porém <i>não gosta do pai</i>, pois já ouviu falar que <i>os pais estrupam as filhas</i>.</p>

Figura 01: Análise gráfica dos Desenhos-Estórias por tema Família

A análise gráfica dos desenhos da família mostrou a presença de pessoas em quase todas as produções realizadas pelas crianças; ressalta-se que cinco desenhos continham a imagem de uma casa, indicando que as crianças representam graficamente a família como um grupo de pessoas interligadas convivendo no mesmo espaço habitacional. Esses resultados são semelhantes aos dados da pesquisa realizada por Pereira (2013) com crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional sobre o significado da família, do acolhimento e da reinserção familiar,

cujo significado da família aparece como um grupo de pessoas que coabitam, partilhando laços sanguíneos e afetivos entre seus integrantes.

Em relação à análise semântica, verificou-se o surgimento dos seguintes aspectos: a) afeto positivo, com ênfase na figura materna; b) afeto negativo, geralmente enfatizando o motivo do acolhimento institucional ou associado à figura paterna; c) modelo de família nuclear, porém as crianças trouxeram também a família representada no modelo monoparental feminino, ou, ainda, a família como sendo apenas o grupo de irmãos biológicos; d) relações sociofamiliares, que incluem além dos membros familiares, pessoas que fazem parte do ciclo atual das crianças tais como a educadora e as crianças da instituição; e) a família enquanto local de cuidados materiais e atividades de lazer.

No que se refere aos afetos positivos relacionados à imagem da família, percebeu-se que geralmente eram direcionados às figuras parentais, principalmente à figura materna, dado em consonância com resultados encontrados em outros estudos (Pereira, 2006; Pereira, 2013), em que crianças e adolescentes em situação de acolhimento tendem a enfatizar a imagem materna quando representam família. Conforme Pereira (2006), a mãe possui uma carga social e biológica de ser responsável pelo cuidado e proteção de seus filhos, além da ideia do amor materno, construído historicamente pela sociedade ocidental.

Sobre o surgimento de afetos negativos, foi possível verificar que aparecem associados às experiências de violência vividas pelas crianças no contexto intrafamiliar, colocadas como o motivo do acolhimento, como pode ser observado na Figura 01, especificamente, na estória

contada por *Ciro*² (estória 03). Ou, ainda, pelo fato de algumas crianças se referirem negativamente à figura paterna, isso quando se referiam, pois dificilmente o pai era citado pelas crianças.

Na pesquisa realizada por Pereira (2006), verificou-se também nas falas de crianças e de adolescentes acolhidos institucionalmente que a relação do pai não possui o mesmo nível de intensidade das relações entre mães e filhos, demonstrando que as relações estabelecidas entre pais e filhos possuem caráter social. A figura masculina, em razão das diversas experiências vividas pela questão de gênero, mostra-se com maior dificuldade em criar um espaço de intimidade, gerando uma barreira na aproximação entre o pai e seus filhos. Mesmo diante das diversas transformações ocorridas nos papéis atribuídos a homens e mulheres, certas posições parentais parecem arraigadas no imaginário social.

No entanto, conforme estudo recentemente realizado por Sousa e Cruz (2016) acerca da atribuição de significância aos papéis parentais por parte de crianças maltratadas e não maltratadas, pode-se verificar que não houve diferença significativa em relação às representações que as crianças possuem das figuras materna e paterna, mesmo nos casos de crianças que foram vítimas de maus-tratos no contexto familiar. As autoras acreditam que esses achados resultam de uma estratégia de defesa utilizada pelas crianças maltratadas a fim de proteger suas emoções; assim, idealizam as figuras parentais e buscam esquecer as experiências de violências sofridas. Esse fenômeno também pode ser observado nas crianças entrevistadas no presente estudo, pois suas falas indicam o quanto elas anseiam por retornarem às famílias de origem, mesmo aquelas

² Nome fictício.

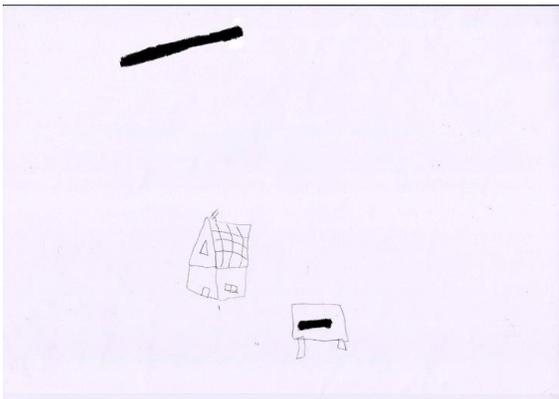
que tiveram seus direitos severamente violados. Tal fato revela, na verdade, que a família é pensada e idealizada de forma hegemônica como propulsora de relações de proteção (Diniz, Santos, & Lopes, 2007) e cuidado.

Na análise das produções das crianças, constataram-se elementos ancorados no modelo tradicional de família nuclear, contudo algumas crianças apresentaram a família no modelo monoparental feminino ou formada apenas pelo grupo de irmãos, o que demonstrou a diversidade e o dinamismo das configurações familiares nos dias atuais. Dados do IBGE (2010) apontam para um aumento da variabilidade dos modelos familiares presentes na população brasileira, destacando o maior número de divórcios como principal motivo pelo crescimento de famílias formadas por apenas um dos cônjuges e os filhos, tendo a figura feminina como responsável em 87,4% dos casos. Infere-se, portanto, que as mudanças ocorridas no contexto social atingem diretamente a representação da família nos dias atuais em nossa sociedade.

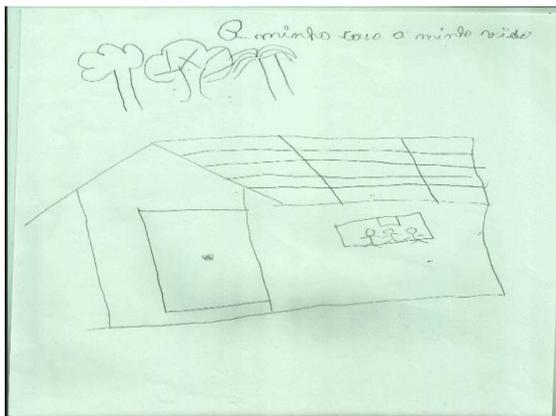
No que diz respeito aos conteúdos que enfatizaram a família como instituição formada por relações sociofamiliares, o que inclui além dos membros familiares, pessoas que fazem parte do ciclo atual das crianças, tais como a cuidadora e as crianças da instituição, pode-se dizer que os participantes ampliaram o conceito de família, vinculando-a à ideia de grupo de pessoas que se relacionam afetivamente, independente das questões de consanguinidade. Observou-se, ainda, a família representada enquanto local de cuidados materiais e de lazer, algo evidenciado tanto na análise do material semântico como nas produções gráficas elaboradas pelos participantes. Esse fato demonstra que as crianças entendem família como um grupo dotado de relações sociais, bem como de condições estruturais, que garante a proteção e manutenção de seus integrantes.

4.2.2 Desenho-Estória com tema Abrigo: Análise gráfica e semântica

Os desenhos do abrigo com as respectivas estórias, distribuídos na categoria *Representação do Abrigo*, podem ser visualizados na Figura 02. Em seguida, encontram-se os resultados obtidos e as discussões realizadas a partir da análise qualitativa das produções feitas pelas crianças sobre a temática “abrigo”.

Categoria: Representação do Abrigo	
<p>Desenho Abrigo- 01</p> 	<p>ESTÓRIA 01- (Carlos, 10 anos) Título: “Detetive do Prédio Azul”</p> <p><i>É um mói de minino que num ... um dia a bruxa faz mal, ai ele vai salvar.</i></p> <p>Inquérito Posterior: Carlos falou que desenhou o prédio que pertence à estória de um desenho animado que passa na televisão. Contou a estória desse desenho e no final trouxe a estória do abrigo, dizendo que esse é um <i>local para crianças pequenas</i>, pois depois que elas crescem, vão embora para outro lugar.</p>
<p>Desenho Abrigo- 02</p> 	<p>ESTÓRIA 02- (Levi, 11 anos) Título: Instituição A</p> <p><i>“Era um lugar para as crianças... que era bom... Que as crianças gostava, que precisava de uma família de adoção. Aí um dia eles conseguiram e foram adotados, só!”</i></p> <p>Inquérito Posterior: Levi disse que desenhou o abrigo e cita nome das <i>crianças acolhidas</i> como sendo as pessoas que moram no local. Falou ainda que é um lugar <i>feliz</i>, pois tem <i>atividades de lazer</i> (praia, televisão) e <i>coisas materiais</i> (casa, cama e comida).</p>

Desenho Abrigo- 03



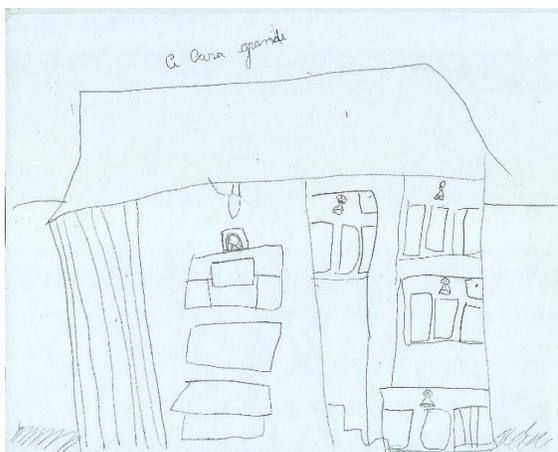
ESTÓRIA 03- (Ciro, 12 anos)

Título: “A minha casa, a minha vida”

“Era uma vez um abrigo chamado Instituição A que tinha um menino chamado **Ciro** e quando a minha mãe saiu eu fiquei triste e sai também pra outra casa. Ela voltou e eu fiquei alegre, pronto!”

Inquérito Posterior: **Ciro** fala que a mãe citada na estória era a **cuidadora** e que ela tinha ido ao médico. Colocou que nessa casa moram as **crianças acolhidas** no abrigo, e diz que é um local **feliz**, pois tem uma **mãe** (cita nome da **cuidadora**).

Desenho Abrigo- 04



ESTÓRIA 04- (Rita, 12 anos)

Título: “A casa grande”

“Era uma vez um menino e uma menina que gosta muito de brigar, só que a tia deles não deixava. Eles ficavam com raiva e minha tia também. E os outros eram muito unidos. E... Mas não era todo dia, era só um dia. Não ficava brigando todo dia. Se eu brigo com um menino, no outro dia a gente se fala. Na hora de dormir vai todo bonzinho, quando amanhece minha tia faz o café, toma e fica assistindo, de tarde, aí eles brincam, aí tá na hora de dormir de novo.”

Inquérito Posterior: Rita falou que essa é uma casa muito grande e cita nome das **crianças acolhidas**. Fala que **gosta** do lugar, pois pode **brincar** e **assistir televisão**. Acrescentou que é um **lugar feliz**, pois tem uma **cuidadora** que não deixa ninguém ficar com raiva, colocando de **castigo** quando as crianças brigam. Trouxe, ainda, que gosta de **bater nas outras crianças** quando a apelidam, porém, frisa que a cuidadora não permite que ela se comporte desse modo.

Desenho Abrigo- 05



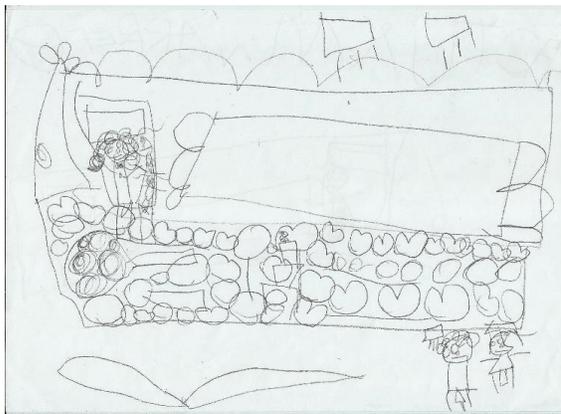
ESTÓRIA 05- (Cora, 8 anos)

Título: (Sem título)

“Uma casa cheia de meninos e meninas, cheio de brinquedos. Tinha tudo lá.”

Inquérito Posterior: Cora disse que nessa casa mora ela com **outras crianças acolhidas** e a **cuidadora**. Em seguida citou a **casa dos pais** como sendo um lugar **feliz**, pois podia **brincar**. Acrescenta que o **abrigo é um lugar ruim**, porque quando as crianças estão brincando, as **cuidadoras tomam os brinquedos**.

Desenho Abrigo- 06



ESTÓRIA 06- (Lara, 8 anos)

Título: “*Eu, meu marido, minha mãe e meu pai*”

“*Era uma vez meu marido e eu, minha mãe tava lá fora saindo... era uma vez que, isso é um negócio quem deixa, isso é um pula-pula, vem pro pula-pula e pula, aí quando... quando ficar... aqui tem um monte de comida em casa, aí a gente vai comer, tem bolo, depois vai comer aí vai pro pula-pula, quando parar de chover aí você vai lá pra fora, a minha mãe tá na chuva, mas a roupa dela molhou, mas vai secar. Ela vai pro quarto dela aí ela tá na amiga dela e vai dormir lá, que molhou a roupa dela, aí ela pra casa tomar banho e se enxugar, aí volta. Já acabou.*”

Inquérito Posterior: Lara disse que desenhou uma casa, dentro fez um desenho dela com seu marido, e na parte externa (lado direito e inferior da folha) desenhou seu **pai** e sua **mãe**. Comentou que essas bolas, algumas em formato de coração, são **comidas**. Posteriormente, citou o nome das **crianças do abrigo** como sendo as pessoas que moram nessa casa e diz que é um lugar **feliz**, pois é cheio de **amiguinhos, irmão e comida**.

Desenho Abrigo- 07



ESTÓRIA 07- (Rui, 7 anos)

Título: (Sem título)

“*Era uma vez um abrigo que é muito bom, eu e meus irmãos morava lá, na Instituição B e também veio uma tia me ajudar a fazer coisa.*”

Inquérito Posterior: Rui fala que nessa casa moram várias crianças de famílias diferentes e cuidadoras que **cuidam** das crianças. Comenta que **gosta das regras** colocadas no abrigo, e diz que o local é **feliz**, pois tem **comida e brinquedos**. Fala que fica **feliz com a visita da mãe** e que gosta de cuidar dos bebês que moram na instituição.

Desenho Abrigo- 08

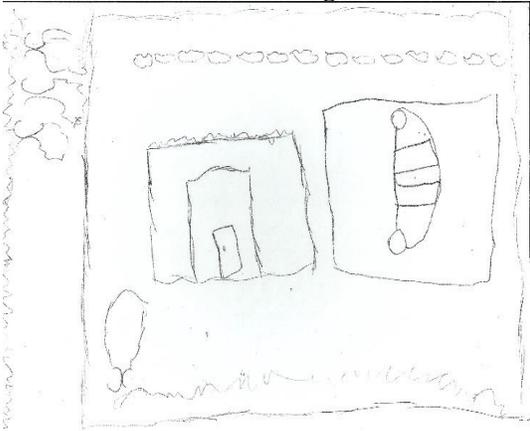


ESTÓRIA 08- (Raul, 7 anos)

Título: “*Uma casa e uma igreja*”

“*Era vez uma casa que não tem ninguém, tem uma mulher e tem uma casa, o povo da casa achou um lugar pra dormir, ela fica passeando no mundo só procurando comida pra ela comer, e aí achou um lobo mau, comeu ela, a cabeça inteira, só ficou o pai e o filho e eu vi, eu tava escondido, lá na floresta encantados. Tem uma bruxa lá, ele era um homem, botou ele pra ser um lobo e um papagaia. Ela pegou a coisa, e ela morreu. Ela tava dentro dessa casa, fica lá na floresta, aí era minha casa, mas não tô aí mais, eu fui pra outra casa, é do outro lado dessa.*”

Inquérito Posterior: Raul disse que se trata do desenho da instituição de acolhimento e cita o nome das crianças

	<p>acolhidas. Comentou que é um lugar <i>triste</i>, pois sente saudade da <i>mãe</i> e fala do <i>desejo de voltar para a família de origem</i>. Posteriormente, comentou que o abrigo é <i>legal</i> em decorrência <i>das atividades de lazer</i> e da <i>comida</i> oferecida.</p>
<p style="text-align: center;">Desenho Abrigo- 09</p> 	<p>ESTÓRIA 09- (Luma, 12 anos) Título: Instituição B</p> <p>“Era uma vez um abrigo que se chama Instituição B, tinha um bocado de criança que era tão alegre e brincante, mas só que certo dia uma menina ficou de castigo por aprontar e essa menina ficou de castigo chorando no quarto, aí depois no sétimo dia ela saiu do castigo e a tia reclamou com ela. E essa tia que reclamou com ela o nome dela é Luna, e ela botou eu de castigo, aí a tia Flor chegou e tirou eu do castigo e reclamou com ela. E chegou meu irmão chato. Eu não gosto do meu irmão. Só gosto quando ele tá tranquilo, tá na paz. Tem uma tia que foi expulsa daqui pelo menino Ravi, por bater num bebezinho prematuro, levou ponto no nariz, perna arranhada, bracinho... aí a tia foi expulsa daqui. Porque o juiz disse que não teve muito cuidado com ele. Eu achei triste porque era tão divertido essa tia.”</p> <p>Inquérito Posterior: Luma falou que desenhou o abrigo e as crianças acolhidas. Comentou que é um lugar <i>feliz</i> e cheio <i>brincadeiras</i>. Citou as <i>regras da instituição</i> e o fato de as <i>cuidadoras serem chatas</i> por colocarem as crianças de <i>castigo</i>. Acrescentou ainda que na casa da mãe era mais divertido, pois podia brincar na rua.</p>
<p style="text-align: center;">Desenho Abrigo- 10</p> 	<p>ESTÓRIA 10- (Max, 11 anos) Título: “Biblioteca”</p> <p>“Aqui é a casa... Aqui é a combi... aqui é as nuvens, e aqui é a garagem da combi, e aqui ... deixa eu fazer aqui, terreno. É o terreno... Num sei fazer árvore direito (desenha árvores) [...]”</p> <p>Inquérito Posterior: Max disse que desenhou o abrigo e ao lado o carro da instituição. Relatou que nessa casa moram vários meninos e frisa que é um lugar apenas para crianças e adolescentes do sexo masculino. Falou também que é um lugar <i>feliz</i> devido às <i>atividades de lazer</i> proporcionadas. O título “Biblioteca” foi pelo fato de esse ser o local da instituição que ele mais gosta, em razão de ter muitos <i>brinquedos</i>.</p>

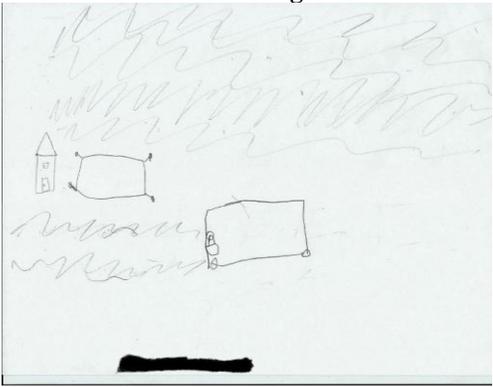
<p style="text-align: center;">Desenho Abrigo- 11</p> 	<p>ESTÓRIA 11- (Júlia, 9 anos) Título: (Sem título)</p> <p><i>“Imagino que eu e meu irmão tá brincando... A tia chama a gente pra comer, e aí todo mundo tomou banho e sentou na mesa, aí eu fui tomar banho e meu irmão também. Aí terminaram de comer e foram ajeitar o quarto e depois foi assistir televisão. Aí depois a gente pulou corda e depois a gente brincou de bola e só.”</i></p> <p>Inquérito Posterior: Júlia citou nome das <i>crianças acolhidas</i> na instituição como sendo as pessoas que moram nessa casa e disse que é um lugar <i>feliz</i>. Depois falou que às vezes o lugar é <i>chato</i>, pois as cuidadoras colocam de <i>castigo</i>. Posteriormente disse que o lugar era <i>bom</i>, porém se pudesse mudar alguma coisa, traria todas as mães para a instituição.</p>
<p style="text-align: center;">Desenho Abrigo- 12</p> 	<p>ESTÓRIA 12- (André, 12 anos) Título: “<i>Os três porquinhos e o lobo que bagunçava</i>”</p> <p><i>“Os três porquinhos... Eles ficavam brincando, limpava a casa, arrumava. O lobo entrava e ficava bagunçando, o lobo bagunçava a casa que eles arrumavam. Eles ficavam arrumando e cada vez que eles ficavam arrumando o lobo ficava bagunçando.”</i></p> <p>Inquérito Posterior: André disse que nesse lugar moram onze porquinhos (total de crianças acolhidas na instituição) e que era um lugar <i>triste</i> porque o lobo bagunçava. Depois falou que <i>gosta</i> do lugar, porque tem <i>comida</i> e <i>amigos</i>.</p>
<p style="text-align: center;">Desenho Abrigo- 13</p> 	<p>ESTÓRIA 13- (Sara, 12 anos) Título: <i>Instituição A</i></p> <p><i>“Tinha um bocado de família, que tinha um bocado de irmão que acordava e ia à praia.”</i></p> <p>Inquérito Posterior: Sara falou que desenhou o abrigo e acrescenta que mora nessa casa com as <i>crianças acolhidas</i> e a <i>cuidadora</i>. Considera as pessoas do abrigo como sua <i>família</i> e coloca que a <i>instituição é boa</i>, pois essa tem <i>piscina</i>, “sacolinha de bombons” e <i> festa</i>. Comentou que existem casas separadas para meninos e meninas, mas prefere que não seja separado. Relata ainda que a <i>mãe morreu de câncer</i> e o <i>pai mora na rua</i>, e que vai sair do abrigo para morar com a irmã mais velha.</p>

Figura 02: Análise gráfica dos Desenhos-Estórias por tema Abrigo

Na análise gráfica em relação ao tema “abrigo”, pode-se observar que todos os participantes associaram a representação imagética do abrigo à estrutura de uma casa, estando esta acompanhada ou não da imagem de pessoas, o que indica a prevalência de características estruturais na representação da instituição de acolhimento.

Em relação à análise semântica, verificou-se o surgimento de aspectos tanto positivos como negativos relacionados à imagem da instituição de acolhimento, sendo possível identificar quais conteúdos estavam sustentando a representação social positiva e a representação social negativa a respeito do abrigo. No que se refere à representação social positiva, observou-se que as crianças frequentemente associam a imagem do abrigo a um local que fornece cuidados materiais e atividades de lazer, bem como a presença da cuidadora como alguém que cuida e impõe regras, evitando que as crianças briguem, sendo associada à imagem materna.

Desse modo, constata-se que no contexto institucional a cuidadora/educadora exerce função similar à parental, como atestam Gabatz, Schwartz e Milbrath (2016) em pesquisa realizada com crianças e adolescentes institucionalizados acerca de suas relações com cuidadores. Os autores verificaram entre os acolhidos o sentimento de se sentirem cuidados como filhos, algo visto como benéfico diante do afastamento do convívio familiar. Além desse tipo de sentimento, podem-se perceber outros aspectos relevantes na interação com o cuidador tais como compartilhar brincadeiras, relações de amizade, conversas sobre sentimentos e experiências pessoais capazes de favorecer crescimento emocional e afetivo, podendo também estar atrelado ao oferecimento de apoio instrumental como alimentação, brinquedos e apoio nas tarefas escolares, como assinalam Marzol, Bonafé e Yunes (2012).

Em relação à representação negativa do abrigo, verificou-se que algumas crianças trouxeram estórias com conteúdos negativos, como também na realização do inquérito posterior

os participantes relataram experiências ocorridas na instituição responsável pelo local, de apresentar esse tipo de representação como: os castigos geralmente colocados pelas cuidadoras, a falta de liberdade para sair a qualquer hora da instituição, ou devido à saída da cuidadora da instituição.

Os fatores negativos apontados pelas crianças do presente estudo, especificamente, a presença de castigos na instituição, corroboram com achados de pesquisa realizada por Batista, Silva e Reppold (2010), que apontam para o uso de práticas coercitivas pelos educadores das instituições de acolhimento, com predominância de castigo, agressão verbal e/ou privação de privilégios. Ocorre, então, de as cuidadoras serem percebidas pelas crianças como ruins por privá-las de algumas atividades tidas como prazerosas (Platilha, Magalhães & Pedroso, 2014), como pode ser ilustrado pela fala de um entrevistado, quando em um momento do inquérito posterior sobre o desenho-estória do abrigo, a criança comenta que o abrigo é “ruim”, e quando questionada sobre o porquê, ela responde: *“Porque aqui é ruim! Quando a gente tá brincando, as tias tomam os brinquedos da gente”* (Cora³, 8 anos).

Outro ponto negativo colocado pelas crianças em relação ao acolhimento, trata-se da falta de liberdade para sair da instituição a qualquer momento, corroborando com resultados encontrados em estudos (Iorio & Seidmann, 2013; Pereira, 2013) em que o significado do acolhimento institucional aparece para os acolhidos como algo que aprisiona. Gouveia (2007), ao realizar pesquisa sobre direitos humanos na perspectiva de crianças em situação de acolhimento e agentes de políticas públicas, verificou que comumente as atividades de lazer ocorriam no

³ Nome fictício.

próprio ambiente institucional, fato que desfavorece a inclusão social da criança ou do adolescente em situação de acolhimento. Ademais, boa parte das atividades recreativas proporcionadas pela instituição não favoreciam o exercício de liberdade da criança, muitas vezes utilizadas como forma de livrar os funcionários de suas obrigações. A autora coloca que esses aspectos fazem com que as crianças não reconheçam qual a real proposta do abrigo, ou seja, de ser um local que as protege e contribui para garantia de seus direitos.

Observou-se, também, a relação que as crianças fazem entre a imagem da instituição de acolhimento e um local dotado de relações semelhante aos laços familiares. Ocorreu, portanto, de os participantes denominarem as crianças acolhidas enquanto “irmão de coração” e as cuidadoras como “mãe”, ancorando a representação das figuras integrantes do abrigo nas figuras fraternas e na figura materna. Müller (2014) sublinha que frequentemente crianças em situação de acolhimento atribuem referenciais familiares aos laços construídos com outras crianças presentes no contexto institucional.

Surgiu, ainda, a representação do abrigo como um local que acolhe crianças de várias famílias, indicando que as crianças reconhecem a instituição como uma medida que busca garantir a proteção de crianças e de adolescentes, especificamente, quando a família não apresenta condições favoráveis para manutenção de seus membros. Os resultados encontrados ratificam achados do estudo de Firmino (2015), no qual adolescentes em situação de acolhimento também conceituaram a instituição como um lugar de proteção, diante de fatores que impossibilitaram suas famílias de prover os cuidados necessários. Assim, o abrigo aparece, às vezes, como única alternativa para os acolhidos que esperam incessantemente pelo processo de reinserção familiar. Torna-se importante reiterar que durante esse processo, inclui-se o suporte às famílias, pois para cuidar elas também precisam ser cuidadas.

4.3 Entrevista semiestruturada- análise de conteúdo categorial temática

De posse dos dados, após transcrição na íntegra das entrevistas realizadas com as crianças acerca da representação social de família e abrigo, realizou-se a categorização do material coletado, utilizando como técnica a análise de conteúdo categorial temática proposta por Bardin (1977).

Com a análise dos dados referentes à entrevista sobre família e abrigo, elaborou-se as categorias denominadas “Representação da Família”, “Representação do Abrigo” e “Representações em relação à atitude da sociedade frente ao abrigo”, cada qual com suas respectivas subcategorias. Essas categorias serão apresentadas em forma de figura, na qual consta a frequência de palavras e o número participantes pontuado em cada subcategoria, além das descrições atribuídas a cada categoria e subcategorias correspondentes.

Faz-se necessário informar que as frequências apresentadas para cada subcategoria não correspondem necessariamente ao número participantes, pois podia ocorrer de as respostas dadas pelas crianças apresentar conteúdos que satisfaziam mais de uma subcategoria, assim sendo, esses eram contabilizados conforme o número de vezes que apareciam e na subcategoria correspondente

4.3.1 Categoria: Representação da Família

Quando as crianças foram questionadas sobre o que pensavam a respeito da família, o conteúdo que emergiu como resposta foi bem homogêneo, mesmo em se tratando de crianças com idades e contextos diferentes, como é possível visualizar nos temas emergentes descritos na Figura 03.

CATEGORIA: Representação da Família		
Descrição: Nesta categoria encontram-se conteúdos que se referem aos significados que as crianças possuem sobre o que é Família.		
Subcategorias Frequência (f) / Participantes (P)	Descrição da subcategoria	Exemplos de verbalizações
Afeto Positivo (f=41/ P= 13)	Abarca afetos positivos associados à imagem da família.	P3: <i>“Tudo... amor, esperança, criatividade [...] feliz.”</i> P4: <i>“[...]Carinho, emoção, caridade. Tem que ter felicidade, caridade.”</i>
Relações Sociofamiliares (f=38/ P=11)	Estão agrupados os conteúdos que vinculam família às relações de parentesco, ou, ainda, família como sendo as pessoas presentes no cotidiano da criança.	P1: <i>“Um pai, uma mãe, uns irmão... Uma vó, um padrinho.”</i> P9: <i>“[...] tem seus irmãos, tem as irmãs, tem sua mãe.”</i>
Cuidados Materiais e de Lazer (f=20/ P=07)	Inclui conteúdos ligados a aspectos materiais e de lazer enquanto representação da família.	P10: <i>“[...] Dar comida... compra coisa... isso tudo.”</i> P7: <i>“[...] brinca comigo.”</i>
Função de Cuidado (f=09/ P=05)	Engloba conteúdos que associam família à palavra cuidado e/ou funções ligadas a cuidado.	P7: <i>“[...] coloca na escola pra estudar.”</i> P10: <i>“[...] Cuida! Cuida da pessoa.”</i>

Figura 03: Distribuição das subcategorias/ Representação da família

Na análise dos dados, observou-se que a subcategoria “*afeto positivo*” foi a que obteve maior expressividade na representação da família, totalizando 41 expressões de afeto, mencionadas por todos os participantes. Esses dados são semelhantes aos encontrados em pesquisa realizada por Ribeiro e Cruz (2013), a respeito das representações sociais da família por crianças da cidade de Recife-PE; nesta, as representações sociais da família elaboradas pelas crianças apresentaram o núcleo central ancorado em sentimentos positivos, semelhantes aos expressos pelas crianças do presente estudo.

Historicamente a família passou a ser reconhecida como fonte de afeto e local ideal para o desenvolvimento de crianças e de adolescentes. De acordo com Ariès (1986), em torno dos séculos XVI e XVIII surge a concepção de família ligada a sentimentos, ideia que perpassa os dias atuais na sociedade, como pode ser observado nas falas das crianças entrevistadas. Percebeu-se, portanto, que os participantes ancoraram a representação social da família em uma afetividade positiva, personificada principalmente nas figuras parentais e fraternas, especialmente na figura materna, algo presente também na análise das produções gráficas em relação ao tema família. Esse fato pode ser ilustrado através da fala de um participante quando questionado sobre o que ele entendia por família: “*É boa! Dá amor... É bem. Pensei na minha mãe.*” (André⁴, 12 anos).

Nota-se que a criança representa a família como uma instituição dotada de sentimentos positivos, como “amor”, associada diretamente à figura da mãe, provavelmente em decorrência do papel de principal cuidadora ocupado por ela na sociedade. Depreende-se, assim, que mesmo diante da situação de acolhimento institucional, os participantes reproduziram uma imagem de família conforme padrões partilhados no imaginário social, ou seja, a construção do conceito de família em torno do afeto e do cuidado. Isso ressalta a força que os grupos sociais dominantes exercem sobre a construção das representações sociais.

Na subcategoria “*relações sociofamiliares*” se observou que as crianças objetivaram a representação de família em membros familiares socialmente eleitos, tais como “*pai*”, “*mãe*”, “*irmãos*”, “*avós*”, ou ainda, porém em menor proporção, em pessoas com as quais convivem atualmente, tais como “*irmãos de coração*”, “*padrinho*” e/ou “*tia social*”. Assim sendo, pode-se

⁴ Nome fictício.

inferir que embora elas compartilhem a representação do modelo tradicional de família nuclear (pai, mãe e filhos), fenômeno ainda predominante em muitos países, como assinala Papalia e Feldman (2013), essas ampliam o conceito de família ao incluir outras pessoas que não são consideradas socialmente como integrantes familiares.

Com efeito, a análise dos conteúdos elaborados pelos participantes indica que mesmo reproduzindo a imagem de família socialmente compartilhada (modelo nuclear e lócus de afeto), eles também construíram a representação da família com base em suas experiências individuais, quando objetivam família em outros elementos do seu contexto atual (educadora, crianças da instituição e padrinho afetivo), semelhante aos achados de Pereira (2013). Isso atesta a ideia de que as RS são formadas tanto por fatores de ordem grupal como subjetivos, como propõe Jodelet (2009). De acordo com a autora, “ainda que nossas pesquisas visem a deduzir os elementos representacionais partilhados, seria reducionista eliminar de nosso exame aquilo que corresponde aos processos pelos quais o sujeito se apropria e constrói suas representações” (p. 696).

Convém destacar que algumas crianças definiram família conforme modelo monoparental feminino, mãe e filhos, ou composta apenas pelo grupo de irmãos, conforme ilustrado pela fala de uma participante sobre o que seria família: “*Família é irmão, irmão de sangue*” (Sara⁵, 12 anos). Acredita-se que a alusão das crianças ao grupo de irmãos como representação da família decorre do fato de esses geralmente serem os laços familiares preservados no processo de acolhimento institucional, ou que pelo menos deveria ser, como estabelece o conjunto de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento Institucional (Brasil, 2009).

⁵ Nome fictício.

Esses resultados corroboram com a pesquisa realizada por Lauz e Borges (2013) acerca das concepções de família para crianças em situação de acolhimento institucional, na qual as autoras constataram a representação da família fortemente ligada à imagem da família biológica, que apesar da quebra de vínculos, ainda é emocionalmente significativa. Além disso, destacaram também que as crianças fizeram referência aos irmãos como figuras importantes na descrição da família.

Na representação social da família surgiram também “*cuidados materiais e de lazer*”, ou seja, as crianças associam família à ideia de um grupo que garante subsídios materiais necessários para manutenção e para sobrevivência de seus membros, bem como atividades recreativas. De modo geral, a família foi objetivada principalmente pelo elemento representacional “moradia”, enfatizando-se, dessa forma, o local em que residem os integrantes familiares, ou seja, ser família é também dividir o mesmo espaço de convivência, além de compartilhar momentos de descontração, como observado no estudo de Ribeiro e Cruz (2013), no qual as crianças tendem a vincular família a um local especial de brincadeiras.

Esses resultados podem ser ilustrados através da fala de uma participante quando ao ser questionada sobre o conceito de família, responde: “*Bom, porque a pessoa ganha mais pessoas. Ganha presente... Tem de tudo. Uma casa, um apartamento, uma cama, um teto, uma mesa. São objetos... Pessoas*” (Levi⁶, 11 anos). Observa-se que a criança ao representar a família enfatiza tanto aspectos de ordem social (pessoas) como materiais (Ex.: objetos), sugerindo que a família surge como um grupo de pessoas com condições estruturais capazes de atender às suas

⁶ Nome fictício.

necessidades de sobrevivência, com ênfase no aspecto habitacional, ratificando resultados encontrados na análise dos desenhos.

Em relação à subcategoria “*função de cuidado*”, apesar do menor número de verbalizações em proporção às demais subcategorias, pode-se perceber que as crianças representaram família através dos cuidados físicos e emocionais. Em geral, observa-se no imaginário social a concepção de família associada à noção de cuidado, algo presente na sociedade desde o surgimento do sentimento de família por volta dos sec. XVIII, como descrito por Ariès (1986). De acordo com o autor, foi após a divisão social do trabalho e o surgimento do espaço privado que os pais se voltaram aos cuidados de seus filhos, principalmente com a atenção voltada para as questões educacionais.

Embora o senso comum partilhe a ideia de família como grupo responsável pelo cuidado, verifica-se que as crianças emitiram poucas verbalizações referentes à subcategoria em questão, provavelmente pelo fato das experiências de negligência vivenciadas no contexto familiar, baseando-se tanto nos motivos de acolhimento (Tabela 1) como nas histórias contadas pelas crianças na aplicação da técnica D-E com o tema família (Figura 01), especificamente, quando elas trazem relatos de violência sofridos na família. Desse modo, segue a ideia da representação social como algo que contém tanto informações compartilhadas pelo social como interferências do próprio indivíduo. Pereira (2006) afirma que “a família é um princípio de construção da realidade social transmitido pelo processo de socialização, ao mesmo tempo individual e coletiva” (p. 35).

Os resultados sugerem que os participantes do presente estudo reconhecem o papel socialmente eleito da família, como por exemplo, o de fornecer cuidados afetivos; porém, isso

não faz parte de sua realidade atual, o que pode ser fonte de sofrimento para esses indivíduos. Moscovici (2011) coloca que as representações sociais servem como guia explicativo de ações e justificam condutas, o que torna compreensível o desejo expresso por algumas crianças de viver com a família, seja biológica ou substituta, haja vista conceberem o ambiente familiar como fonte exclusiva do afeto.

4.3.2 Categoria: Representação do Abrigo

Quando as crianças foram questionadas sobre o que pensavam a respeito do abrigo, o conteúdo que emergiu como resposta também foi bem homogêneo, como é possível visualizar nos temas emergentes descritos na Figura 04.

CATEGORIA: Representação do Abrigo		
Descrição: Esta categoria refere-se às representações sociais que as crianças possuem sobre o Abrigo.		
Subcategorias Frequência (f) / Participantes (P)	Descrição da subcategoria	Exemplos de verbalizações
Cuidados Materiais e de Lazer (f=63/ P=12)	Inclui conteúdos ligados a aspectos materiais e de lazer enquanto representação do abrigo.	P1: <i>“Uma casa [...] Tem brinquedo, terraço, quintal...”</i> P7: <i>“[...] leva pra passear, jogar bola, brincar.”</i>
Aspectos Positivos (f=40/ P=13)	Abarca conteúdos com carga positiva como representação do abrigo.	P9: <i>“Bom, divertido e alegre.”</i> P12: <i>“Uma paz... Bom.”</i>
Aspectos Negativos (f=32/ P=10)	Agrupa conteúdos com carga afetiva negativa associada à imagem do abrigo e/ou dos outros integrantes da instituição (funcionários e acolhidos).	P4: <i>“O que eu não gosto é que os meninos batem [...].”</i> P8: <i>“Eu quero morar aqui não, quero morar na minha casa, porque a tia fica gritando com a gente [...].”</i>
Relações Sociofamiliares (f=14/ P=3)	Abarca conteúdos que comparam o abrigo e/ou os funcionários e as crianças acolhidas na instituição aos membros de uma família.	P4: <i>“[...] é feito uma mãe.”</i> P7: <i>“[...] Cheio de amigos e amigas e irmão.”</i>

Função de Cuidado (f=12/ P=5)	Engloba conteúdos que associam o abrigo à expressão cuidado e/ou às funções de cuidado.	P4: <i>“Eles só cuidam [...] Ela cuida, tia Margarida”</i> (cuidadora). P9: <i>“[...] acolhe as crianças.”</i>
--	---	---

Figura 04: Distribuição das subcategorias/Representação do abrigo

Na análise dos dados, observou-se que a subcategoria “*cuidados materiais e de lazer*” foi a mais expressiva, com 63 ocorrências no total, sendo 33 referentes aos cuidados materiais e 30 aos aspectos de lazer. Percebe-se, portanto, que as crianças ancoraram a representação social do abrigo tanto como um lugar de moradia quanto locus de diversão/entretenimento, objetivado principalmente nas palavras “*casa*”, “*coisas*”, “*comida*” e “*brincadeiras*”.

De acordo com estudo realizado por Pereira (2006) sobre a representação social do abrigo e da família para crianças institucionalizadas, constatou-se que as crianças em situação de acolhimento ao se referir às características boas do abrigo, frequentemente enfatizam o atendimento destinado às suas necessidades básicas e materiais. Dados semelhantes também foram encontrados na presente pesquisa, como pode ser ilustrado através da fala de uma criança, que ao ser questionada a respeito da instituição, responde: “*O abrigo A é bom porque compra tudo pra gente... Ventilador, cama, armário, todas as coisas... Brinco, sapato, tudo o que tiver... Roupa*” (Sara⁷, 12 anos).

Comparando esses resultados com os obtidos na análise da representação da família, que teve o afeto positivo como subcategoria mais expressiva, acredita-se que os cuidados materiais e de lazer são supervalorizados na representação do abrigo em função de a instituição conseguir

⁷ Nome fictício.

suprir esses cuidados básicos, diferentemente das condições de carência econômica e vulnerabilidade social que as crianças possam ter vivenciado em suas famílias de origem.

Sobre a forte presença de conteúdos que remetem a representação do abrigo a atividades de lazer e/ou brincadeiras, entende-se que as instituições reconhecem a importância do brincar para o desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente, garantindo assim o estabelecido pelo ECA no Art. 16: “O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: (...) IV – Brincar, praticar esportes e divertir-se” (Brasil, 2015, p. 12).

Em relação à subcategoria “*aspectos positivos*”, a qual obteve 40 ocorrências, evidenciou-se que todos os participantes representaram o abrigo de modo positivo, sendo este objetivado nas palavras “*bom*”, “*legal*”, “*divertido*”, “*alegre*”, “*gosto*”, entre outras. Esses resultados corroboram com estudo realizado por Almeida e Barreto (2014) acerca das representações que crianças e adolescentes institucionalizados apresentam sobre a convivência familiar e comunitária, no qual foi constatada a presença de sentimentos positivos em todos os participantes a respeito da instituição de acolhimento.

Entretanto, na mesma categoria, identificou-se entre os participantes o aparecimento de “*aspectos negativos*” a respeito do objeto representacional, o que indica a existência de valores ambíguos ou ambivalentes em relação à instituição de acolhimento. Esse fato pode ser exemplificado através da fala de um participante: “*O abrigo é bom, ruim, é bom...*” (Rui⁸, 7 anos). Infere-se, portanto, que esses sentimentos ambivalentes em relação ao acolhimento são decorrentes de situações distintas presentes na realidade dos nossos participantes, pois ora o

⁸ Nome fictício.

abrigo surge como um local de cuidado e proteção diante dos casos de negligência e violência vivenciados no âmbito familiar, ora como um local que deixa a desejar nos cuidados afetivos, fato que provavelmente faz as crianças preferirem estar com a família, como pode ser ilustrado através fala de uma criança entrevistada: *“Eles só cuidam, dá carinho [...] Mas na verdade eu queria a minha mãe, né? Porque eu nunca vi ela, ela morreu de câncer”* (Rita⁹, 12 anos).

Nesse sentido, observou-se que as crianças percebem o abrigo como algo bom, ao proporcionar condições básicas de sobrevivência, proteção e lazer, porém lhe falta a provisão afetiva, geralmente proporcionada pelo ambiente familiar. Essa questão surge na fala de uma menina entrevistada, quando questionada se gostaria de mudar algo no desenho do abrigo feito a partir da técnica Desenho-Estória, a criança responde: *“Acho que sim. O quê? (Pesquisadora) Não sei... todas as mães vir pra cá”* (Júlia¹⁰, 9 anos).

Verifica-se que a criança não fala em sair do abrigo ou menciona pontos negativos em relação ao acolhimento que gostaria de mudar, esclarecendo que na entrevista quando questionada o que ela achava da instituição, a criança responde *“É bom aqui [...]”*, porém, ao analisar o discurso, denota-se a falta de algo, ou seja, a carência da parte afetiva que seria compensada pela presença das mães, o que possivelmente indique a emersão de aspectos tanto positivos como negativos a respeito do abrigo.

Ressalta-se ainda que duas crianças ao se referir à instituição de acolhimento como um local de aspectos negativos, citaram casos de violência praticada entre os acolhidos, como pode

⁹ Nome fictício.

¹⁰ Nome fictício.

ser observado na fala de um participante ao ser indagado sobre o que achava a respeito do abrigo: “*Aqui de vez em quando eu acho ruim, porque os meninos batem um no outro (André¹¹, 12 anos)*”.

Conforme o ECA, Art. 70, inciso IV: “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. (...) IV – o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente”. Logo, tendo as instituições de acolhimento como principal função a proteção de crianças e adolescentes de qualquer forma de violência, sugere-se um olhar mais atento por parte da equipe responsável pelas instituições no que diz respeito à mobilização de medidas que previnam ou evitem a ocorrência de práticas violentas entre os acolhidos.

No que se refere à subcategoria “*aspectos sociofamiliares*”, verificou-se que alguns participantes do presente estudo compararam o abrigo a uma família ou ambiente com laços afetivos próximos aos familiares, objetivado nas palavras “*mãe*”, “*irmãos*”, “*amigos*”. Esse dado pode ser expresso na fala de uma criança ao conceituar o abrigo: “*Representa uma nova casa. Uma nova não, uma família, né? [...] Porque tem uma responsável que parece uma mãe... Tem os irmãos de casa que parece nossos irmãos... Tem nossos irmãos mesmo que cuidam da gente*” (Levi¹², 11 anos).

Na fala do participante fica clara a associação do abrigo às características de uma família, enfatizando a presença da cuidadora e das outras crianças abrigadas como elementos que

¹¹ Nome fictício.

¹² Nome fictício.

remetem o abrigo à imagem da família. Nessa linha de pensamento é possível inferir que o conhecimento prático que as crianças possuíam acerca da família serviu como âncora para formação da representação social do abrigo, o que torna evidente o processo de *ancoragem* na formação de um novo conhecimento, como sublinhado por Moscovici (2011); nisto, algo inicialmente tido como estranho torna-se familiar a partir da redução de novos conceitos em imagens comuns, ou seja, a construção da imagem do abrigo é formada a partir do conceito de família que as crianças possuíam.

Resultados similares também foram encontrados em pesquisa realizada por Lauz e Borges (2013), em que crianças e adolescentes abrigados concebem o abrigo como a família atual. Almeida e Barreto (2014) destacam que estão presentes nas falas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento as relações estabelecidas entre eles e os demais indivíduos que dividem o mesmo ambiente e as mesmas atividades diárias. Demonstra-se, assim, quão significativo se torna o contato com o outro, dado que compartilhar experiências semelhantes pode servir como apoio em diversas situações da vida.

Verificou-se ainda o surgimento da subcategoria “*função de cuidado*” ligada à imagem do abrigo, com 12 ocorrências no total, citadas por cinco participantes. Conforme as falas das crianças, a instituição de acolhimento aparece como um local que cuida ou “acolhe” crianças, objetivado principalmente na palavra “cuidam”, além de citarem atividades rotineiras enquanto ações de cuidados proporcionadas pela instituição tais como ir para a escola e dormir. Demonstra-se, portanto, que as crianças colocam uma das funções do abrigo ao representá-lo, a julgar que a instituição de acolhimento possui o papel de prover cuidados físicos e emocionais às crianças e adolescentes temporariamente afastados do contexto familiar. Entretanto, salienta-se

que os participantes retrataram o cuidado oferecido pela instituição como algo mais físico do que emocional.

Gouveia (2007) constatou que apesar de crianças em situação de acolhimento institucional reconhecerem que são cuidadas no abrigo, dificilmente colocam o cuidado afetivo, na grande maioria das vezes, o cuidar configura-se para os acolhidos como as atividades diárias, impostas pelos cuidadores responsáveis através das palavras “bota” e “manda”, o que indica a adoção de uma rotina rígida e previsível por parte dos funcionários, tendo como maior interesse o cumprimento de horários. Chama-se atenção para o fato de esse tipo de relação pouco afetiva entre cuidadores e crianças ser considerado prejudicial para indivíduos que se encontram em fase de desenvolvimento.

De modo geral, os resultados das análises sugerem que os participantes deste estudo ancoraram a representação social do abrigo na imagem da família, possivelmente devido às suas experiências anteriores, já que provavelmente viviam em ambiente familiar antes de serem abrigadas. Esse fato se evidencia também pela presença de subcategorias com conteúdos semelhantes na representação social da família e do abrigo, diferindo apenas na frequência de ocorrências em cada subcategoria, sendo para o abrigo a subcategoria “*aspectos materiais e de lazer*” a mais evidenciada, diferentemente da representação social da família, que teve a subcategoria “*afetos positivos*” com o maior número de ocorrências. Observou-se, ainda, o surgimento de aspectos negativos em relação ao abrigo, conteúdos não emergentes na representação social da família, conforme análise das entrevistas, embora seja salientado que na aplicação da técnica D-E com o tema família, verificou-se a presença de aspectos negativos associados à imagem da família de origem. Essas diferenças mostram que na perspectiva das crianças o abrigo consegue cumprir a função de prover condições básicas de sobrevivência,

porém, apresenta um déficit na provisão do afeto, o que pode justificar em parte a presença dos aspectos negativos.

Como forma ainda de aprofundar os conteúdos que estão sustentando a formação da representação social do abrigo apresentada pelos participantes, elaborou-se a seguinte questão: “*O que você imagina que as outras crianças que vivem com a família pensam sobre o abrigo?*” (Apêndice D). É importante esclarecer que ao colocar a questão sobre o abrigo como algo externo ao que os participantes pensavam a respeito da instituição, objetivou-se diminuir o peso da norma social que diz o que pode ou não ser dito, haja vista que a pergunta se volta para o que as outras crianças fora do contexto institucional pensam a respeito da instituição acolhimento. Construiu-se, portanto, a categoria denominada “*Representações em relação à atitude da sociedade frente ao abrigo*”.

4.3.3 Categoria: Representações em relação à atitude da sociedade frente ao abrigo

Na análise dos dados referentes à questão de como os participantes percebem a imagem socialmente construída sobre o abrigo, pode-se verificar a presença de duas subcategorias opostas: *Atitude negativa da sociedade* e *Atitude positiva da sociedade*, demonstradas na Figura 05.

CATEGORIA: Representações em relação à atitude da sociedade frente ao abrigo		
Descrição: Esta categoria mostra temas que se referem à percepção do abrigo a partir do que os participantes do presente estudo consideram que as outras crianças não abrigadas pensam sobre o ambiente de acolhimento.		
Subcategorias Frequência (f) / Participantes (P)	Descrição da subcategoria	Exemplos de verbalizações

<p>Atitude Negativa da Sociedade (f=42/ P=08)</p>	<p>Incluiu conteúdos com carga afetiva negativa e conceitos pejorativos em relação ao abrigo e/ou às crianças acolhidas.</p>	<p>P1: “<i>Acha que nós é doido.</i>” P3: “[...] <i>Fica dizendo que eu sou do orfanato... fica sorrindo, e eu não gosto... zombando.</i>” P10: “[...] <i>presta não, menino de abrigo, não!</i>” P12: “<i>Ficam esculhambando... ficam falando que no abrigo é muito ruim, que eles batem em você lá.</i>”</p>
<p>Atitude Positiva da Sociedade (f=11/ P=05)</p>	<p>Abarca conteúdos positivos em relação ao abrigo, atribuindo à instituição características positivas.</p>	<p>P6: “<i>Feliz... Bom. Comer e brincar [...].</i>” P9: “<i>Acha que é ótimo [...].</i>”</p>

Figura 05: Distribuição das subcategorias/Representações em relação à atitude da sociedade frente ao abrigo

Observa-se que a subcategoria “*Atitude negativa da sociedade*” foi a de maior expressividade, com 42 ocorrências no total, mencionada pela maioria dos participantes. A análise dos conteúdos compartilhados pelas crianças nessa subcategoria indicou que a representação socialmente construída a respeito do abrigo ancora-se em concepções preconceituosas, objetivadas nas palavras “*orfanato*”, “*mau*”, “*doido*”, “*não presta*”, entre outras. Esse resultado pode ser exemplificado através da fala de um participante; quando questionado o que ele imaginava que as outras crianças pensavam sobre o abrigo, ele responde:

“Eles nem sabem que sou do abrigo [...] coisa mau! só as professoras que sabe, mas não contam a ninguém não [...] só um menino lá sabe que sou de abrigo, que é meu melhor amigo. Brinco mais com ele, mas ele num diz a ninguém não, porque se ele dizer, aí eu digo: ‘saí do cube!’. Aí ele começa a chorar... ‘Não, não... ele num é de abrigo não.’ Como é ser do abrigo para você? (Pesquisadora) É ruim, né? Fica apontando os outros... fica arriando com o cara... Gargaiada com o cara, aí num gosto” (Max¹³, 11 anos).

¹³ Nome fictício.

Percebe-se pela fala da criança que ela busca esconder o fato de estar em situação de acolhimento a fim de evitar ser rejeitada pelos colegas, como se “ser do abrigo” marcasse algo ruim na sua identidade. Dados do estudo de Rodrigues, Gava, Sarriera e Dell’Aglio (2014) apontam que o acolhimento institucional infantil se mostra fortemente marcado por um processo de estigmatização social. Os autores demonstraram em sua pesquisa que adolescentes em situação de acolhimento, quando comparados com adolescentes fora desse contexto, apresentaram índices mais altos de percepção de preconceito, possivelmente ligado à situação de abrigo, fator que atribui a esses uma identidade social negativa, por serem considerados “diferentes” ante a sociedade.

Iorio e Seidmann (2013) apontam que a construção da identidade é produto da comparação social; portanto, a avaliação feita por crianças institucionalizadas não depende apenas do conhecimento que elas possuem sobre o grupo de pertença, mas da valorização que elas atribuem a si mesmas em comparação com outros grupos sociais. Esta diferença é devido à sua necessidade de dar sentido às situações em que se encontram; assim, as crianças buscam compreender a experiência de institucionalização a partir do ponto de vista de algumas diferenças. Ou seja, as autoras observaram que as crianças representam sua situação de acolhimento da seguinte forma: “se sua família é ‘boa’, você mora na sua própria casa, e isso significa que você está sendo cuidado. Mas se você tem uma família ‘má’, você vive em situação de acolhimento e sob a supervisão de um juiz, o que significa privação de liberdade (p. 72)”. Acredita-se que o conhecimento prático construído pelas crianças no intuito de interpretar a realidade em relação à família e à prática de cuidado, apoia-se em ideias transmitidas a partir do processo de socialização, neste caso, no interior das instituições.

Sobre essa questão, Machado, Scott e Siqueira (2016) identificaram que imagens sociais negativas são frequentemente atribuídas às crianças institucionalizadas e suas famílias, o que aumenta o processo de exclusão social e dificulta a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e de adolescentes. Destaca-se que a associação do abrigo e dos acolhidos a termos pejorativos faz parte de uma construção sócio-histórica, pois de acordo com a literatura (Firmino, 2015; Luvizaro & Galheigo, 2011; Silva, 2012; Siqueira, 2012), o processo de acolhimento institucional infantil inicialmente foi atrelado à ideia de delinquência, de modo que crianças e adolescentes eram acolhidos de forma indiscriminada, ou seja, sem separar aqueles que transgrediam as leis daqueles que se encontravam em situação de risco e vulnerabilidade social.

Embora a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente tenha contribuído para importantes mudanças em relação ao trato das questões infantojuvenis no Brasil, a leitura dos resultados encontrados no presente estudo evidencia a forte presença no imaginário social de concepções negativas a respeito daqueles que fazem uso da medida de acolhimento institucional. Isso indica que as crianças em situação de acolhimento são duplamente vitimizadas, ou seja, sofrem por não estarem em convivência familiar e ainda são vítimas de preconceito por se encontrarem em situação de acolhimento.

Apesar do número expressivo de conteúdos negativos colocados pelos participantes em relação ao acolhimento institucional, surgem também nas falas das crianças concepções positivas sobre o que elas imaginavam que outras crianças não institucionalizadas pensam a respeito do abrigo. Esses dados foram agrupados na subcategoria “*Atitude positiva da sociedade*” (Figura 05), que obteve um total de 11 ocorrências distribuídas nas falas de cinco participantes. Os conteúdos emergidos indicam que os participantes percebem uma visão positiva da sociedade frente à instituição de acolhimento, atribuída principalmente às provisões materiais oferecidas

pelo ambiente institucional, bem como pelo fato de ser reconhecido como um local responsável pelo cuidado das crianças diante de situações as quais impedem que os pais cuidem delas, corroborando com o estudo realizado por Almeida e Barreto (2014). Isso pode ser observado no relato de um participante, quando questionado o que ele imaginava que outras crianças fora do contexto institucional pensam a respeito do abrigo, responde: *“Bom, porque os pais têm que trabalhar também, o pai a mãe, pra ganhar dinheiro [...] depois os pais vêm buscar”* (Rui¹⁴, 7 anos).

Percebe-se ainda pela fala da criança que os aspectos positivos atribuídos ao abrigo estão também relacionados à provisoriedade da medida de acolhimento, como evidenciado na frase: *“[...] depois os pais vêm buscar”*. Esse fato indica que a criança parece reconhecer sua realidade, ou seja, o direito de conviver em família, e entende que o momento institucional é passageiro. Nogueira e Costa (2005) assinalam que a necessidade do caráter temporário da medida de acolhimento (apesar de muitas crianças ficarem anos vivendo em contexto institucional) não permite que a criança se sinta em casa ou que se sinta pertencente ao local em que vive, fato que gera bastante ansiedade diante da expectativa de voltar a viver com a família ou uma nova família (no caso de adoção). Assim, um acolhimento prolongado contribui para que os anos vividos na instituição percam o significado ou venham a ser esquecidos, o que torna danoso ao desenvolvimento da criança ou do adolescente, tendo em vista que esse é o período da vida no qual vínculos fundamentais são construídos, fase que estrutura nossa história individual.

Outra questão apontada pelos participantes em relação aos aspectos positivos de viver no abrigo, trata-se do medo de uma nova ruptura com a família de origem, colocando a instituição

¹⁴ Nome fictício.

como local mais seguro, como pode ser ilustrado através da fala de uma criança, quando questionado o que ela imaginava que outras crianças não acolhidas pensam a respeito do abrigo: *“Acha que é ótimo [...] Porque eles acham mais legal ficar no abrigo, mais do que ficar com a mãe pra não separar de novo”* (Luma¹⁵, 12 anos). Esse relato evidencia o sofrimento vivenciado por crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, que devido a um processo de reinserção familiar malsucedido, tenham novamente seus vínculos familiares rompidos. Desse modo, reforça-se a ideia da realização de um trabalho contínuo com essas famílias, a fim de evitar que durante o processo de reinserção familiar a criança ou adolescente seja novamente retirado desse convívio e mais uma vez tenha seus direitos violados.

Diante do exposto, faz-se relevante apresentar uma síntese dos resultados encontrados, no intuito de facilitar o entendimento dos mesmos, e, ainda, buscar articulá-los com os objetivos propostos no presente estudo.

4.4 Consolidando os resultados

Este trabalho teve como objetivo principal conhecer e analisar as representações sociais acerca da família e do abrigo por parte de crianças em situação de acolhimento institucional. Além disso, buscou-se identificar o perfil sociodemográfico dos participantes e descrever os processos sociocognitivos das representações sociais (objetivação e ancoragem) sobre família e abrigo para as crianças em situação de acolhimento institucional.

¹⁵ Nome fictício.

O perfil sociodemográfico traçado das crianças apontou que a maioria dos participantes do presente estudo estavam acolhidos devido a situações de negligência no âmbito familiar, corroborando com resultados encontrados em vários estudos realizados no Brasil. Torna-se relevante uma reflexão em torno dessa questão, pois, conforme a literatura (Monteiro & Alberto, 2016; Nascimento, 2012), boa parte dos profissionais responsáveis pelas notificações dos casos de violação aos direitos infantis apresentam dificuldade para conceituar o que seria considerado de fato um caso de negligência intrafamiliar. Percebe-se que muitas vezes a família considerada negligente nada mais é do que uma família que teve seus direitos severamente negligenciados pelo Estado, devido à falta ou ineficiência de políticas públicas que atendam às suas necessidades básicas.

Pode-se observar ainda que a maioria dos participantes possuía irmãos acolhidos na mesma instituição, aspecto visto como positivo para o desenvolvimento emocional das crianças em situação de acolhimento, tendo em vista que esses são considerados os laços mais próximos da família de origem. No momento da coleta, especificamente, na aplicação da técnica D-E com o tema “*abrigo*”, a questão do vínculo entre irmãos apareceu ora pelo sentimento de família que eles representavam, ora pela saudade quando da separação, como pode ser ilustrado pela fala de um dos participantes:

*“Quer que eu conte minha história? **Sim, conte! (Pesquisadora).** Tava no abrigo, aí eu vim pra cá porque tava com saudade desse meu irmão que tava aqui. Tava eu e meu irmão no outro abrigo, aí quando foi na audiência, nós pedimos para vim pra cá, porque nós tava com saudade dele” (Max¹⁶, 11 anos).*

¹⁶ Nome fictício.

A fala da criança explicita a importância da permanência do grupo de irmãos na mesma instituição de acolhimento e o quanto pode ser doloroso o afastamento dessas figuras. Além disso, pode-se constatar que as crianças ao construir a representação social da família elegiam os irmãos como principais elementos representacionais. Portanto, entende-se a necessidade de que a lei seja cumprida no que se refere ao acolhimento de irmãos na mesma instituição de acolhimento, exceto quando isso for o desejo do acolhido ou quando existe um risco iminente de abuso (Brasil, 2009).

Sobre a representação social da família, os resultados encontrados mostraram que as crianças ancoraram a representação da família em afetos positivos, sendo esta objetivada na imagem de um grupo de pessoas ligadas afetivamente, convivendo no mesmo espaço e com condições para garantir os cuidados básicos de seus membros. Indicaram ainda em suas falas que alimentam o forte desejo de retornar à família de origem ou estar em convivência familiar, mesmo diante dos aspectos negativos que o ambiente familiar possa apresentar, como foi verificado na análise do material coletado com a técnica D-E com o tema família.

Torna-se relevante destacar que em relação à coleta sobre o tema família, os resultados obtidos através da aplicação da entrevista semiestruturada e a técnica Desenho-Estória foram bastantes semelhantes, exceto pelo fato de as crianças terem expressado sentimentos negativos em relação à família nas produções gráficas e semânticas, o que não houve no momento da entrevista. Acredita-se que isso ocorreu devido às características projetivas da técnica D-E, aspecto que contribuiu para que as crianças pudessem expressar algo que a norma social não permite, pois partilha-se socialmente a ideia de família enquanto local de cuidado e afeto; logo, não seria aceitável pelo imaginário social que a família contenha aspectos negativos em sua representação.

No campo das RS existe um termo denominado “zona muda da representação”, compreendido como aquilo que não pode ser dito devido a um processo de normatização social que orienta quais representações seriam mais adequadas (Menin, 2006), ou seja, na “zona muda” encontram-se concepções pouco ou não aceitáveis socialmente a respeito de determinado fenômeno social. Desse modo, aposta-se no uso de uma abordagem multimetodológica para o acesso a um maior número de informações sobre o objeto de interesse do pesquisador, particularmente no que se refere à utilização de técnicas não-verbais (Medina Filho, 2013), como pode ser observado na coleta do presente estudo.

Em relação à representação social do abrigo, observou-se que os participantes ancoraram a representação da instituição no conhecimento que eles possuíam sobre família, com destaque para a figura da cuidadora e das outras crianças acolhidas como representantes familiares, sendo objetivado na imagem de uma “casa”, como pode ser observado na análise dos dados coletados com a técnica D-E com o tema abrigo. Destaca-se a presença marcante dos cuidados materiais e de lazer como elementos representacionais, como também pode-se observar que as crianças apresentaram representações tanto positivas como negativas da instituição. Isso indica que as crianças reconhecem o fato de o abrigo suprir suas necessidades básicas, porém não consegue atender no mesmo nível às faltas afetivas, o que provavelmente aumenta a idealização que possuem sobre a família, tendo em vista que elas a reconhecem como fonte exclusiva do afeto.

Observou-se, ainda, que os entrevistados percebem o ambiente social como dotado de preconceito em relação ao abrigo e às crianças em situação de acolhimento, a julgar pelo fato do seu grupo de pertença apresentar condições diferentes das esperadas socialmente, ou seja, espera-se que crianças e adolescentes estejam convivendo com suas famílias, diferentemente da

realidade dos nossos participantes. Ressalta-se, assim, que essa visão estigmatizada em relação à medida de acolhimento torna o período vivenciado na instituição ainda mais difícil, além de ocasionar prejuízos à autoestima e à construção da identidade social das crianças. Tal fato sugere a mobilização de ações que garantam a inclusão social dessa população, de modo que sejam desfeitas representações negativas construídas ao longo da história do acolhimento institucional infantil, dado que essas representações possuem a capacidade de guiar as práticas e condutas dos indivíduos.

CAPÍTULO 5

Considerações Finais

Considerações finais

O presente estudo buscou conhecer quais as representações sociais compartilhadas por crianças em situação de acolhimento institucional em relação à família e abrigo, a fim de compreender como ressignificam esses dois constructos diante da experiência de ruptura com os laços familiares; além disso, a pesquisa procurou dar voz a essas crianças, a fim de que essas tenham suas falas valorizadas.

Pode-se verificar como as representações sociais são utilizadas pelas crianças em situação de acolhimento para explicar e entender o mundo à sua volta, especificamente, em relação a elementos que fazem parte da sua realidade (família e abrigo). Percebeu-se que as crianças tendem a conceituar a família como um grupo de pessoas ligadas através de relações afetivas, convivendo no mesmo espaço e com condições necessárias para manter seus membros. Já a representação do abrigo, embora tenha sido ancorada na imagem que as crianças possuíam de família, este foi representado basicamente pelos cuidados materiais e de lazer, ou seja, como um local que atende às necessidades básicas dos acolhidos, porém não consegue suprir no mesmo nível as necessidades afetivas, o que aumenta o desejo das crianças de voltarem a viver com a família de origem ou substituta.

Percebe-se que as crianças conhecem sua realidade, porém anseiam por outras condições, indicando o descaso do Estado em assistir as famílias para que possam manter seus filhos. Destaca-se, portanto, a falta de articulação dos atores da rede socioassistencial em garantir o direito à convivência familiar e comunitária dessas crianças, haja vista que um número significativo dos participantes se encontra acolhido há bastante tempo, extrapolando o limite de tempo estabelecido pelo ECA.

Observou-se também como a situação de acolhimento apesar de ser uma medida protetiva aparece como algo que revitimiza os acolhidos, tanto pelo fato de estarem afastados de suas famílias como pelo preconceito que sofrem por estarem no abrigo. As crianças do presente estudo puderam expressar em suas falas situações de discriminação e exclusão social devido à sua condição atual, o que pode ser visto como prejudicial ao desenvolvimento dessas crianças, afetando de forma negativa sua autoestima, a formação do seu autoconceito e da identidade social.

A experiência de coleta mostrou que as crianças se encontram sedentas por serem escutadas; entretanto, percebe-se que apesar das instituições prontamente atenderem às necessidades básicas das crianças, isso não ocorre na mesma medida quando se trata de suas necessidades afetivas. Esse fato indica a necessidade de um trabalho com os profissionais que compõem o quadro da instituição, principalmente com os educadores, tendo em vista que estes são os que estão mais tempo com os acolhidos. Propõe-se, portanto, a realização de grupos terapêuticos com esses profissionais, a fim de escutar quais as reais demandas e dificuldades por eles enfrentadas no dia a dia. Acredita-se que esses momentos de escuta são essenciais para elaboração de possíveis angústias decorrentes da função que eles ocupam, além de servirem como espaço para o desenvolvimento de estratégias mais assertivas em relação ao cuidado das crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à necessidade de trabalhos no campo do acolhimento institucional que façam a junção entre o social e o psicológico, haja vista que alguns tendem a focar nas características emocionais e de personalidade da criança e outros em aspectos estritamente sociais. Aponta-se, ainda, a realização de pesquisas interventivas com a população

de crianças em situação de acolhimento, tendo em vista as possíveis situações traumáticas que possam ter vivido. Dessa forma, julga-se necessário a realização de uma coleta que possa ser terapêutica para criança, o que implica certa sensibilidade do pesquisador e a capacidade de trabalhar com múltiplas metodologias.

É importante ressaltar a realização de novos estudos que esclareçam questões sobre a problemática do acolhimento institucional infantil, especificamente, no que se refere à formação da identidade social de crianças e de adolescentes acolhidos, buscando compreender aspectos ligados à formação do autoconceito, além de estudos voltados para a área do preconceito e exclusão social. Torna-se relevante ainda o desenvolvimento de pesquisas que façam um mapeamento das reais condições sociais e econômicas das famílias que possuem filhos nos serviços de acolhimento, a fim de compreender, dentre outras questões, o que de fato define uma família “negligente”, haja vista que a negligência intrafamiliar surge no país como principal motivo do acolhimento institucional infantil.

Acredita-se que os resultados encontrados no presente estudo sirvam para realização de intervenções práticas frente ao público de crianças em situação de acolhimento institucional, além do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa problemática. Espera-se a criação de políticas cujo centro seja o atendimento familiar, pois ao cuidar das famílias estas terão maiores condições de cuidarem de seus filhos. Sugere-se, também, a elaboração de ações direcionadas ao preparo das equipes técnicas, com habilidades suficientes para garantir um ambiente acolhedor, que respeite a história das crianças, além de gerar condições para o seu desenvolvimento físico, social e emocional.

Apesar das contribuições dadas pelo presente estudo ao campo do acolhimento institucional infantil, verifica-se que este apresenta algumas limitações, dado que diante do tamanho reduzido de entrevistados e pelo fato de a pesquisa ter sido realizada apenas no contexto que envolve a cidade de João Pessoa-PB, os resultados não podem ser generalizados para o restante da população brasileira, o que sugere a realização de novos estudos com número maior de participantes e em outros contextos socioculturais.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Alexandre, M. (2004). Representação social: uma genealogia do conceito. *Comum*, 10(23), 122-38. Recuperado de <http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/Artigo7.pdf>
- Alves-Mazzotti, A. J. (2008). Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Múltiplas Leituras*, 1 (1), 18-43. doi: <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8993/ml>
- Araújo, W. R. (2003). *Representações sociais sobre família e classes sociais*. (Dissertação Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife-Pe.
- Almeida, I. A., & Barreto, M. D. L. M. (2014). A representação de crianças e adolescentes abrigados em Viçosa-MG sobre a convivência familiar e comunitária. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, 25(1), 39-68. Recuperado de <http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/view/144/185>
- Ariès, P. (1986). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ayres, L. S. M., Santos, A. S., Braga, I. T. M., & Ferreira, L. D. C. M. (2014). Vida, Criação, Existência e Autonomia em Abrigos. *Mnemosine*, 10(2), 195-216. Recuperado de http://mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/366/pdf_284
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1998). *Infância e Violência Fatal em Família*. São Paulo: Iglu.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes.

- Barreto, M. J., & Rabelo, A. A. (2015). A família e o papel desafiador dos pais de adolescentes na contemporaneidade. *Pensando famílias*, 19(2),34-42. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2015000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Batista, G. L., Silva, P. S. D., & Reppold, C. T. (2010). Práticas educativas e estratégias de coping em crianças abrigadas. *Aletheia*, (33), 56-68. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942010000300006&lng=pt&tlng=pt.
- Belfort, P. B., Barros, S. M. M. D., Gouveia, M. L. D. A., & Santos, M. D. F. D. S. (2015). Representações sociais de família no contexto do acolhimento institucional. *Psicologia: teoria e prática*, 17(3), 42-51. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000300004&lng=pt&tlng=pt.
- Brasil. (1988). *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1990). Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Brasil. (2006). Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. CONANDA. Recuperado de <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>

- Brasil. (2009). Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. CONANDA. Recuperado de http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/CONANDA_orientacoesTecnicasServicosAcolhimentos.pdf
- Brasil. (2012). *Resolução nº 466/12, de 12 de dez. 2012*. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Brasília- DF.
- Brasil. (2015). *Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & dos Reis, D. C. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45(1), 90-99. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/13180/11445>
- Cavini, P. N. (2012). Sobre família e Saúde Mental: as representações de profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF). (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Conselho Nacional de Justiça. (2017). Recuperado de <http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20545-cadastro-nacional-de-criancas-acolhidas-cnca>
- Conselho Nacional do Ministério Público. (2013). Relatório da Infância e Juventude –Resolução o nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Recuperado de http://prattein.com.br/home/images/stories/Direitos_da_Criana_e_do_Adolescente/Relatrio_Acolhimento-CNMP.pdf

- Diniz, N. M. F., Santos, M. D. F. S., & Lopes, R. L. M. (2007). Representações sociais da família e violência. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(6), 1184-1189. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692007000600020>
- Engelman, D. (2015). *O que as crianças dizem sobre família (s) em suas brincadeiras com boneco-família?*. (Dissertação Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Farinelli, C. C., & Pierini, A. J. (2016). O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. *O Social em Questão - Ano XIX*, (35), 63-86. Recuperado de http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_5_3_Farinelli_Pierini.pdf
- Ferreira, F. P. M. (2014). Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. *Serv. Soc. Soc.*, (117), 142-168. Recuperado de <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/274>
- Firmino, A. C. (2015). *A representação de família e acolhimento para os adolescentes institucionalizados: um estudo de caso da aldeia infantil SOS*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG.
- Furlan, V., & Souza, T. R. P. (2013). Exclusão/inclusão social: políticas públicas de acolhimento institucional dirigidas à infância e juventude. *Diálogo*, (23), 35-48. doi: <http://dx.doi.org/10.18316/909>
- Gabatz, R., Schwartz, E., & Milbrath, V. (2016). O interacionismo simbólico no estudo da interação da criança institucionalizada com seu cuidador. *CIAIQ2016*, 2, 366-375. Recuperado de <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/773>

- Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Gouveia, M. L. A. (2007). *Concepções de agentes de políticas públicas e de crianças em contexto de abrigo sobre direitos humanos*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Guedes, C. F. (2013). *Acolhimento institucional na assistência à infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Guedes, C. F., & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe), 58-67. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500007>
- Henriques, M. E. O. (2009). *Relação creche/família: Uma visão sociológica*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Portugal.
- Iannelli, A. M., Assis, S. G., & Pinto, L. W. (2015). Family reintegration of children and adolescents in foster care in Brazilian municipalities with different population sizes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 39-48. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014201.19872013>
- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. (2010). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2009. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>

- Iorio, J. D., & Seidmann, S. (2013). Why are they confined? The knowledge and practices of institutionalised children. *Annual Review of Critical Psychology, 10*, 62-78. Recuperado de <https://thediscourseunit.files.wordpress.com/2016/05/argentina-62-78.pdf>
- Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e estado, 24*(3), 679-712. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-6922009000300004>
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In Jodelet, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis. Vozes.
- Janczura, R. (2012). Risco ou Vulnerabilidade Social?. *Textos e Conceitos, 11*(2), 301 - 308
Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173/>
- Lauz, G. V. M., & Borges, J. L. (2013). Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicol. ciênc. prof, 33*(4), 852-867. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n4/v33n4a07.pdf>
- Luvizaro, N. A., & Galheigo, S. M. (2011). Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 22*(2), 191-199. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v22i2p191-199>
- Maciel, S. C. (2007). *Exclusão/inclusão social do doente mental/ louco: representações e práticas no contexto da reforma psiquiátrica*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

- Machado, M. S., Scott, J. B., & Siqueira, A. C. (2016). Crianças institucionalizadas e suas famílias de origem: as imagens sociais e seus reflexos na garantia de direitos. *Revista brasileira de iniciação científica*, 3(6), 91-111. Recuperado de <http://itp.ifsp.edu.br/ojs/index.php/IC/article/view/460/459>
- Machado, V. R. (2011). A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente. *Serviço Social em Revista*, 13(2), 143-169. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2011v13n2p143>
- Marzol, R. M., Bonafé, L., & Yunes, M. A. M. (2012). As perspectivas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sobre os cuidadores protetores. *Psico*, 43(3), 317-324. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7988/8232>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Medina Filho, A. L. (2013). Importância das imagens na metodologia de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 263-271. Doi: OU Recuperado de
- Mendes, S. L. (2015). Tecendo a História das instituições do Brasil infantil. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, (11), 94-100. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/viewFile/6685/5206>
- Menin, M. S. D. S. (2006). Representação social e estereótipo: a zona muda das representações sociais. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 22(1), 43-51. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11449/28848>

- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Monteiro, R., & Alberto, M. F. P. (2016). Relatório diagnóstico: ações de enfrentamento às violações contra crianças e adolescentes a partir dos conselheiros tutelares da cidade de João Pessoa. PB: Casa Pequeno Davi.
- Moscovici, S. (1978). *A psicanálise: sua imagem e seu público*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (2001). Das Representações coletivas às Representações Sociais: Elementos para uma história. In Jodelet, D. (orgs). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj
- Moscovici, S. (2011). *Representações sociais: investigações em Psicologia social*. (7ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Müller, F. (2014). Perspectivas de crianças acolhidas institucionalmente sobre suas famílias de origem. *Linhas Críticas*, 20(41), 125-145. Recuperado de <http://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/9335/7748>
- Nascimento, M. L. (2012). Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia & Sociedade*, 24(n.spe.), 39-44 Recuperado de <http://submission.scielo.br/index.php/psoc/article/view/81067/7821>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>
- Nicolaci-da-Costa, A. M. (2007). O campo da pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(1), 65-73.

- Nogueira, P. C., & Costa, L. F. (2005). Mãe social: profissão? Função materna? *Estilos da Clínica*, 10(19), 162-181. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282005000200010&lng=pt&tlng=pt
- Oliveira, C. A., & Pereira, E. G. (2011). Estudo sobre a Lei Nacional de Adoção: institucionalização, acolhimento familiar e cadastros. *Contextos Clínicos*, 4(2), 113-122. doi: 10.4013/ctc.2011.42.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano*. Artmed Editora.
- Pasian, M. S; Faleiros, M. J; Bazon, M. R.; Pasian, S. R. & Lacharite, C. (2013) Negligência Infantil: A modalidade mais recorrente de maus-tratos. *Pensando Famílias*, 17 (2), 61-70. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200005&lng=pt&tlng=pt.
- Pereira, E. V. (2006). *A voz da criança institucionalizada: representações sociais de família e abrigo*. (Tese de Doutorado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, Franca- SP.
- Pereira, L. C. O. (2013). “De volta para casa?” *Significado de reintegração familiar para crianças e adolescentes*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.
- Platilha, R. C., Magalhaes, C. M. C., & Pedroso, J. S. (2014). Produções orais de crianças sobre o acolhimento institucional. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*, 2(3), 1-18. Recuperado de <http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivas-do-desenvolvimento/article/view/11620/9080>

- Queiroz, A. C. A., & Brito, L. (2013). Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 12(1), 55-67. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/13161/9620>
- Reis, J. R. T. (1985). Família, emoção e ideologia. In S. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia Social: O homem em movimento* (3. ed., pp. 99-124). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Ribeiro, F. S. & Cruz, F. M. L. (2013). Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 612-622. doi: OU Recuperado de
- Ramos, E. C. G. (2014). A evolução do conceito de família no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. *Revista FIDES*, 5(2), 149-161. Recuperado de <http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/453/698>
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Rodrigues, A. L., Gava, L. L., Sarriera, J. C., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 389-407. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n2/v14n2a02.pdf>
- Rocha, L. F. (2014). Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(1), 46-65. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932014000100005>

- Rodrigues, A. A., & Abeche, R. P. C. (2010). As multifaces da instituição família “formatadas” por sistemas econômicos. *Psico*, 41(3), 374-384. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5161495.pdf>
- Roque, A. C. F. (2014). *Relação afetiva entre irmãos biológicos em situação de acolhimento institucional*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF.
- Santos, A. C. R. (2011). *O Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: Protege ou viola?*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Sêga, R. A. (2000). O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Anos*, 90(13), 128-133. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6719/4026>
- Sierra, V. M., & Mesquita, W. A. (2006). Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. *São Paulo em Perspec*, 20(1), 148-55. Recuperado de http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_11.pdf
- Silva, F. L. (2012). *Como ocorre a reintegração familiar? Investigando esse processo em uma amostra de crianças acolhidas*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Silva, G. E. C., & Silva, M. M. C. F. (2011). De menor em situação irregular a sujeitos de direitos-histórico da assistência a criança no Brasil. *REHUTEC*, 1(2), 106-120. Recuperado de <http://www.fatecbauru.edu.br/ojs/index.php/rehute/article/view/24/23>

- Silva, F. P. (2006). *Direitos e Família: Um estudo interdisciplinar em face das constantes e significantes transformações sociais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, São Leopoldo.
- Silva, S. É. D., Camargo, B. V., & Padilha, M. I. (2011). A teoria das representações sociais nas pesquisas da enfermagem brasileira. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 64(5), 947-951.
Recuperado de <http://oaji.net/articles/2015/672-1437164740.pdf>
- Siqueira, A. C. (2012). A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco. *Estud. psicol. (Campinas)*, 29(3), 437-444. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2012000300013>
- Siqueira, A. C., Massignan, L. T., & Dell'Aglio, D. D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: Processos malsucedidos. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(50), 383-391. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2011000300011>
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>
- Soares, L. C. E. C., Souza, F. H. O., & Cardoso, F. S. (2015). Convivência familiar em três cenários: acolhimento institucional, famílias recasadas e violência doméstica. *Psicologia Argumento*, 33(82), 330-345. doi: 10.7213/psicol.argum.33.082.AO01

- Sousa, M. L., & Cruz, O. (2016). A Relação entre as Representações acerca das Figuras Parentais e as Competências Sociais em Crianças Maltratadas e não Maltratadas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(2), 1-9. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e32224>
- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 300-308. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017>.
- Tinoco, V., & Franco, M. H. P. (2011). O luto em instituições de abrigamento de crianças. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28(4), 427-434. doi: [https://dx.doi.org /10.1590/S0103-166X2011000400003](https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400003)
- Torres, C. V., & Neiva, E. R. (2011). *Psicologia Social: Principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Trinca, W. (Org.). (2013). *Procedimento de Desenhos-Estórias: Formas derivadas, desenvolvimentos e expansões*. São Paulo: Vetor.
- Vala, J. (2013). Representações sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (eds.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vinuto, J. (2013). Representações sociais sobre a família do adolescente em conflito com a lei: a lei e suas ressignificações. *Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)*, 22(22), 326-336. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v22i22p326-336>
- Vasconcellos, K. M. (2013). A representação social da família: desvendando conteúdos e explorando processos. (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília-DF.

Zappe, J. G., Yunes, M. A. M., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Imagens Sociais de Famílias com Crianças e Adolescentes: Impacto do Status Socioeconômico e da Institucionalização. *Pensando familias*, 20(1), 83-98. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v20n1/v20n1a07.pdf>

ANEXOS

ANEXO I- Certificado do Comitê Ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 11ª Reunião realizada no dia 10/12/2015, o Projeto de pesquisa intitulado: **“A FAMÍLIA PARA CRIANÇAS ABRIGADAS: USO DA TÉCNICA DESENHO-ESTÓRIA COM TEMA”**, da pesquisadora Silvana Carneiro Maciel. Prot. nº 0554/15. CAAE: 50092015.0.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Andrea Márcia da C. Lima
Mat. SIAPE 1117510
Secretária do CEP-CCS-UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba
Campus I – Cidade Universitária - 1º Andar - CEP 58051-900 – João Pessoa – PB
☎ (83) 3216 7791 – E-mail: eticaacsufpb@hotmail.com

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa é sobre a representação social de família e do abrigo para crianças em situação de acolhimento institucional e está sendo realizada pela aluna de mestrado da pós-graduação do curso de Psicologia Social da UFPB, Tátia Mirellis de Oliveira Alexandre, sob orientação da Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel.

O objetivo do estudo é investigar a representação social da família e do abrigo para crianças institucionalizadas através do uso de entrevista semiestruturada e da técnica Desenho-Estória com o tema. Tem-se por finalidade compreender tal fenômeno e realizar uma reflexão acerca da elaboração simbólica de família e acolhimento institucional para crianças abrigadas, levando em consideração a situação de acolhimento, como também o tempo de permanência no abrigo.

Para tanto, solicitamos a sua colaboração no sentido de permitir a participação do infante em sua responsabilidade, como também autorização para apresentar este estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Será garantida a privacidade dos dados coletados e das informações fornecidas, que se manterão em caráter confidencial. Por ocasião da publicação dos resultados, os nomes da instituição e da criança serão mantidos em sigilo.

A participação no estudo não acarretará custos para você, como também para a criança, e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Caso o participante venha a sofrer algum dano decorrente desta pesquisa, as pesquisadoras se responsabilizam por sanarem os eventuais problemas e efetuarem os devidos encaminhamentos conforme a demanda.

Informamos que o risco é mínimo quanto aos danos que esta pesquisa possa causar, pois não se trata de nenhum procedimento invasivo, porém pode haver algum incômodo para o participante em ter que responder aos questionamentos acerca de suas produções gráficas. Contudo, acreditamos que a pesquisa trará contribuições tanto para o meio científico como para a prática dos profissionais que atuam na área, proporcionando possivelmente um melhor atendimento às necessidades de crianças em situação de acolhimento.

Esclarecemos ainda que tanto sua autorização como a participação da criança no estudo são voluntárias e, portanto, não são obrigados a fornecer as informações e/ou colaborarem com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano ou prejuízo. As pesquisadoras estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

João Pessoa, ____/____/____.

Impressão dactiloscópica

Assinatura do participante da pesquisa
ou responsável legal



Assinatura da testemunha

Atenciosamente,

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura da aluna

Contato da pesquisadora responsável: Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel, Departamento de Psicologia-CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Campus I- João Pessoa-PB, CEP: 58051-970. *E-mail:* silcamaciel@gmail.com; Telefone: (83) 3216-7330.

Contato CEP UFPB: Endereço: Universitário, S/N. Bairro Castelo Branco, João Pessoa-PB. CEP: 58.051-900; Telefone: (83)3216-7791; Fax: (83)3216-7791; *E-mail:* eticaccs@ccs.ufpb.br.

APÊNDICE B - Termo de Assentimento Informado Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa por nome de “**Representações sociais sobre família e abrigo na perspectiva de crianças em situação de acolhimento institucional**”. Seus responsáveis permitiram sua participação.

Queremos saber o que você pensa sobre família e abrigo, procurando identificar se o fato de viver no abrigo interfere no que você entende sobre o significado de família e de abrigo. As crianças que irão participar desta pesquisa têm de 07 a 12 anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, e não terá nenhum problema se desistir.

A coleta de dados será feita na própria instituição, em uma sala tranquila e preparada para isso. Você irá fazer o desenho de uma família e de um abrigo e, em seguida, contar uma estória sobre o mesmo. Informamos que o risco é mínimo quanto aos danos que esta pesquisa possa causar, já que o uso da técnica Desenho-Estória é considerado seguro. Porém, poderá mexer com seus sentimentos de forma a lhe causar algum desconforto. Diante disso, a pesquisadora se responsabiliza a dar total apoio psicológico e/ou encaminhar a um psicólogo que possa atendê-lo (a).

Este estudo tem como principais benefícios ajudar crianças como você, observando como vocês entendem o significado de família e abrigo, além de contribuir com o meio científico e com os profissionais que cuidam de vocês, possibilitando melhorias para a vida de crianças que vivem em abrigo.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados deste estudo serão publicados, mas sem identificar as crianças participantes. Se você tiver alguma dúvida, pode me perguntar ou à pesquisadora Dra. Silvana Carneiro Maciel.

O telefone e endereço para contato estão localizados na segunda folha. Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, ou desistir da mesma, se assim desejar. Concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito. Tendo o consentimento do meu

responsável já assinado, declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma cópia assinada e datada deste documento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2016.

Impressão dactiloscópica

Assinatura do participante



Atenciosamente,

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura da aluna

Contato da pesquisadora responsável: Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel, Departamento de Psicologia - CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Campus I - João Pessoa-PB, CEP: 58051-970. *E-mail:* silcamaciel@gmail.com; Telefone: (83) 3216-7330.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB:

Endereço: Universitário, S/N. Bairro Castelo Branco, João Pessoa-PB. CEP: 58.051-900; Telefone: (83)3216-7791; Fax: (83)3216-7791; *E-mail:* eticaccs@ccs.ufpb.br

APÊNDICE C- Questionário Sociodemográfico

Sexo: () Masculino () Feminino Idade: _____

Naturalidade: _____

Escolaridade: _____ Tempo de Acolhimento: _____

Motivo do acolhimento: _____

Número de acolhimentos: _____ Quantidade de irmãos: _____

Irmãos biológicos no Abrigo: _____

Informação complementar acerca dessa criança:

Questões sobre os aspectos institucionais:

- 1) Órgão responsável pelo financiamento da instituição?
- 2) O número de funcionário e os respectivos cargos (Ex.: coordenador, assistente social, psicólogo (a), educadores e etc):
- 3) Quantidade de crianças e/ou adolescentes acolhidos na instituição:
- 4) Sistema de atendimento dos cuidadores (Ex.: os cuidadores trabalham no sistema de plantão diário, semanal ou mensal/ folga):

APÊNDICE D- Entrevista Semiestruturada

- 1- O que o Abrigo é para você?
- 2- Como é viver no Abrigo?
- 3- O que você imagina que as outras crianças que vivem com a família pensam sobre o abrigo?
- 4- O que é Família para você?